

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
UG 080010 / ÓRGÃO 15103

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

São Paulo - SP
Março/2018



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
ATS	Adicional por Tempo de Serviço
AV	Análise Vertical
BB	Banco do Brasil
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFIN	Coordenadoria de Orçamento e Finanças
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CP	Curto Prazo
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EC	Emenda Constitucional
FUNPRESP-JUD	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
GAJ	Gratificação Judiciária
GRU	Guia de Recolhimento da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOMAN	Lei Orgânica da Magistratura Nacional
LP	Longo Prazo
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NE	Notas Explicativas
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
PAE	Parcela Autônoma de Equivalência
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PPA	Lei do Plano Plurianual
RA	Registro de Arrecadação
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RP	Restos a Pagar



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGEP	Sistema de Gestão de Pessoas
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRT2	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária
URV	Unidade Real de Valor
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
VPNI	Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada



LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição	37
Tabela 2 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Composição por fonte de recursos.....	38
Tabela 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição	40
Tabela 4 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição	41
Tabela 5 - Estoques – Composição.....	42
Tabela 6 - Imobilizado – Composição.....	43
Tabela 7 - Bens Móveis – Composição	44
Tabela 8 - Valor Residual e Vida Útil - Bens Móveis.....	46
Tabela 9 - Bens Imóveis – Composição	47
Tabela 10 - Edifícios – Composição.....	48
Tabela 11 - Intangível – Composição	48
Tabela 12 - Softwares com vida útil indefinida mais relevantes	50
Tabela 13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Composição	50
Tabela 14 - Obrigações Trab., Previdenc. e Assist. a Pagar a Curto – Composição.....	51
Tabela 15 - Passivos trabalhistas com insuficiência de crédito orçamentário a curto prazo – Composição	52
Tabela 16 - Passivos Trabalhistas com suficiência de crédito orçamentário a curto prazo – Composição	56
Tabela 17 - Obrigações Trab., Previdenc. e Assist. a Pagar a Longo Prazo – Composição	60
Tabela 18 - Passivos Trabalhistas com insuficiência de crédito orçamentário a Longo prazo – Composição ..	60
Tabela 19 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Composição	62
Tabela 20 - Contas a Pagar Credores Nacionais – Composição	63
Tabela 21 - Atos Potenciais Ativos – Composição.....	65
Tabela 22 - Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar – Composição	65
Tabela 23 - Termos de Cessão de Uso Oneroso – Composição.....	66
Tabela 24 - Obrigações Contratuais a Executar – Composição.....	66
Tabela 25 - Contratos de Seguros – por contratado.....	66
Tabela 26 - Contratos de Serviço em Execução – 2017	68
Tabela 27 - Contratos de Serviços – Maiores saldos em 2017 por contratado	68
Tabela 28 - Contratos de Aluguéis em Execução – 2017	69
Tabela 29 - Contratos de Aluguéis – Maiores saldos em 2017 por contratado.....	69
Tabela 30 - Contratos de Fornecimento de Bens em Execução – 2017.....	70
Tabela 31 - Contratos de Fornecimento de bens – Maiores saldos em 2017 por contratado	70
Tabela 32 - Superávit Financeiro.....	71
Tabela 33 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Composição.....	73
Tabela 34 - Transferências e Delegações Recebidas – Composição	73
Tabela 35 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Composição.....	74
Tabela 36 - Pessoal e Encargos – Composição.....	75
Tabela 37 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição.....	77
Tabela 38 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição.....	79
Tabela 39 - Transferências e Delegações Concedidas – Composição	81
Tabela 40 - Desvalorização e Perda de Ativo e Incorporação de Passivos – Composição.....	82
Tabela 41 - Resultado Patrimonial do Período	83
Tabela 42 - Receitas Correntes – Composição	86
Tabela 43 - Dotação Atualizada – Composição.....	88
Tabela 44 - Dotação Atualizada – Variação por exercício.....	88
Tabela 45 - Despesa Empenhada x Dotação Atualizada.....	89
Tabela 46 - Despesa Liquidada x Despesa Empenhada	89
Tabela 47 - Despesa Paga x Despesa Empenhada.....	89
Tabela 48 - Despesas Correntes 2017 – Composição.....	90
Tabela 49 - Execução – Pessoal e Encargos Sociais – Composição.....	90



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 50 - Execução – Outras Despesas Correntes – Composição.....	91
Tabela 51 - Execução - Descentralizações em 2017 – Composição.....	93
Tabela 52 - Resultado Orçamentário Ajustado – Composição.....	95
Tabela 53 - Restos a Pagar Não Processados Pagos em 2017 – Composição	95
Tabela 54 - Restos a Pagar Não Processados Cancelados em 2017 – Composição	96
Tabela 55 - Restos a Pagar Processados – Composição	98
Tabela 56 - Sub-Repasse Recebido por fonte de recursos – Composição.....	98
Tabela 57 - Inscrição em Restos a Pagar – Composição	101
Tabela 58 - Outros Recebimento Extraorçamentários – Composição.....	102
Tabela 59 - Despesas Orçamentárias por Ação Governo – Recursos Ordinários.....	105
Tabela 60 - Despesas Orçamentárias por Ação Governo – Seguridade Social.....	106
Tabela 61 - Despesas Orçamentárias por Ação Governo – Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	107
Tabela 62 - Resultado Financeiro	108
Tabela 63 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação.....	109
Tabela 64 - Atividades Operacionais – Composição.....	109
Tabela 65 - Atividades de Investimento – Composição	110



LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Limite de Saque com Vinculação de Pagamento por Fonte de Recursos	39
Figura 2 - Evolução das aquisições e consumo de materiais de consumo mantidos no almoxarifado.....	43
Figura 3 - Valor Contábil Líquido x Depreciação – Bens Móveis	45
Figura 4 - Valor Contábil Líquido x Amortização Acumulada.....	49
Figura 5 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Curto Prazo com insuficiência orçamentária – Composição por natureza da dívida	55
Figura 6 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Curto Prazo com insuficiência orçamentária – Composição por tipo de pessoa.....	55
Figura 7 - Passivos Trabalhistas com insuficiência de crédito orçamentário mais relevantes	56
Figura 8 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Curto Prazo com dotação orçamentária– Composição por Natureza da Dívida.....	58
Figura 9 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Curto Prazo com dotação orçamentária – Composição por tipo de pessoa.....	59
Figura 10 - Passivos Trabalhistas com dotação orçamentária mais relevantes	59
Figura 11 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Longo Prazo com insuficiência orçamentária – Composição por tipo de pessoa e natureza da dívida	61
Figura 12 - Serviços Executados	67
Figura 13 - Aluguéis pagos.....	69
Figura 14 - Pessoal e Encargos por Subgrupo - Composição.....	75
Figura 15 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais por Subgrupo - Composição	77
Figura 16 - Uso de Material de Consumo – Composição	79
Figura 17 - Serviços - Composição	80
Figura 18 - Depreciação, Amortização e Exaustão - Composição	80
Figura 19 - Variações Patrimoniais Aumentativas.....	84
Figura 20 - Variações Patrimoniais Diminutivas.....	85
Figura 21 - Receitas Correntes Realizadas – Exercício 2017 – Composição.....	86
Figura 22 - Receitas Correntes Realizadas – Variação 2017 x 2016	87
Figura 23 - Execução - Despesas de Capital - Composição	92
Figura 24 - Descentralizações Orçamentárias – por Ação.....	94
Figura 25 - Saldo dos Restos a Pagar Não Processados por ano do Empenho – Dotação Própria.....	97
Figura 26 - Recebimentos Extraorçamentários - Composição	100
Figura 27 - Inscrição em RP x Despesa Empenhada.....	101
Figura 28 - Despesas Orçamentárias – Composição por fonte de recursos.....	104
Figura 29 - Aquisição de Ativo Não Circulante – Composição	111



SUMÁRIO

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS – SIAFI WEB	8
CONTEXTO OPERACIONAL	20
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	22
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	23
A. ASPECTOS GERAIS	23
B. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	23
C. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	32
C.1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	32
C.2. RESUMO DOS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	32
C.3. NOTAS EXPLICATIVAS	36
C.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	36
C.3.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP).....	72
C.3.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – UO 15103 (BO).....	85
C.3.4. BALANÇO FINANCEIRO (BF)	98
C.3.5. DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)	108



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.772.322.567,47	2.394.948.587,66
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.169.592.410,58	1.783.916.991,80
Vinculadas	-	-	Vinculadas	602.730.156,89	611.031.595,86
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	494.459.368,00	447.939.854,27
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	108.270.788,89	163.091.741,59
Transferências Financeiras Recebidas	2.737.631.237,27	2.261.046.159,17	Transferências Financeiras Concedidas	94.246.157,27	89.332.814,60
Resultantes da Execução Orçamentária	2.735.349.493,81	2.255.322.235,91	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	2.735.349.493,81	2.255.322.235,91	Independentes da Execução Orçamentária	94.246.157,27	89.332.814,60
Independentes da Execução Orçamentária	2.281.743,46	5.723.923,26	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	651.206,55	1.603.307,47
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	219.123,19	2.551.526,00	Demais Transferências Concedidas	108.736,75	-
Demais Transferências Recebidas	1.068.538,50	1.561.826,73	Movimento de Saldos Patrimoniais	93.486.213,97	87.729.507,13
Movimentação de Saldos Patrimoniais	994.081,77	1.610.570,53	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	262.900.972,12	212.388.775,42	Despesas Extraorçamentárias	31.788.160,83	72.570.727,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	748.341,26	465.227,05	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	431.606,85	6.521.564,36
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	111.098.079,62	35.054.041,42	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.541.938,31	65.250.366,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	610.717,53	796.602,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	814.615,67	794.318,11
Outros Recebimentos Extraorçamentários	150.443.833,71	176.072.904,17	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	4.478,44
Arrecadação de Outra Unidade	150.443.833,71	176.072.904,17	Demais Pagamentos	-	4.478,44
Saldo do Exercício Anterior	93.371.773,89	176.788.969,06	Saldo para o Exercício Seguinte	195.547.097,71	93.371.773,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	93.371.773,89	176.788.969,06	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.547.097,71	93.371.773,89
TOTAL	3.093.903.983,28	2.650.223.903,65	TOTAL	3.093.903.983,28	2.650.223.903,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	86.722.628,00	86.722.628,00	58.911.503,26	-27.811.124,74
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	907.401,00	907.401,00	939.214,95	31.813,95
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	907.401,00	907.401,00	939.214,95	31.813,95
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	130,00	130,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	130,00	130,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	85.237.215,00	85.237.215,00	57.464.931,40	-27.772.283,60
Outras Receitas Correntes	578.012,00	578.012,00	507.226,91	-70.785,09
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	578.012,00	578.012,00	507.226,91	-70.785,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	86.722.628,00	86.722.628,00	58.911.503,26	-27.811.124,74
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	86.722.628,00	86.722.628,00	58.911.503,26	-27.811.124,74
DEFICIT			2.530.972.628,89	2.530.972.628,89
TOTAL	86.722.628,00	86.722.628,00	2.589.884.132,15	2.503.161.504,15
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.238.281.732,00	2.583.735.646,00	2.567.842.358,69	2.477.980.216,59	2.477.231.875,33	15.893.287,31
Pessoal e Encargos Sociais	1.853.220.319,00	2.201.052.416,00	2.189.247.698,46	2.132.009.583,77	2.132.009.583,77	11.804.717,54
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	385.061.413,00	382.683.230,00	378.594.660,23	345.970.632,82	345.222.291,56	4.088.569,77
DESPESAS DE CAPITAL	14.542.026,00	22.072.026,00	22.041.773,46	1.677.030,28	1.677.030,28	30.252,54
Investimentos	14.542.026,00	22.072.026,00	22.041.773,46	1.677.030,28	1.677.030,28	30.252,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.252.823.758,00	2.605.807.672,00	2.589.884.132,15	2.479.657.246,87	2.478.908.905,61	15.923.539,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.252.823.758,00	2.605.807.672,00	2.589.884.132,15	2.479.657.246,87	2.478.908.905,61	15.923.539,85
TOTAL	2.252.823.758,00	2.605.807.672,00	2.589.884.132,15	2.479.657.246,87	2.478.908.905,61	15.923.539,85

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	35.336.881,55	30.304.860,10	21.959.281,20	21.957.322,00	1.112.054,44	42.572.365,21
Pessoal e Encargos Sociais	33.351.925,33	9.953.164,15	5.107.091,04	5.107.091,04	-	38.197.998,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.984.956,22	20.351.695,95	16.852.190,16	16.850.230,96	1.112.054,44	4.374.366,77
DESPESAS DE CAPITAL	3.863.559,69	4.681.500,61	8.158.610,30	8.158.610,30	-	386.450,00
Investimentos	3.863.559,69	4.681.500,61	8.158.610,30	8.158.610,30	-	386.450,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	39.200.441,24	34.986.360,71	30.117.891,50	30.115.932,30	1.112.054,44	42.958.815,21

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.992,45	470.328,80	431.606,85	-	40.714,40
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.992,45	470.328,80	431.606,85	-	40.714,40
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.992,45	470.328,80	431.606,85	-	40.714,40



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	203.169.340,55	102.739.132,02	PASSIVO CIRCULANTE	167.172.267,12	198.576.889,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	195.547.097,71	93.371.773,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	166.376.857,83	198.089.694,82
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.377.810,64	1.170.931,65	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	738.656,85	472.321,25
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	6.193.486,61	8.169.616,36	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	50.945,59	26.810,12	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	56.752,44	14.873,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE	551.132.145,92	404.938.575,67	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	127.440.815,04	124.400.278,41
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.989.653,76	1.935.388,29	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	127.333.288,01	124.099.332,31
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.989.653,76	1.935.388,29	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	107.527,03	300.946,10
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	294.613.082,16	322.977.167,98
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	537.652.240,56	392.443.214,94			
Bens Móveis	78.808.514,64	70.874.116,73			
Bens Móveis	143.250.901,28	129.891.785,34			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-64.442.386,64	-57.641.241,32			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-1.376.427,29			
Bens Imóveis	458.843.725,92	321.569.098,21			
Bens Imóveis	459.226.458,16	321.687.391,84			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-382.732,24	-118.293,63			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	11.490.251,60	10.559.972,44			
Softwares	11.490.251,60	10.559.972,44			
Softwares	14.230.408,02	13.243.117,68			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.740.156,42	-2.683.145,24			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	754.301.486,47	507.677.707,69	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	754.301.486,47	507.677.707,69

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	195.547.097,71	93.371.773,89	PASSIVO FINANCEIRO	154.957.871,95	75.405.796,84
ATIVO PERMANENTE	558.754.388,76	414.305.933,80	PASSIVO PERMANENTE	244.848.692,58	311.709.956,44
			SALDO PATRIMONIAL	354.494.921,94	120.561.954,41

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	11.160.325,82	273.718.014,38	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	390.686.394,46	86.908.885,11
Execução dos Atos Potenciais Ativos	11.160.325,82	273.718.014,38	Execução dos Atos Potenciais Passivos	390.686.394,46	86.908.885,11
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.301.144,50	27.215.921,04	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	3.859.181,32	246.502.093,34	Obrigações Contratuais a Executar	390.686.394,46	86.908.885,11
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	11.160.325,82	273.718.014,38	TOTAL	390.686.394,46	86.908.885,11

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	12.199.296,22
Recursos Vinculados	28.389.929,54
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	28.389.929,54
TOTAL	40.589.225,76



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	124.579.908,96	-58.931.153,92
INGRESSOS	2.888.685.788,51	2.437.915.666,12
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.888.685.788,51	2.437.915.666,12
Ingressos Extraorçamentários	610.717,53	796.602,78
Transferências Financeiras Recebidas	2.737.631.237,27	2.261.046.159,17
Arrecadação de Outra Unidade	150.443.833,71	176.072.904,17
DESEMBOLSOS	-2.764.105.879,55	-2.496.846.820,04
Pessoal e Demais Despesas	-2.434.122.442,96	-2.186.301.103,24
Legislativo	-	-
Judiciário	-1.671.684.947,69	-1.603.202.101,39
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-596.139.187,58	-520.175.052,22
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 14/02/2018	PÁGINA 2
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-166.298.307,69	-62.923.949,63
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-234.922.663,65	-220.414.105,65
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-234.922.663,65	-220.414.105,65
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-95.060.772,94	-90.131.611,15
Dispêndios Extraorçamentários	-814.615,67	-794.318,11
Transferências Financeiras Concedidas	-94.246.157,27	-89.332.814,60
Demais Pagamentos	-	-4.478,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.404.585,14	-24.486.041,25
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-22.404.585,14	-24.486.041,25
Aquisição de Ativo Não Circulante	-21.417.294,80	-16.099.537,53
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-987.290,34	-8.386.503,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	102.175.323,82	-83.417.195,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	93.371.773,89	176.788.969,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	195.547.097,71	93.371.773,89



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTITULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.025.885.803,80	2.463.462.984,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	89.629.994,46	82.147.287,44
Impostos	-	-
Taxas	89.629.994,46	82.147.287,44
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.061.541,68	2.270.287,58
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.061.541,68	2.270.287,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	253.854,17	308.281,04
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	195.060,65	181.878,89
Variações Monetárias e Cambiais	58.793,52	126.402,15
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.795.096.168,67	2.350.113.895,05
Transferências Intragovernamentais	2.737.631.237,27	2.261.046.159,17
Transferências Intergovernamentais	57.464.931,40	88.793.582,77
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	274.153,11
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	137.710.837,38	25.645.798,70
Reavaliação de Ativos	137.432.766,63	21.301.041,00
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	277.683,47	935.968,37
Ganhos com Desincorporação de Passivos	387,28	3.408.789,33
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.133.407,44	2.977.434,34
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.133.407,44	2.977.434,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.751.283.434,13	2.498.082.600,62
Pessoal e Encargos	1.639.234.256,83	1.537.254.114,87
Remuneração a Pessoal	1.283.531.430,24	1.192.861.869,69
Encargos Patronais	232.580.002,29	217.976.452,63
Benefícios a Pessoal	123.122.824,30	125.873.347,95
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	542.444,60
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	574.173.181,61	518.730.993,58
Aposentadorias e Reformas	461.787.788,35	411.641.703,41
Pensões	111.636.607,74	105.922.237,99
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	748.785,52	1.167.052,18
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	250.203.506,84	277.209.201,29
Uso de Material de Consumo	5.545.824,90	6.472.638,92
Serviços	230.862.343,84	257.308.282,29
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.795.338,10	13.428.280,08
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.099,61	6.281,66
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.525,83	6.248,11
Variações Monetárias e Cambiais	4.573,78	33,55
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	260.815.474,83	98.135.695,77
Transferências Intragovernamentais	260.544.464,96	98.030.186,57
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	271.009,87	105.509,20
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19.422.059,26	59.143.717,14
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	87.726,60
Incorporação de Passivos	19.300.075,84	58.990.215,96
Desincorporação de Ativos	121.983,42	65.774,58



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	3.686.844,75	4.184.142,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.477,04	44.385,95
Contribuições	3.639.367,71	4.139.756,54
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.742.010,40	3.418.453,82
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.742.010,40	3.418.453,82
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	274.602.369,67	-34.619.616,47

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



CONTEXTO OPERACIONAL

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2) é órgão integrante da Justiça do Trabalho, criado pelo Decreto-Lei nº 1237, de 2 de maio de 1939, ainda na condição de Conselho Regional do Trabalho, e do Decreto-Lei 9.797, de 9 de setembro de 1946 quando passou à condição de Tribunal Regional do Trabalho. Possui sede na cidade de São Paulo, e sua jurisdição abrange os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, da Baixada Santista e a Capital paulista.

O TRT2 possui como finalidade solucionar conflitos na esfera trabalhista, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Esta finalidade fica evidente ao se verificar a missão e visão definida em seu Plano Estratégico Institucional 2015-2020, quais sejam “Promover a pacificação social oferecendo uma prestação jurisdicional rápida, acessível e efetiva nos litígios sob a jurisdição trabalhista” e “Ser reconhecido pela sociedade como instituição de excelência, que atua com celeridade, credibilidade, relevância e efetividade na prestação jurisdicional”, respectivamente.

Como órgão pertencente do Poder Judiciário da União, as competências do TRT2 derivam do texto constitucional, definidas no art. 114. Dessa forma, cabe ao TRT2 processar e julgar, no âmbito de sua jurisdição:

- Ações relativas a:
 - ✓ Relações de trabalho;
 - ✓ Direito de greve e seus desdobramentos nas situações de fato;
 - ✓ Representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores ou empregadores;
 - ✓ Conflitos de competência entre órgãos em sua jurisdição;
 - ✓ Indenizações decorrentes da relação de trabalho; e
 - ✓ Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- Execução das contribuições sociais e acréscimos legais inerentes às sentenças;
- Temas constitucionais relativos à matéria trabalhista; e
- Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

O TRT2 dispõe de 218 Varas do Trabalho (1ª instância), 18 Turmas (2ª instância) e áreas administrativas, que foram responsáveis pelo conhecimento de 470.830 novas ações em 2017, e pela solução de 498.181 processos na 1ª instância e de 164.567 processos na 2ª instância, totalizando 662.748 processos julgados no âmbito do TRT2 em 2017.

As atividades do TRT2 são exercidas por magistrados, regidos pela Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), e por servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/1990.

As contratações de bens, serviços e obras necessárias à manutenção e ao aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais do TRT2 são realizadas em conformidade com os ditames das Lei 8.666/1991 e 10.520/2002.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Quanto à administração das finanças e contabilidade do TRT2, observa-se a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar 101/2000, e normativos contábeis.

Quanto aos orçamentos, são seguidas a Lei do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO		080010	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Paulo	Data	23 de fevereiro de 2018
Contador Responsável	RENATA APARECIDA CURSINO PIRES	CRC nº	CRC/SP nº 196.637



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A. Aspectos Gerais

As demonstrações contábeis estão disponíveis no SIAFI Web – Exercício 2017, na opção “Demonstrativos – Consultar Demonstrações Contábeis”, UG 080010 e UO 15103 para o Balanço Orçamentário, único demonstrativo disponibilizado por Unidade Orçamentária.

As demonstrações estão de acordo com o conjunto normativo contábil de observação obrigatória pelos órgãos públicos, que inclui: a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, a Portaria Conjunta STN/ SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016, a Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, a 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual SIAFI WEB, emitido e revisado pela Secretaria do Tesouro Nacional, além das demais normas e orientações correlatas a serem observadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Foram realizadas as análises das demonstrações contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, disponibilizados no Sistema SIAFI WEB, bem como do Balancete, com observação das disposições constantes das Macrofunções SIAFI: “02.10.03 – Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis” e “02.03.18 – Encerramento do Exercício”.

B. Demonstrações Contábeis

Seguem-se os demonstrativos contábeis cuja análise consta do item “C) Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis”, exposto na sequência.

A coluna “NE” inserida nos demonstrativos contábeis corresponde à numeração sequencial das Notas Explicativas. A fim de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				PASSIVO				R\$
ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	
ATIVO CIRCULANTE		203.169.340,55	102.739.132,02	PASSIVO CIRCULANTE		167.172.267,12	198.576.889,57	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	195.547.097,71	93.371.773,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6	166.376.857,83	198.089.694,82	
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.377.810,64	1.170.931,65	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7	738.656,85	472.321,25	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-	
Estoques	3	6.193.486,61	8.169.616,36	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente		50.945,59	26.810,12	Provisões a Curto Prazo		-	-	
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		56.752,44	14.873,50	
		551.132.145,92	404.938.575,67	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		127.440.815,04	124.400.278,41	
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.989.653,76	1.935.388,29	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	6	127.333.288,01	124.099.332,31	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2	1.989.653,76	1.935.388,29	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-	
Investimentos		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-	
Imobilizado	4	537.652.240,56	392.443.214,94	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	
Bens Móveis		78.808.514,64	70.874.116,73	Provisões a Longo Prazo		-	-	
Bens Móveis		143.250.901,28	129.891.785,34	Demais Obrigações a Longo Prazo		107.527,03	300.946,10	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-64.442.386,64	-57.641.241,32	Resultado Diferido		-	-	
Bens Imóveis		-	-1.376.427,29	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		294.613.082,16	322.977.167,98	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-1.376.427,29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Bens Imóveis		458.843.725,92	321.569.098,21	Patrimônio Social e Capital Social		-	-	
Bens Imóveis		459.226.458,16	321.687.391,84	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-382.732,24	-118.293,63	Reservas de Capital		-	-	
Imóveis		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Reservas de Lucros		-	-	
Intangível	5	11.490.251,60	10.559.972,44	Demais Reservas		-	-	
Softwares		11.490.251,60	10.559.972,44	Resultados Acumulados		459.688.404,31	184.700.539,71	
Softwares		14.230.408,02	13.243.117,68	Resultado do Exercício		274.602.369,67	-34.619.616,47	
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-2.740.156,42	-2.683.145,24	Resultados de Exercícios Anteriores		184.700.539,71	219.320.426,87	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	8	385.494,93	-270,69	
Diferido		-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-	
		754.301.486,47	507.677.707,69	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		459.688.404,31	184.700.539,71	
TOTAL DO ATIVO		754.301.486,47	507.677.707,69	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		754.301.486,47	507.677.707,69	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
	NE	2017	2016
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		195.547.097,71	93.371.773,89
Ativo Permanente		558.754.388,76	414.305.933,80
Total do Ativo		754.301.486,47	507.677.707,69
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		154.957.871,95	75.405.796,84
Passivo Permanente		244.848.692,58	311.709.956,44
Total do Passivo		399.806.564,53	387.115.753,28
SALDO PATRIMONIAL (I-II)	9	354.494.921,94	120.561.954,41

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
	NE	2017	2016
Atos Potenciais Ativos	10	11.160.325,82	273.718.014,38
Execução dos Atos Potenciais Ativos		11.160.325,82	273.718.014,38
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		7.301.144,50	27.215.921,04
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-
Direitos Contratuais a Executar		3.859.181,32	246.502.093,34
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Atos Potenciais Passivos	11	390.686.394,46	86.908.885,11
Execução dos Atos Potenciais Passivos		390.686.394,46	86.908.885,11
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		-	-
Obrigações Contratuais a Executar		390.686.394,46	86.908.885,11
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-

R\$

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	2017	2016
Recursos Ordinários		12.199.296,22	170.743,24
Recursos Vinculados		28.389.929,54	17.795.233,81
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		28.389.929,54	17.795.233,81
SUPERÁVIT FINANCEIRO	12	40.589.225,76	17.965.977,05



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		3.025.885.803,80	2.463.462.984,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13	89.629.994,46	82.147.287,44
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.061.541,68	2.270.287,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		253.854,17	308.281,04
Transferências e Delegações Recebidas	14	2.795.096.168,67	2.350.113.895,05
Transferências Intragovernamentais		2.737.631.237,27	2.261.046.159,17
Transferências Intergovernamentais		57.464.931,40	88.793.582,77
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	274.153,11
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15	137.710.837,38	25.645.798,70
Reavaliação de Ativos		137.432.766,63	21.301.041,00
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		277.683,47	935.968,37
Ganhos com Desincorporação de Passivos		387,28	3.408.789,33
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.133.407,44	2.977.434,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.751.283.434,13	2.498.082.600,62
Pessoal e Encargos	16	1.639.234.256,83	1.537.254.114,87
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	574.173.181,61	518.730.993,58
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	250.203.506,84	277.209.201,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6.099,61	6.281,66
Transferências e Delegações Concedidas	19	260.815.474,83	98.135.695,77
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	20	19.422.059,26	59.143.717,14
Tributárias		3.686.844,75	4.184.142,49
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.742.010,40	3.418.453,82
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	21	274.602.369,67	(34.619.616,47)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – (U.O. 15103)

RS

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		86.722.628,00	86.722.628,00	58.911.503,26	(27.811.124,74)
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		907.401,00	907.401,00	939.214,95	31.813,95
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	130,00	130,00
Transferências Correntes		85.237.215,00	85.237.215,00	57.464.931,40	(27.772.283,60)
Outras Receitas Correntes		578.012,00	578.012,00	507.226,91	(70.785,09)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	22	86.722.628,00	86.722.628,00	58.911.503,26	(27.811.124,74)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		86.722.628,00	86.722.628,00	58.911.503,26	(27.811.124,74)
DEFICIT	24			2.530.972.628,89	2.530.972.628,89
TOTAL		86.722.628,00	86.722.628,00	2.589.884.132,15	2.503.161.504,15
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

R\$

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		2.238.281.732,00	2.583.735.646,00	2.567.842.358,69	2.477.980.216,59	2.477.231.875,33	15.893.287,31
Pessoal e Encargos Sociais		1.853.220.319,00	2.201.052.416,00	2.189.247.698,46	2.132.009.583,77	2.132.009.583,77	11.804.717,54
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		385.061.413,00	382.683.230,00	378.594.660,23	345.970.632,82	345.222.291,56	4.088.569,77
DESPESAS DE CAPITAL		14.542.026,00	22.072.026,00	22.041.773,46	1.677.030,28	1.677.030,28	30.252,54
Investimentos		14.542.026,00	22.072.026,00	22.041.773,46	1.677.030,28	1.677.030,28	30.252,54
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	23	2.252.823.758,00	2.605.807.672,00	2.589.884.132,15	2.479.657.246,87	2.478.908.905,61	15.923.539,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.252.823.758,00	2.605.807.672,00	2.589.884.132,15	2.479.657.246,87	2.478.908.905,61	15.923.539,85
TOTAL		2.252.823.758,00	2.605.807.672,00	2.589.884.132,15	2.479.657.246,87	2.478.908.905,61	15.923.539,85



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

R\$

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		35.336.881,55	30.304.860,10	21.959.281,20	21.957.322,00	1.112.054,44	42.572.365,21
Pessoal e Encargos Sociais		33.351.925,33	9.953.164,15	5.107.091,04	5.107.091,04	-	38.197.998,44
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.984.956,22	20.351.695,95	16.852.190,16	16.850.230,96	1.112.054,44	4.374.366,77
DESPESAS DE CAPITAL		3.863.559,69	4.681.500,61	8.158.610,30	8.158.610,30	-	386.450,00
Investimentos		3.863.559,69	4.681.500,61	8.158.610,30	8.158.610,30	-	386.450,00
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	25	39.200.441,24	34.986.360,71	30.117.891,50	30.115.932,30	1.112.054,44	42.958.815,21

R\$

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		1.992,45	470.328,80	431.606,85	-	40.714,40
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.992,45	470.328,80	431.606,85	-	40.714,40
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	26	1.992,45	470.328,80	431.606,85	-	40.714,40



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

IV - BALANÇO FINANCEIRO

R\$

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias	29	2.772.322.567,47	2.394.948.587,66
Ordinárias		-	-	Ordinárias		2.169.592.410,58	1.783.916.991,80
Vinculadas		-	-	Vinculadas		602.730.156,89	611.031.595,86
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		494.459.368,00	447.939.854,27
Transferências Financeiras Recebidas		2.737.631.237,27	2.261.046.159,17	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		108.270.788,89	163.091.741,59
Resultantes da Execução Orçamentária		2.735.349.493,81	2.255.322.235,91	Transferências Financeiras Concedidas		94.246.157,27	89.332.814,60
Sub-repasse Recebido	27	2.735.349.493,81	2.255.322.235,91	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		2.281.743,46	5.723.923,26	Independentes da Execução Orçamentária		94.246.157,27	89.332.814,60
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		219.123,19	2.551.526,00	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		651.206,55	1.603.307,47
Demais Transferências Recebidas		1.068.538,50	1.561.826,73	Demais Transferências Concedidas		108.736,75	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		994.081,77	1.610.570,53	Movimento de Saldos Patrimoniais		93.486.213,97	87.729.507,13
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários	28	262.900.972,12	212.388.775,42	Despesas Extraorçamentárias		31.788.160,83	72.570.727,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		748.341,26	465.227,05	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	26	431.606,85	6.521.564,36
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		111.098.079,62	35.054.041,42	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25	30.541.938,31	65.250.366,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		610.717,53	796.602,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		814.615,67	794.318,11
Outros Recebimentos Extraorçamentários		150.443.833,71	176.072.904,17	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	4.478,44
Arrecadação de Outra Unidade		150.443.833,71	176.072.904,17	Demais Pagamentos		-	4.478,44
Saldo do Exercício Anterior		93.371.773,89	176.788.969,06	Saldo para o Exercício Seguinte		195.547.097,71	93.371.773,89
Caixa e Equivalentes de Caixa		93.371.773,89	176.788.969,06	Caixa e Equivalentes de Caixa		195.547.097,71	93.371.773,89
TOTAL	30	3.093.903.983,28	2.650.223.903,65	TOTAL	30	3.093.903.983,28	2.650.223.903,65



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$

	NE	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		124.579.908,96	(58.931.153,92)
INGRESSOS		2.888.685.788,51	2.437.915.666,12
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		2.888.685.788,51	2.437.915.666,12
DESEMBOLSOS		(2.764.105.879,55)	(2.496.846.820,04)
Pessoal e Demais Despesas		(2.434.122.442,96)	(2.186.301.103,24)
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(234.922.663,65)	(220.414.105,65)
Outros Desembolsos das Operações		(95.060.772,94)	(90.131.611,15)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(22.404.585,14)	(24.486.041,25)
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		(22.404.585,14)	(24.486.041,25)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(21.417.294,80)	(16.099.537,53)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(987.290,34)	(8.386.503,72)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31	102.175.323,82	(83.417.195,17)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		93.371.773,89	176.788.969,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		195.547.097,71	93.371.773,89



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

C. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

C.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei nº 10.180/2001. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2017), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 7ª Edição) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), foram analisadas considerando os demonstrativos Balanço Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa da Unidade Gestora - UG 080010, e o Balanço Orçamentário e da Unidade Orçamentária (UO 15103), pois somente esse demonstrativo por UO contém informações relativas às receitas da unidade.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as mesmas são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário – U.O. 15103 (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

C.2. Resumo dos Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região:

- a) Moeda Funcional e Saldos em Moedas Estrangeiras



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa (Conta Única do Tesouro Nacional), demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Receber de Curto Prazo

Compreende os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) transferências; (iv) adiantamentos; e (v) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Estoques

Compreendem os produtos acabados e os produtos em elaboração, bem como o almoxarifado. Na entrada, os bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas de estoque é o custo médio ponderado. Há, ainda, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e) VPD Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão no futuro, a curto prazo. Os pagamentos são registrados em conta do Ativo (11.9XX.YY.ZZ) pelo valor total da aquisição, sendo os registros baixados mensalmente quando contabilizadas as variações patrimoniais diminutivas (VPD), em observância ao Princípio da Competência.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; e (iii) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo, e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros. A exceção se refere aos estoques que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

g) Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. O reconhecimento inicial ocorre pelo valor de aquisição, construção ou produção. A seguir, os bens ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável.

Gastos posteriores são incorporados ao valor do bem quando capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos posteriores não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variação patrimonial diminutiva do exercício.

h) Intangível

O Intangível é composto de direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. O reconhecimento inicial ocorre pelo valor de aquisição ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à amortização, quando tiverem vida útil definida, bem como procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável.

i) Depreciação e amortização dos bens móveis e intangível

A base de cálculo para a depreciação e amortização de bens móveis e intangíveis é o custo do ativo, que compreende todos os custos diretos e indiretos. O método de cálculo utilizado é o das quotas constantes.

Para os bens móveis, como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o registro da depreciação em fração menor que um mês.

Para os bens intangíveis com vida útil definida, a amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo está disponível para uso.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no Sistema SPIUnet é apurada mensal e automaticamente, no próprio SPIUnet, sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

No caso de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação e redução a valor recuperável na Administração Pública Direta da União têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor, seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI, Macrofunção “02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável”.

l) Passivos Circulantes e Não Circulantes

O reconhecimento dos passivos observa o regime de competência e são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

São segregados em Circulantes, para os casos de valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, e em Não Circulantes, para os demais passivos.

m) Provisões

As provisões estão segregadas em quatro categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos cíveis; (iii) provisões matemáticas; e (iv) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor.

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

o) Apuração de Resultado

No modelo do PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

- I) Resultado Patrimonial: é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Caso o resultado for positivo, há superávit patrimonial; caso contrário, há déficit patrimonial.
- II) Resultado Orçamentário: é apurado no Balanço Orçamentário, confrontando as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Caso o resultado for positivo, há superávit orçamentário; caso contrário, há déficit orçamentário.
- III) Resultado Financeiro: é apurado tanto no Balanço Financeiro quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Balanço Financeiro, apura-se confrontando os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do TRT2. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, apura-se confrontando o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e Equivalentes de Caixa. Caso a diferença for positiva, há superávit financeiro; caso contrário, há déficit financeiro.

p) Análise das Demonstrações Contábeis

A análise dos demonstrativos buscou verificar a variação entre exercícios (Análise Horizontal – AH), a participação percentual de cada item do exercício (Análise Vertical - AV) e as justificativas que explicam tais resultados.

C.3. Notas Explicativas

C.3.1. Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- a) Ativo: são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem, para a entidade, benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) Passivo: são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se espera que resultem em saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade.
- c) Patrimônio Líquido: é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) Contas de Compensação: compreendem os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período, segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

As notas explicativas números 1 a 12 esclarecem os principais itens do Balanço Patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou saldo de R\$ 195.547.097,71, o que corresponde a 96,25% do montante de R\$ 203.169.340,55 do Ativo Circulante.

A Tabela 1 a seguir apresenta a composição do item:

Tabela 1- Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	107.527,03	300.946,10	(64,27%)	0,05%	(193.419,07)
Limite de Saque com Vinculação de Pgto - OFSS	195.439.570,68	93.070.827,79	109,99%	99,95%	102.368.742,89
TOTAL	195.547.097,71	93.371.773,89	109,43%	100,00%	102.175.323,82

Fonte: Siafi 2017/2016

A conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” é composta de depósitos recebidos em garantia de contratos de fornecimento de bens e prestações de serviços firmados com terceiros, em atendimento ao disposto na Lei de Licitações (Lei 8.666/93).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto à Secretaria do Tesouro Nacional, para fazer frente às despesas realizadas pelos créditos orçamentários consignados na LOA.

A conta de “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” apresentou uma variação positiva de 109,99%, correspondente a R\$ 102.368.742,89. Tal variação decorre principalmente do recebimento, no mês de dezembro, de recursos para pagamento de passivos trabalhistas deste Tribunal, os quais totalizaram R\$ 97.185.511,00, cujo saldo não foi totalmente pago em 2017.

A variação negativa no período da conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” decorreu da baixa das garantias vencidas e devolvidas aos fornecedores em 2017. Cumpre informar que os saldos dos valores que permaneceram na conta não estão conciliados com os respectivos extratos bancários, por indisponibilidade dessa informação junto à Instituição Financeira.

A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” pode ser detalhada a partir da fonte de arrecadação, visualizada conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Composição por fonte de recursos

Fonte Recursos	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
00 - Recursos Ordinários	133.789.695,65	39.908.960,86	235,24%	68,46%	93.880.734,79
81 - Recursos de Convênios	46.550.889,66	37.777.211,46	23,22%	23,82%	8.773.678,20
50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	5.480.343,21	5.451.744,48	0,52%	2,80%	28.598,73
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	4.801.438,66	3.139.086,46	52,96%	2,46%	1.662.352,20
88 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	3.663.739,35	4.281.269,37	(14,42%)	1,87%	(617.530,02)
56 - Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor	1.149.069,72	1.484.069,72	(22,57%)	0,59%	(335.000,00)
90 - Recursos Diversos	4.394,43	14.873,50	(70,45%)	0,00%	(10.479,07)
69 - Contribuição Patronal p/ Plano de Segurid. Social do Servidor	-	1.013.611,94	(100,00%)	0,00%	(1.013.611,94)
Total	195.439.570,68	93.070.827,79	109,99%	100,00%	102.368.742,89

Fonte: Siafi 2017/2016

As variações por fonte de recursos mais relevantes estão detalhadas abaixo:

- Recursos Ordinários: os recursos na fonte de Recursos Ordinários representam 68,46% do saldo da conta em 2017 e apresentaram uma variação de 235,24%, no valor de R\$



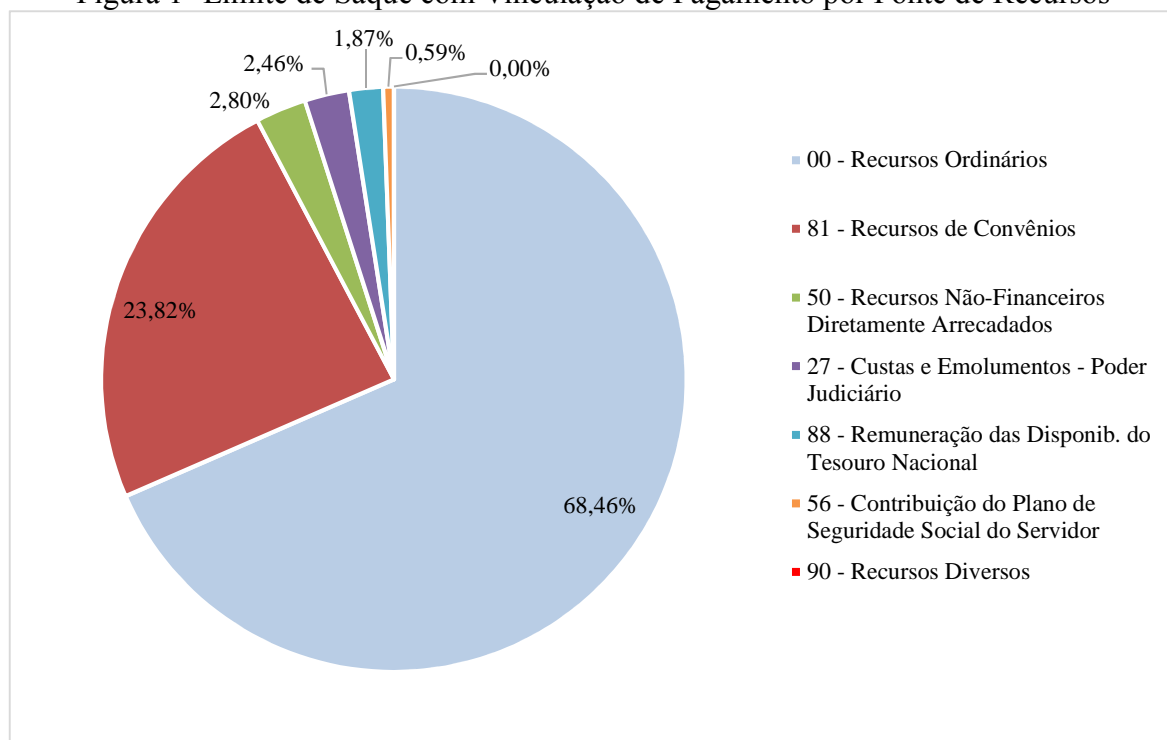
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

93.880.734,79. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelos recursos recebidos em dezembro/2017 para pagamento de passivos trabalhistas deste Tribunal.

- b) Recursos de Convênios: os recursos na fonte Recursos de Convênio representaram 23,82% do saldo da conta em 2017 e apresentaram uma variação de 23,22%, no montante de R\$ 8.773.678,20. A variação positiva foi ocasionada pelo recebimento da remuneração dos depósitos judiciais mantidos no Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) do mês de competência de dezembro de 2017, normalmente recolhido no mês seguinte, mas que foi excepcionalmente recebido no próprio mês.

O gráfico a seguir apresenta a composição percentual da conta de limite de saque por fonte de recursos.

Figura 1- Limite de Saque com Vinculação de Pagamento por Fonte de Recursos



Fonte: Siafi 2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo

O item Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo é composto de valores a receber devidos por servidores e fornecedores, e adiantamentos concedidos a terceiros. Apresentou saldo de R\$ 1.377.810,67, o que corresponde a 0,68% do montante do Ativo Circulante.

A Tabela 3 apresenta a composição da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Tabela 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Cred. a Rec. Por Dano ao Patrimônio	18.303,22	18.303,22	0,00%	1,33%	-
Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações	120.297,59	191.102,07	(37,05%)	8,73%	(70.804,48)
Cred. a Rec. de Acerto Financ. c/ Servidores e Ex-Serv.	1.239.209,83	961.526,36	28,88%	89,94%	277.683,47
Total	1.377.810,64	1.170.931,65	17,67%	100,00%	206.878,99

Fonte: Siafi 2017/2016

Dentre as contas que compõem o item Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, verifica-se que:

- A conta “Créditos a Receber de Acerto Financeiros c/ Servidores/Ex-Servidores” representa 89,94% do item Demais Créditos e Valores de Curto Prazo. A variação de 28,88% decorreu do reconhecimento de novos valores devidos por servidores e ex-servidores ao Tribunal no exercício de 2017.
- A conta “Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio” não apresentou variação. O Tribunal possui valor a receber da empresa Elektro Redes S/A, CNPJ 02.328.280/0001-97. O valor permaneceu na conta em virtude de pendência referente ao questionamento à empresa quanto à definição do meio de proceder o recolhimento, havendo previsão de baixa no 1º Trimestre de 2018.
- A conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações” apresentou variação negativa de 37,05%, em razão da baixa por recolhimento de valores devidos ou por inscrição pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do valor devido em Dívida Ativa.

A Tabela 4 apresenta a composição do item Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 4 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	Varição Absoluta
Adiantamento de Contrib. Futuras - Funpresp	1.989.653,76	1.935.388,29	2,80%	54.265,47

Fonte: Siafi 2017/2016

O valor da conta “Adiantamento de Contrib. Futuras – Funpresp” refere-se a adiantamento dado à FUNPRESP-JUD pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2013 e registrado em 2015 na conta supramencionada, conforme orientações dispostas na Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015.

Tal valor será baixado quando o fundo atingir seu ponto de equilíbrio, ou seja, quando o montante das receitas administrativas da FUNPRESP-JUD superar o das despesas administrativas no mesmo ano-calendário.

O valor do aporte inicial foi registrado em setembro de 2015, no valor de R\$ 1.650.216,52, em consonância com as orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 40 de 04 de setembro de 2015, devendo ser atualizado monetariamente com base no Índice IPCA/IBGE.

O montante inicial, após atualização, totalizou em 2016 R\$ 1.935.388,29.

Em 2017, a atualização correspondeu a R\$ 54.265,47, totalizando ao final do exercício R\$ 1.989.653,76.

Cabe esclarecer que o valor referente à correção monetária é registrado contabilmente no mês seguinte ao de referência, motivo pelo qual a correção referente ao mês de dezembro de 2017 ocorrerá em janeiro de 2018.

Nota 3 – Estoques

O Item “Estoques” apresentou saldo de R\$ 6.193.486,61, correspondente a 3,05% do montante de R\$ 203.169.340,55 do Ativo Circulante. Neste item estão registrados exclusivamente materiais de consumo mantidos no almoxarifado.

A Tabela 5 apresenta a composição do saldo de Estoque em dezembro/2017:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 5 - Estoques – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Material de Expediente	2.104.401,36	3.176.640,69	(33,75%)	33,98%	(1.072.239,33)
Material de TIC - Material de Consumo	1.807.760,80	1.712.136,11	5,59%	29,19%	95.624,69
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	1.461.561,89	2.758.884,58	(47,02%)	23,60%	(1.297.322,69)
Material Elétrico e Eletrônico	276.211,69	45.973,21	500,81%	4,46%	230.238,48
Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	207.499,02	141.850,12	46,28%	3,35%	65.648,90
Material p/ Reabilitação Profissional	86.631,74	89.600,80	(3,31%)	1,40%	(2.969,06)
Material de Acondicionamento e Embalagem	75.738,03	98.320,16	(22,97%)	1,22%	(22.582,13)
Material de Copa e Cozinha	60.994,90	64.924,24	(6,05%)	0,98%	(3.929,34)
Material p/ Manutenção de Veículos	48.272,74	22.512,22	114,43%	0,78%	25.760,52
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	39.098,27	21.076,11	85,51%	0,63%	18.022,16
Material de Sinalização Visual e Outros	10.334,46	24.516,36	(57,85%)	0,17%	(14.181,90)
Material Hospitalar	5.065,74	7.121,63	(28,87%)	0,08%	(2.055,89)
Material p/ Manutenção de Bens Móveis	3.450,99	4.015,29	(14,05%)	0,06%	(564,30)
Material para Divulgação	2.530,00	0,00	100,00%	0,04%	2.530,00
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.890,14	0,00	100,00%	0,03%	1.890,14
Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	1.449,84	1.449,84	0,00%	0,02%	0,00
Ferramentas	595,00	595,00	0,00%	0,01%	0,00
Total	6.193.486,61	8.169.616,36	(24,19%)	100,00%	(1.976.129,75)

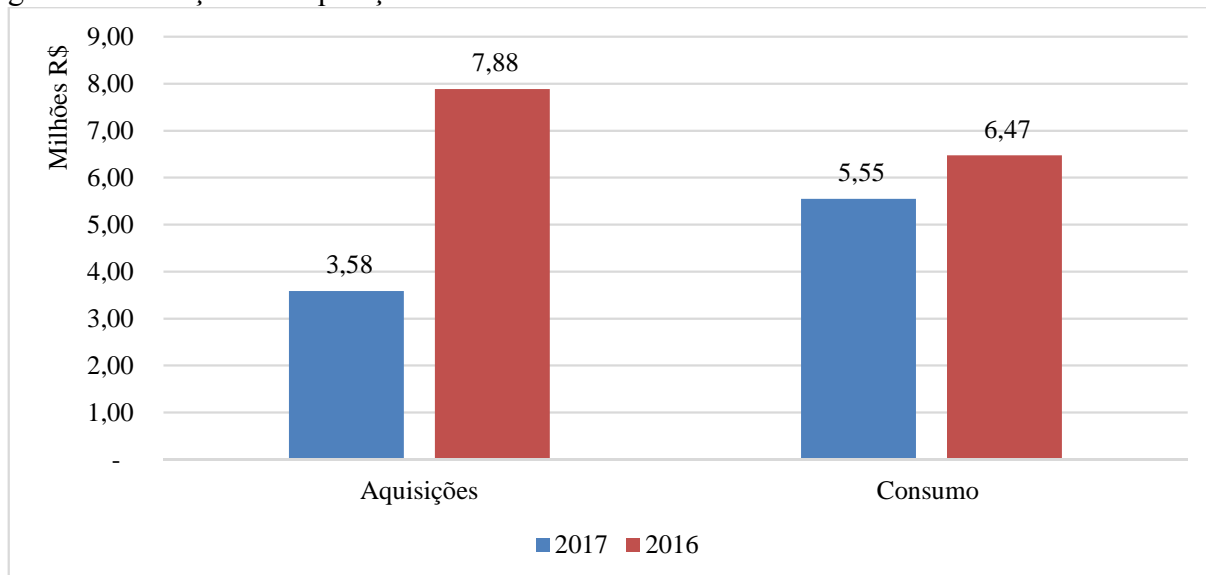
Fonte: Siafi 2017/2016

O item apresentou uma variação negativa de 24,19% em relação ao exercício de 2016, em razão da redução da aquisição de tais bens no exercício de 2017, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 2 - Evolução das aquisições e consumo de materiais de consumo mantidos no almoxarifado



Fonte: Siafi 2017/2016

Nota 4 – Imobilizado

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O saldo de R\$ 537.652.240,56 deste item corresponde a 97,55% do montante de R\$ 551.132.145,92 do Ativo Não Circulante.

No modelo PCASP, o Imobilizado está segregado em bens móveis e bens imóveis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 6 - Imobilizado – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	Varição Absoluta
Bens Móveis	78.808.514,64	70.874.116,73	11,20%	7.934.397,91
(+) Valor Bruto Contábil	143.250.901,28	129.891.785,34	10,28%	13.359.115,94
(-) Deprec. Acum. - Bens Móveis	(64.442.386,64)	(57.641.241,32)	11,80%	(6.801.145,32)
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	(1.376.427,29)	(100,00%)	1.376.427,29
Bens Imóveis	458.843.725,92	321.569.098,21	42,69%	137.274.627,71
(+) Valor Bruto Contábil	459.226.458,16	321.687.391,84	42,76%	137.539.066,32



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conta	2017	2016	AH (%)	Varição Absoluta
(-) Deprec. Acum. - Bens Imóveis	(382.732,24)	(118.293,63)	223,54%	(264.438,61)
Total	537.652.240,56	392.443.214,94	37,00%	145.209.025,62

Fonte: Siafi 2017/2016

Bens Móveis

Entre os exercícios de 2016 e 2017, o título Bens Móveis evoluiu aproximadamente 11,20%, demonstrando crescimento de R\$ 7.934.397,91, conforme Tabela 7.

Tabela 7 - Bens Móveis – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	21.675.811,47	19.951.861,78	8,64%	27,50%	1.723.949,69
Bens de Informática	67.580.761,82	69.118.114,59	(2,22%)	85,75%	(1.537.352,77)
Móveis e Utensílios	19.926.403,11	23.566.155,00	(15,44%)	25,28%	(3.639.751,89)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.610.076,93	2.795.095,05	(6,62%)	3,31%	(185.018,12)
Veículos	8.956.156,45	9.064.054,72	(1,19%)	11,36%	(107.898,27)
Bens Móveis em Almoxarifado	18.806.790,04	5.103.968,72	268,47%	23,86%	13.702.821,32
Demais Bens Móveis	3.694.901,46	292.535,48	1163,06%	4,69%	3.402.365,98
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(64.442.386,64)	(57.641.241,32)	11,80%	(81,77%)	(6.801.145,32)
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	(1.376.427,29)	(100,00%)	-	1.376.427,29
Total	78.808.514,64	70.874.116,73	11,20%	100,00%	7.934.397,91

Fonte: Siafi 2017/2016

Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- Bens Móveis em Almoxarifado: a variação positiva de 268,47%, aproximadamente R\$ 13,7 milhões, decorreu principalmente da aquisição de equipamentos de informática, recebidos em dezembro de 2017, que totalizaram cerca de R\$ 12 milhões.
- Demais Bens Móveis: a variação positiva de 1163,06%, aproximadamente R\$ 3,4 milhões, decorreu do reconhecimento de bens não localizados do TRT2, contabilizados neste grupo em conta específica, e da respectiva baixa nas contas dos outros grupos de bens móveis.
- Móveis e Utensílios: a variação negativa de 15,44%, aproximadamente R\$ 3,6 milhões, decorreu principalmente do reconhecimento de bens não localizados do TRT2, com a



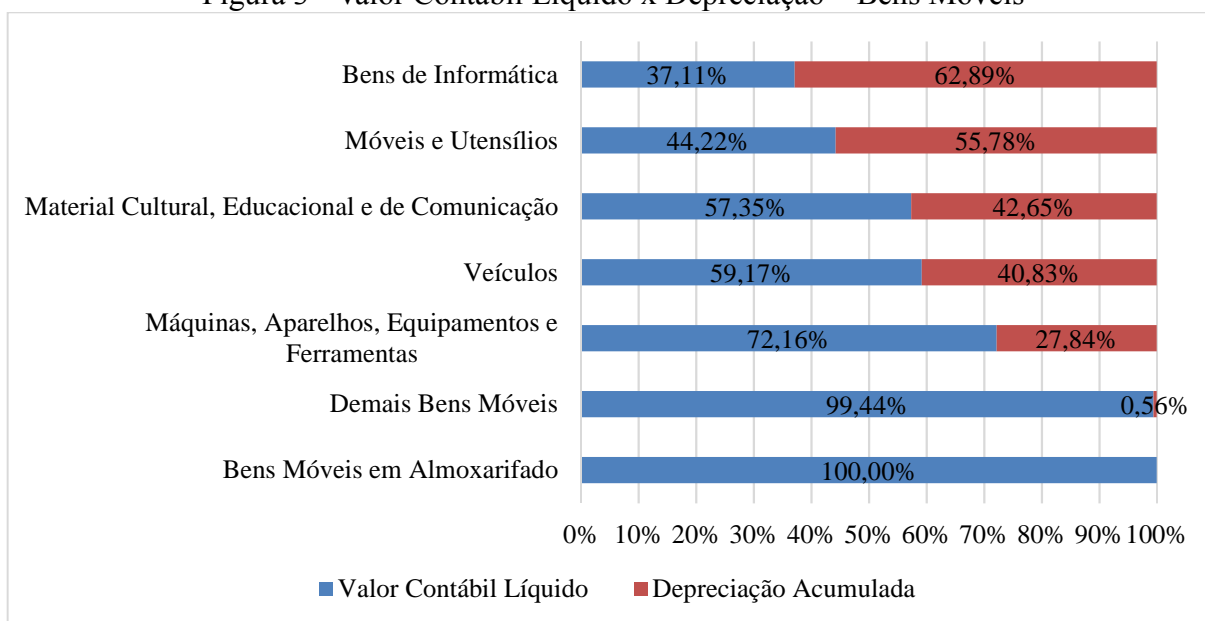
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

respectiva baixa nas contas de móveis e utensílios.

- d) Redução ao Valor Recuperável: o saldo da conta de Redução ao Valor Recuperável foi baixado durante o exercício de 2017, em atenção à normatização contábil vigente.

O gráfico abaixo apresenta a atual situação dos bens móveis por conta, demonstrando o percentual dos bens já depreciados e o valor contábil líquido. Cabe esclarecer que os bens móveis em almoxarifado não apresentam depreciação pois apenas passam a sofrer depreciação quando colocados em uso.

Figura 3 - Valor Contábil Líquido x Depreciação – Bens Móveis



Fonte: Siafi 2017

Depreciação de Bens Móveis

A depreciação dos Bens Móveis obedece à normatização definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União - CCONT/STN/MF, constante do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

A tabela a seguir demonstra os parâmetros utilizados para o cálculo da depreciação dos bens móveis.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 8 - Valor Residual e Vida Útil - Bens Móveis

	Título Contábil	Valor Residual	Vida Útil (anos)
123110101	Aparelhos de Medição e Orientação	10%	15
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	20%	10
123110103	Equipam. Utensílios Médicos, Odonto., Lab. e Hosp.	20%	15
123110104	Aparelho e Equipamento p/ Esportes e Diversões	10%	10
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10%	10
123110106	Máquinas e Equipamentos Industriais	10%	20
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10%	10
123110108	Máquinas e Equipamentos Gráficos	10%	15
123110109	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de oficina	10%	10
123110110	Equipamentos de Montaria	10%	5
123110111	Equipamento e Materiais Sigiloso e Reservados	10%	10
123110112	Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	10%	5
123110113	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	10%	15
123110114	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	10%	30
123110115	Equipam. Peças e Acessórios de Proteção ao voo	10%	30
123110116	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	10%	15
123110118	Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	10%	20
123110119	Equipamentos de Proteção e Vigilância Ambiental	10%	10
123110120	Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	10%	10
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10%	10
123110123	Máquinas e Equipamentos - Construção Civil	10%	20
123110124	Máquinas e Equipamentos Eletro-Eletrônicos	10%	10
123110125	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10%	10
123110199	Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10%	10
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	10%	5
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10%	10
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório	10%	10
123110303	Mobiliário em Geral	10%	10
123110304	Utensílios em Geral	10%	10
123110402	Coleções e Materiais Bibliográficos	-	10
123110403	Discotecas e Filmotecas	10%	5
123110404	Instrumentos Musicais e Artísticos	10%	20
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10%	10
123110406	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
123110407	Máquinas e Equipamentos para Fins Didáticos	10%	10
123110499	Outros Materiais Culturais, Educac. e de comunicação	10%	10



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Título Contábil		Valor Residual	Vida Útil (anos)
123110501	Veículos em Geral	10%	15
123110502	Veículos Ferroviários	10%	30
123110503	Veículos de Tração Mecânica	10%	15
123110504	Carros de Combate	10%	30
123110505	Aeronaves	-	-
123110506	Embarcações	-	-
123110900	Armamentos	15%	20
123111000	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10%	10
123119904	Armazéns Estruturais - Coberturas de Lona	10%	10
123119909	Peças não Incorporáveis à Imóveis	10%	10

Fonte: Manual SIAFI – Macrofunção 020330

Bens Imóveis

Entre os exercícios de 2016 e 2017, o título Bens Imóveis evoluiu aproximadamente 42,69%, um crescimento de R\$ 137.274.627,71, conforme tabela 9.

Tabela 9 - Bens Imóveis – Composição

	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta
Bens de Uso Especial	459.094.341,47	321.661.574,84	42,73%	100,05%	137.432.766,63
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	132.116,69	25.817,00	411,74%	0,03%	106.299,69
(-) Deprec. Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(382.732,24)	(118.293,63)	223,54%	(0,08%)	(264.438,61)
Total	458.843.725,92	321.569.098,21	42,69%	100,00%	137.274.627,71

Fonte: SIAFI 2017/2016

O item Bens de Uso Especial corresponde exclusivamente a Edifícios, e seu saldo está conciliado com o registrado no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

A tabela abaixo demonstra a composição da conta de Edifícios. Cabe esclarecer que o número RIP registrado no SIAFI (RIP Utilização) é diferente do registrado no SPIUnet.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 10 - Edifícios – Composição

						R\$
RIP Utilização (SIAFI)	RIP SPIUnet	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
6789.00012.500-7	6789.00018.500-0	2.834.582,24	2.676.736,00	5,90%	0,62%	157.846,24
7075.00027.500-0	7075.00017.500-5	15.353.212,68	15.353.212,68	0,00%	3,34%	0,00
7107.00214.500-8	7107.00467.500-4	124.977.494,20	81.163.050,05	53,98%	27,22%	43.814.444,15
7107.00343.500-0	7107.00524.500-3	289.484.972,12	203.422.534,32	42,31%	63,06%	86.062.437,80
7107.00215.500-3	7107.00470.500-0	22.852.976,89	15.454.938,45	47,87%	4,98%	7.398.038,44
7071.00074.500-3	7071.00149.500-0	3.591.103,34	3.591.103,34	0,00%	0,78%	0,00
Total		459.094.341,47	321.661.574,84	42,73%	100,00%	137.432.766,63

Fonte: Siafi 2017/2016

A variação no exercício, de 42,73%, decorreu de procedimento de reavaliação efetuada dos edifícios do TRT2, no mês de julho de 2017, no SPIUnet.

Depreciação dos Bens Imóveis

A depreciação dos bens imóveis é realizada, de forma centralizada, pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN (UG 170999), a partir das informações disponibilizadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação pelo SPIUnet é o Método da Parábola de Kuentzle, conforme definido na Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014.

Nota 5 – Intangível

Os bens intangíveis correspondem a ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

Os bens intangíveis do TRT2 são compostos exclusivamente de Softwares e totalizaram R\$ 11.490.251,60, representando um aumento de 8,81% em comparação ao exercício anterior.

A composição dos bens intangíveis está disposta na tabela abaixo:

Tabela 11 - Intangível – Composição

					R\$
Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Software com Vida Útil Indefinida	11.272.403,12	4.251.996,52	165,11%	98,10%	7.020.406,60



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Software com Vida Útil Definida	2.958.004,90	8.991.121,16	(67,10%)	25,74%	(6.033.116,26)
(-) Amortização Acumulada	(2.740.156,42)	(2.683.145,24)	2,12%	(23,85%)	(57.011,18)
Total	11.490.251,60	10.559.972,44	8,81%	100,00%	930.279,16

Fonte: Siafi 2017/2016

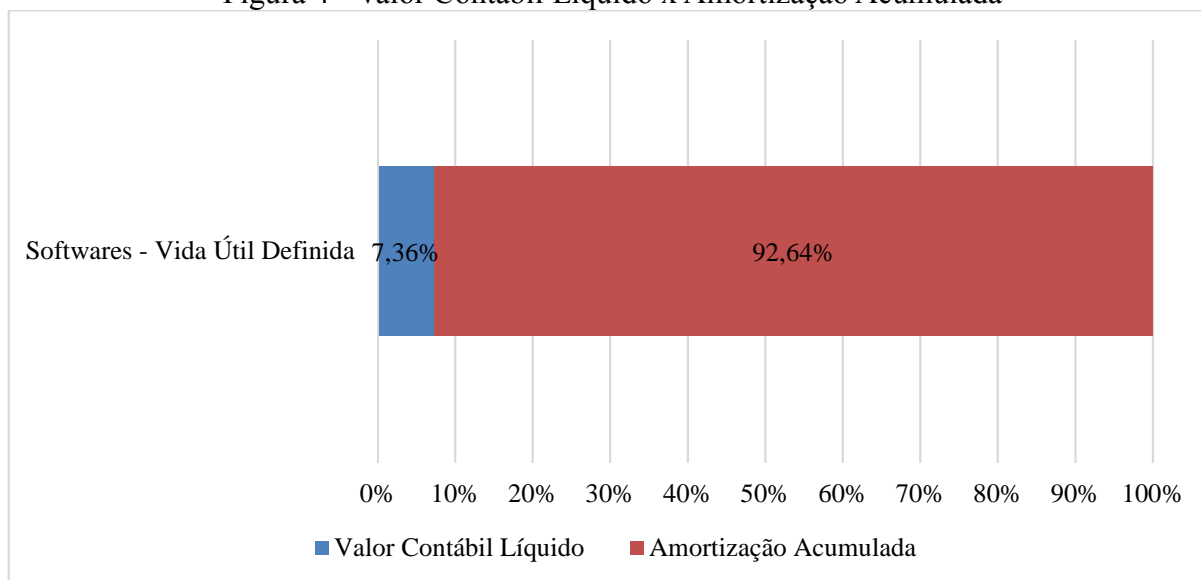
As variações ocorridas durante o exercício de 2017 decorreram:

- Da reclassificação de *softwares* de vida útil definida para vida útil indefinida, no montante de R\$ 6.342.481,10;
- Da aquisição de *softwares* com vida útil definida, no montante de R\$ 266.935,88, e da aquisição de *softwares* com vida útil indefinida, no montante de R\$ 720.354,46.

Para os *softwares* com vida útil definida, a parcela ainda não amortizada corresponde a aproximadamente R\$ 217.848,48.

O gráfico abaixo apresenta a situação percentual:

Figura 4 - Valor Contábil Líquido x Amortização Acumulada



Fonte: Siafi 2017

Em relação aos softwares com vida útil indefinida, a Tabela 12 apresenta aqueles mais relevantes:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 12 - Softwares com vida útil indefinida mais relevantes

Descrição Software	R\$	
	2017	AV (%)
Licença Software VMWARE	3.309.132,37	29,36%
Solução Integrada Gerenc. TI - SISGTI	1.331.550,00	11,81%
Lic. Soft. Base Expansion Storwize	1.110.889,82	9,85%
Lic. Soft. Backup IBM Spectrum Protect	777.214,68	6,89%
Licença Soft. VMWARE Basic	576.361,80	5,11%
Licença IBM Series	563.824,15	5,00%
Licença Microsoft Office	515.692,16	4,57%
Demais Softwares (46)	3.087.738,14	27,39%
Total	11.272.403,12	100,00%

Fonte: Siafi 2017

Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto e Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Tais obrigações estão segregadas em Curto Prazo e Longo Prazo, conforme Tabela 13:

Tabela 13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Composição

	R\$				
	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta
Curto Prazo	166.376.857,83	198.089.694,82	(16,01%)	56,65%	(31.712.836,99)
Longo Prazo	127.333.288,01	124.099.332,31	2,61%	43,35%	3.233.955,70
Total	293.710.145,84	322.189.027,13	(8,84%)	100,00%	(28.478.881,29)

Fonte: Siafi 2017/2016

O saldo de R\$ 166.376.857,83 das obrigações de curto prazo corresponde a 99,52% do montante de R\$ 167.172.267,12 do Passivo Circulante. Já o saldo de R\$ 127.333.288,01 das obrigações de longo prazo corresponde a 99,92% do montante de R\$ 127.440.815,04 do Passivo Não Circulante.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

A composição das obrigações a curto prazo está detalhada, por conta, na tabela abaixo:

Tabela 14 - Obrigações Trab., Previdenc. e Assist. a Pagar a Curto – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta	R\$
Férias a Pagar	57.710.832,33	56.554.176,14	2,05%	34,69%	1.156.656,19	
Obrigações Trabalhistas a Pagar	104.713.426,57	137.335.131,93	(23,75%)	62,94%	(32.621.705,36)	
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	3.952.598,93	4.200.386,75	(5,90%)	2,38%	(247.787,82)	
Total	166.376.857,83	198.089.694,82	(16,01%)	100,00%	(31.712.836,99)	

Fonte: Siafi 2017/2016

A conta “Férias a Pagar” é composta pelos valores provisionados mensalmente, referentes aos valores devidos aos magistrados e servidores em razão da vantagem pecuniária de 1/3 de férias, com base no sistema SIGEP, sendo que ao final do exercício são baixados os valores pagos durante o ano.

As contas “Obrigações Trabalhistas a Pagar” e “Outros Encargos Sociais – Intra OFSS” são compostas de valores reconhecidos e devidos de passivos trabalhistas de curto prazo.

A variação mais relevante no período ocorreu na conta “Obrigações Trabalhistas a Pagar”, com uma variação negativa de 23,75%, equivalente a R\$ 32.621.705,36, em comparação com o exercício de 2016. A variação é explicada pelo pagamento de passivos trabalhistas durante o exercício de 2017.

Obrigações Trabalhistas a Pagar e Outros Encargos Sociais – Intra OFSS – Curto Prazo

Os passivos da Justiça do Trabalho são reconhecimentos de dívidas com pessoal, como Unidade Real de Valor (URV), Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), Adicional por Tempo de Serviço (ATS), etc, cuja relevância levou o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 1485/2012 – TCU – Plenário, a recomendar ao CSJT que orientasse os Tribunais, incluindo este TRT2, para que contabilizassem corretamente no SIAFI os valores a pagar relacionados a esses débitos com pessoal.

Diante disso, o CSJT emitiu a Mensagem CFIN nº 34/2012 para que os passivos em comento pudessem ser contabilizados no curto e longo prazos, independentemente de disponibilização orçamentária.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Em 2015 foram encaminhadas novas orientações no sentido de segregar os passivos por inscrições genéricas, a fim de possibilitar a sua identificação individualizada no SIAFI, por meio do Ofício Circular nº 024/2015 e da Mensagem CFIN/CSJT nº 053/2015, que regulamentaram a contabilização de passivos de pessoal. Ainda sobre o assunto, foi encaminhada a Mensagem CFIN nº 005/2016, com o objetivo de complementar a anterior e esclarecer o conceito de “passivo”, criando critérios de reconhecimento no SIAFI.

Dessa forma, foi criada pelo CSJT uma tabela com inscrições genéricas que identifica o tipo de passivo, se estes são oriundos de servidor, magistrado ou juiz classista, sua situação funcional (ativo, inativo, pensionista ou se referente a encargo) e se correspondem ao valor principal, juros ou correção monetária.

Os valores permanecem nas respectivas inscrições genéricas enquanto não houver disponibilidade orçamentária para seu pagamento. Quando houver tal disponibilidade, os valores são empenhados e pagos.

Ao final do exercício de 2017, as contas “Obrigações Trabalhistas a Pagar” e “Outros Encargos Sociais” a Curto Prazo apresentaram, para os passivos que ainda não dispunham de orçamento para pagamento, saldo de R\$ 59.804.572,24, conforme Tabela 15.

Tabela 15 - Passivos trabalhistas com insuficiência de crédito orçamentário a curto prazo – Composição

R\$				
Conta	Passivo	Inscrição Genérica	2017	AV (%)
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ABONO VARIÁVEL - MAGIST.- INATIVO - PRINCIPAL	ADMIPABVR	768.404,42	1,28%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ABONO VARIÁVEL - MAGIST.- PENSION.- PRINCIPAL	ADMPPABVR	621.386,62	1,04%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ATS - MAGISTRADO - ATIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMACATSE	19.225,41	0,03%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ATS - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	ADMAJATSE	42.215,88	0,07%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ATS - MAGISTRADO - ATIVO - PRINCIPAL	ADMAPATSE	18.099,22	0,03%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ATS - MAGISTRADO - INATIVO - JUROS	ADMIJATSE	49.519,95	0,08%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ATS - MAGISTRADO - PENSIONISTA - JUROS	ADMPJATSE	32.523,90	0,05%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ATS - MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMICATSE	17.757,83	0,03%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ATS-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMPCATSE	12.058,47	0,02%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ATS-SERVIDOR-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADSPCATSE	331,44	0,00%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	AUX ALIMENT - MAGISTRADO - ATIVO - CORR.MONET	ADMACAALM	17.818,15	0,03%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	AUX ALIMENT - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	ADMAJAALM	25.164,47	0,04%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	AUX ALIMENT - SERVIDOR - ATIVO - CORR.MONETAR	ADSACAALM	1.250,60	0,00%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	AUX ALIMENT - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	ADSAPAALM	10.706,40	0,02%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conta	Passivo	Inscrição Genérica	2017	AV (%)
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DEV.TETO REMUN. MAGIST. - PENSION. - CORR.MON	ADMPDTRM	37.898,62	0,06%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DEV.TETO REMUN. MAGIST. - PENSION.- PRINCIPAL	ADMPPDTRM	37.757,63	0,06%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DEV.TETO REMUN. MAGIST.-INATIVO-CORR.MONET.	ADMICDTRM	8.961,00	0,01%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DEV.TETO REMUN. SERV. - INATIVO - CORR.MONET.	ADSIDTRM	730.122,20	1,22%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DEV.TETO REMUN. SERV. - INATIVO - PRINCIPAL	ADSIDPDRM	528.541,60	0,88%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DEV.TETO REMUN. SERV. - PENSION. - CORR.MONET	ADSPCDTRM	667.522,38	1,12%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DEV.TETO REMUN. SERV. - PENSION. - PRINCIPAL	ADSPPDTRM	244.752,88	0,41%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DIF.ADIC.FÉRIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-CORR.MON	ADSACDAFI	3.520,40	0,01%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DIFER.GRATIF.-FC'S E CC - SERV.-ATIVO - PRINC	ADSAPDFCC	948,02	0,00%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DIFER.GRATIF.-FC'S E CC-SERV.-ATIVO-CORR.MON.	ADSACDFCC	162,27	0,00%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - MAGIST.PENS. - CM	ADMPCDPRP	13.384,98	0,02%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO - SERVIDOR ATIVO- CM	ADSACDREM	19.319,86	0,03%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	DIFERENÇA REMUNERAÇÃO SERVIDOR ATIVO - PRINCI	ADSAPDREM	159.574,44	0,27%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	LICENÇA PRÊMIO INDENIZ.SERVIDOR ATIVO-PRINCIP	ADSAPLPIN	71.104,38	0,12%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA SERVIDOR ATIVO - CM	ADSACLPIN	10.495,97	0,02%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	OUTROS PASSIVOS- MAGISTRADO INATIVO-PRINCIPAL	ADMIPOUTR	1.232.942,85	2,06%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	OUTROS PASSIVOS - CLASSISTA - CORR. MONET.	ADCNCOUTR	499.786,47	0,84%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO-ATIVO-COR MONET.	ADMACOUTR	86.303,04	0,14%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - COR.MON.	ADSACOUTR	1.594,05	0,00%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - PRINCIPAL	ADSAPOUTR	13.152,19	0,02%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO-CORR. MON.	ADSIDCOUTR	95.365,82	0,16%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PAE - CLASSISTA - JUROS	ADCNJAEM	2.530.892,26	4,23%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	ADCNPPAEM	542.283,44	0,91%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADCNCPAEM	1.076.895,89	1,80%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMACPAEM	7.515.361,44	12,57%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	ADMAJAEM	18.146.171,47	30,34%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	ADMAPPAEM	4.097.897,89	6,85%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMPCPAEM	1.206.229,91	2,02%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	ADMPJAEM	1.962.447,47	3,28%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR PENS. COR.MO	ADSPCPPLC	1.273,83	0,00%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVID. INATIV. - CM	ADSIDCPPLC	112,31	0,00%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conta	Passivo	Inscrição Genérica	2017	AV (%)
Obrigações Trabalhistas a Pagar	URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADSACURVR	1.064.387,99	1,78%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	URV-SERVIDOR-ATIVO-JUROS	ADSAJURVR	3.767.084,53	6,30%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	URV-SERVIDOR-ATIVO-PRINCIPAL	ADSAPURVR	393.349,34	0,66%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	URV-SERVIDOR-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADSIURVR	1.769.616,32	2,96%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	URV-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	ADSIJURVR	7.376.182,39	12,33%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	URV-SERVIDOR-INATIVO-PRINCIPAL	ADSIPURVR	963.354,96	1,61%
SUBTOTAL (I)			58.513.215,25	97,84%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	ATS - MAGISTRADO - CPSSS - CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMXCATSE	4.229,59	0,01%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	ATS - MAGISTRADO - CPSSS - PRINCIPAL	ADMXPATSE	3.688,66	0,01%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	DIFERENÇA REMUNERAÇÃO SERVIDOR CPSSS - COR. M	ADSDREM	4.201,41	0,01%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	DIFERENÇA REMUNERAÇÃO SERVIDOR CPSSS - PRINCI	ADSDREM	34.819,41	0,06%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	OUTROS PASSIVOS - CLASSISTA - CPSSS - COR MON	ADCXCOUTR	521.681,17	0,87%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO - CPSSS - COR MON	ADMXCOUTR	18.986,67	0,03%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	PAE-CLASSISTA-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADCXCPAEM	215.213,12	0,36%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	PAE-CLASSISTA-CPSSS-PRINCIPAL	ADCXPPAEM	71.060,16	0,12%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMXCPAEM	24.066,84	0,04%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	URV-SERVIDOR-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADSDURVR	286.324,75	0,48%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	URV-SERVIDOR-CPSSS-PRINCIPAL	ADSDPURVR	107.085,21	0,18%
SUBTOTAL (II)			1.291.356,99	2,16%
TOTAL (I + II)			59.804.572,24	100,00%

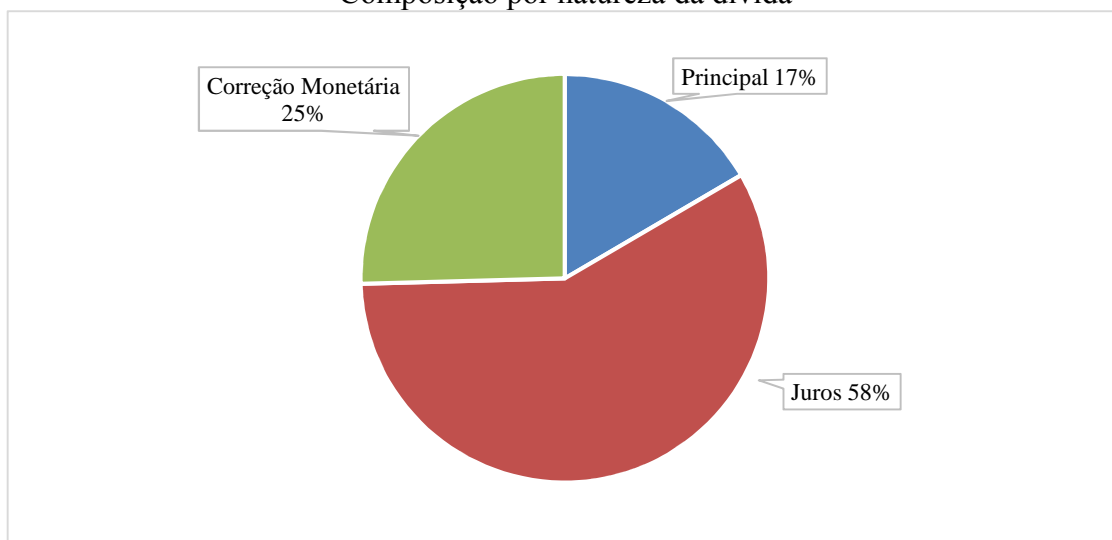
Fonte: Siafi 2017

A partir das informações apresentadas, pode-se demonstrar os passivos trabalhistas e encargos sociais a curto prazo sem dotação orçamentária, segregados pela natureza da dívida e por tipo de pessoa, conforme gráficos a seguir:



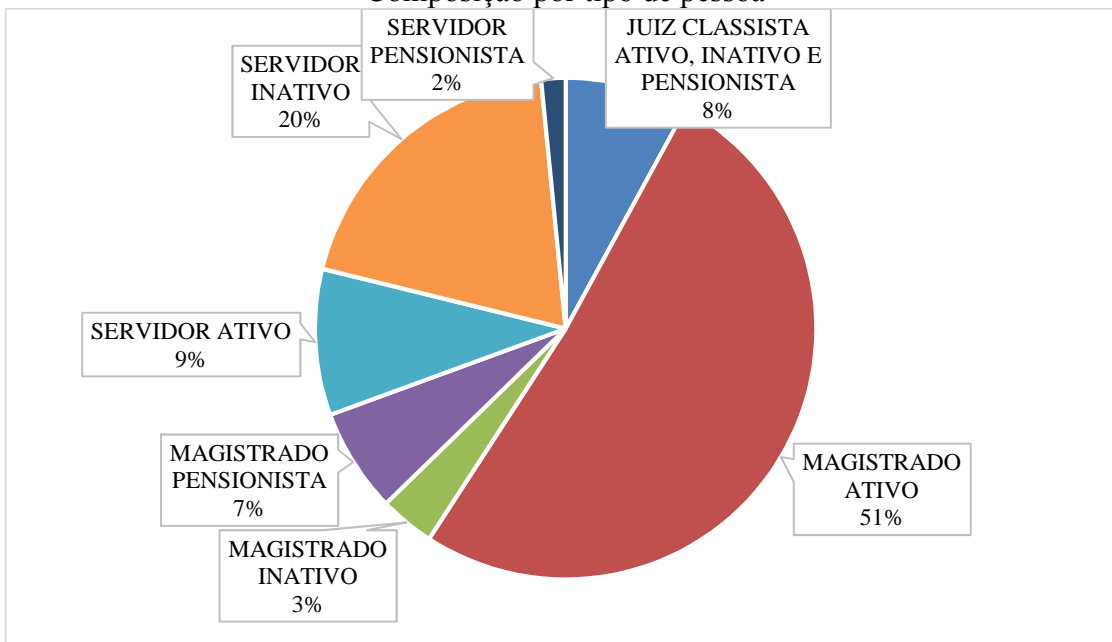
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 5 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Curto Prazo com insuficiência orçamentária –
Composição por natureza da dívida



Fonte: Siafi 2017

Figura 6 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Curto Prazo com insuficiência orçamentária –
Composição por tipo de pessoa



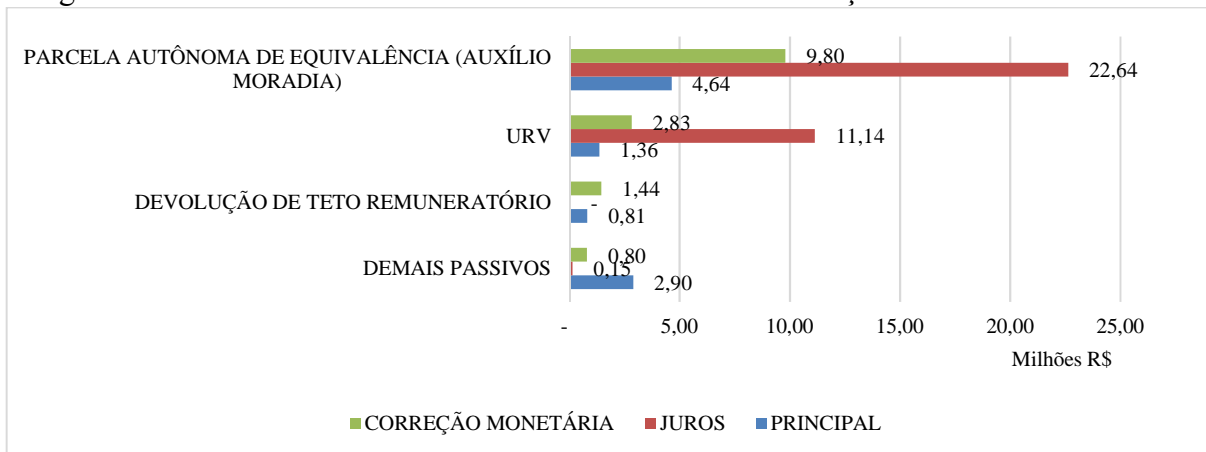
Fonte: Siafi 2017

O gráfico abaixo demonstra ainda os passivos trabalhistas a curto prazo com insuficiência de crédito orçamentário mais relevantes:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 7 - Passivos Trabalhistas com insuficiência de crédito orçamentário mais relevantes



Fonte: Siafi 2017

Em relação aos passivos trabalhistas e encargos sociais a curto prazo já empenhados, portanto com disponibilidade orçamentária, permanece em conta o saldo de R\$ 48.861.453,26. A Tabela 16 apresenta a composição dos passivos e encargos nesta situação:

Tabela 16 - Passivos Trabalhistas com suficiência de crédito orçamentário a curto prazo – Composição

Conta	Nome Passivo	Inscrição Genérica	2017	AV (%)
Obrigações Trabalhistas a Pagar	ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	ADSAPABPE	52.673,64	0,11%
	ABONO PERMAN-SERVIDOR-ATIVO-CORR MONETÁRIA	ADSACABPE	918,24	0,00%
	ABONO VARIÁVEL - MAGIST.- INATIVO - PRINCIPAL	ADMIPDTRM	34.162,50	0,07%
	ATS - MAGIST.- INATIVO - PRINCIPAL	ADMIPATSE	21.205,60	0,04%
	ATS - MAGISTRADO - ATIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMACATSE	308,07	0,00%
	ATS - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	ADMAJATSE	733,70	0,00%
	ATS - MAGISTRADO - ATIVO - PRINCIPAL	ADMAPATSE	1.739,19	0,00%
	ATS - MAGISTRADO - INATIVO - PRINCIPAL	ADMIPATSE	396.492,92	0,81%
	ATS - MAGISTRADO - PENSIONISTA - PRINCIPAL	ADMPPATSE	323.824,46	0,66%
	ATS - MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMICATSE	37.177,95	0,08%
	ATS - SERVIDOR - PENSIONISTA - PRINCIPAL	ADSPPATSE	76.151,42	0,16%
	ATS-SERVIDOR-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADSPCATSE	3.377,09	0,01%
	AUX ALIMENT - MAGISTRADO - ATIVO - CORR.MONET	ADMACAALM	11.928,28	0,02%
	AUX ALIMENT - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	ADMAJAALM	40.184,40	0,08%
	AUX ALIMENT - MAGISTRADO - ATIVO - PRINCIPAL	ADMAPAALM	70.596,56	0,14%
	DEV.TETO REMUN. MAGIST.-INATIVO-CORR.MONET.	ADMICDTRM	30.525,76	0,06%
	DEV.TETO REMUN. SERV. - INATIVO - CORR.MONET.	ADSICDTRM	228.089,61	0,47%
	DEV.TETO REMUN. SERV. - INATIVO - PRINCIPAL	ADSIPTDTRM	72.073,85	0,15%
	DIFER.GRATIF.-FC'S E CC-SERV.-INATIVO-COR.MON	ADSICDFCC	2.073,42	0,00%
	DIFER.GRATIF.-FC'S E CC-SERV.-INATIVO-PRINCIP	ADSIPDFCC	16.600,69	0,03%
DIFER.PROVENTOS E PENSOES - MAGIST.PENS. - CM	ADMPCDPRP	224.275,46	0,46%	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conta	Nome Passivo	Inscrição Genérica	2017	AV (%)
	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - MAGIST.PENS. - PR	ADMPPDPRP	822.701,71	1,68%
	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.- CM	ADSICDPRP	16.231,21	0,03%
	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.-PRINCI	ADSIPDPRP	327.510,85	0,67%
	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.PENS. - CM	ADSPCDPRP	134.058,52	0,27%
	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.PENS.-PRINC.	ADSPDPDRP	1.138.192,97	2,33%
	DIFEREN. DE PROVENTOS E PENSOES - CLASSISTAS - COR MONET	ADCNCDPRP	122.638,34	0,25%
	DIFERENÇA DE REMUNERACAO - SERVIDOR ATIVO- CM	ADSACDREM	2.688,18	0,01%
	DIFERENÇA REMUNERACAO SERVIDOR ATIVO - PRINCI	ADSAPDREM	127.473,46	0,26%
	DIFERENÇA SUBSIDIO MAGISTRADO ATIVO - PRINCIP	ADMAPDSBS	594,84	0,00%
	DIFERENÇA SUBSIDIOS MAGISTRADO ATIVO - COR. M	ADMACDSBS	53,44	0,00%
	LICENCA PREMIO INDENIZ.SERVIDOR ATIVO-PRINCIP	ADSAPLPIN	486.659,90	1,00%
	LICENCA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR ATIVO - CM	ADSACLPIN	8.437,92	0,02%
	OUTROS PASSIVOS - CLASSISTA - CORR. MONET.	ADCNCOUTR	15.186.837,73	31,08%
	OUTROS PASSIVOS - CLASSISTA - PRINCIPAL	ADCNPOUTR	3.398.280,92	6,95%
	OUTROS PASSIVOS - MAGISTR - INATIV - CORR MON	ADMICOUTR	7.064.643,46	14,46%
	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - COR.MON.	ADSACOUTR	724,02	0,00%
	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - PRINCIPAL	ADSAPOUTR	17.634,24	0,04%
	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO- PRINCIPAL	ADSIPOUTR	236.512,98	0,48%
	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO-CORR. MON.	ADSICOUTR	4.570.638,72	9,35%
	PAE - CLASSISTA - JUROS	ADCNJPAEM	45.361,88	0,09%
	PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADCNCPAEM	32.549,91	0,07%
	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMACPAEM	96.798,35	0,20%
	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	ADMAJPAEM	197.577,25	0,40%
	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMICPAEM	2.146.079,16	4,39%
	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	ADMIJPAEM	4.752.407,46	9,73%
	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMPCPAEM	281.044,01	0,58%
	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	ADMPJPAEM	458.943,10	0,94%
	PASSIVO PLANO CARR. SERVIDOR PENSION.-PRINCIP	ADSPPPPLC	83.071,45	0,17%
	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVID. INATIV. - CM	ADSICPPLC	1.996,49	0,00%
	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR INAT-PRINCIP	ADSIPPPLC	6.262,11	0,01%
	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR PENS. COR.MO	ADSPCPPLC	18.697,54	0,04%
	RF. DIF DE PROVENTOS E PENSOES - CLASSISTAS - PRINCIPAL	ADCNPDRP	482.407,02	0,99%
	URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADSACURVR	243.722,19	0,50%
	URV-SERVIDOR-ATIVO-JUROS	ADSAJURVR	434.745,12	0,89%
	URV-SERVIDOR-ATIVO-PRINCIPAL	ADSAPURVR	94.023,15	0,19%
	VPNI- SERVIDOR ATIVO - PRINCIPAL	ADSAPIAQD	470.238,66	0,96%
	VPNI - SERVIDOR ATIVO- CM	ADSACIAQD	348.886,75	0,71%
	VPNI - SERVIDOR ATIVO-JUROS	ADSAJIAQD	697.773,50	1,43%
	Subtotal (I)		46.200.211,32	94,55%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	ATS - MAGISTRADO - CPSSS - CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMXCATSE	83,95	0,00%
	ATS - MAGISTRADO - CPSSS - PRINCIPAL	ADMXPATSE	382,62	0,00%
	DIFERENÇA SUBSIDIO MAGISTRADO CPSSS - PRINCIP	ADMXPDSBS	130,86	0,00%
	DIFERENÇA SUBSIDIO MAGISTRADO CPSSS- CORR. MO	ADMXCDSBS	11,76	0,00%
	OUTROS PASSIVOS - CLASSISTA - CPSSS - COR MON	ADCXCOUTR	1.282,76	0,00%
	PAE-CLASSISTA-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADCXCPAEM	1.425,80	0,00%
	PAE-CLASSISTA-CPSSS-PRINCIPAL	ADCXPPAEM	40.107,94	0,08%
	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADMXCPAEM	1.678.316,49	3,43%



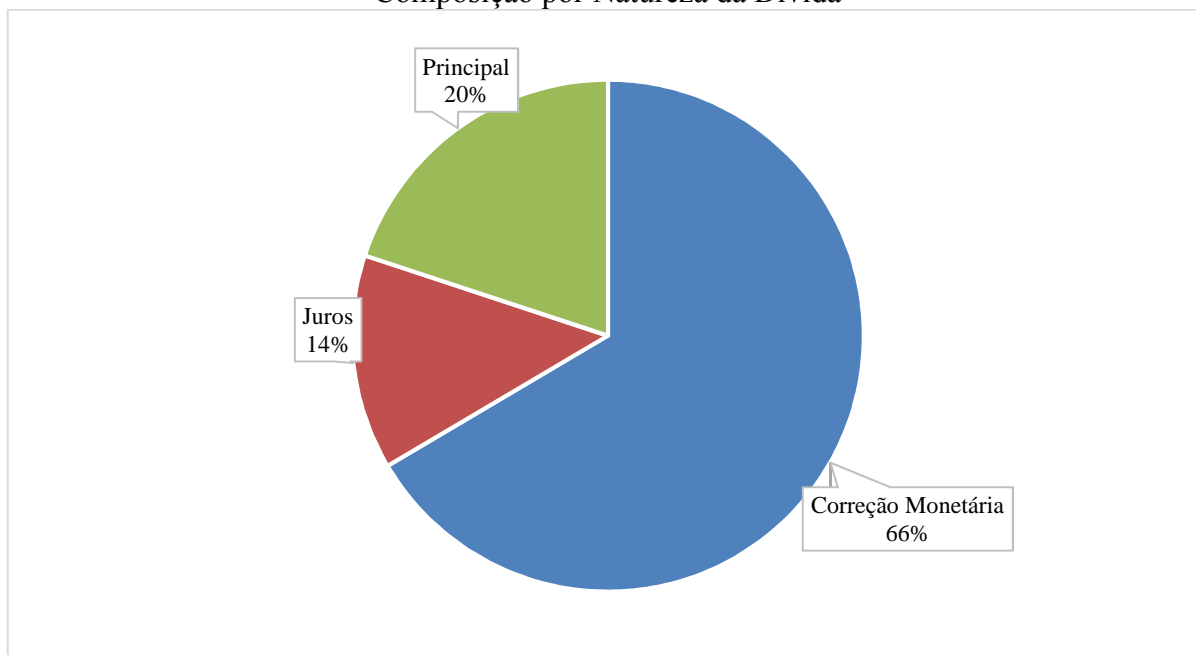
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conta	Nome Passivo	Inscrição Genérica	2017	AV (%)
	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	ADMXPPAEM	936.839,10	1,92%
	PASSIVOS PLANO CARR. SERVIDOR CPSSS - COR. M	ADSXCPLC	1.064,34	0,00%
	URV-SERVIDOR-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	ADSXCURVR	1.459,61	0,00%
	URV-SERVIDOR-CPSSS-PRINCIPAL	ADSXPURVR	136,71	0,00%
	Subtotal (II)		2.661.241,94	5,45%
Total (I + II)			48.861.453,26	100,00%

Fonte: Siafi 2017

A partir das informações apresentadas, pode-se demonstrar os passivos trabalhistas e encargos sociais a curto prazo, com dotação orçamentária, segregados pela natureza da dívida e por tipo de pessoa, conforme Figuras 8 e 9.

Figura 8 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Curto Prazo com dotação orçamentária—
Composição por Natureza da Dívida

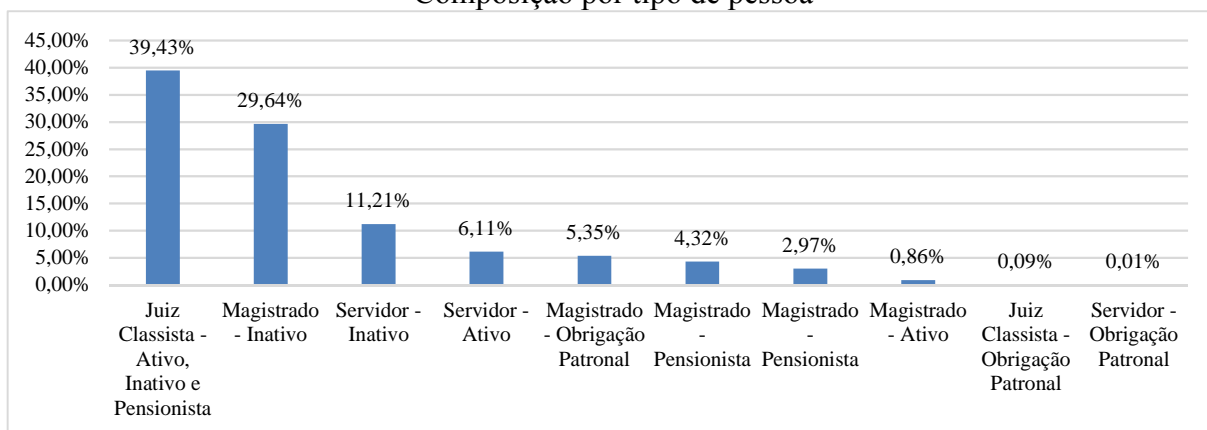


Fonte: Siafi 2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

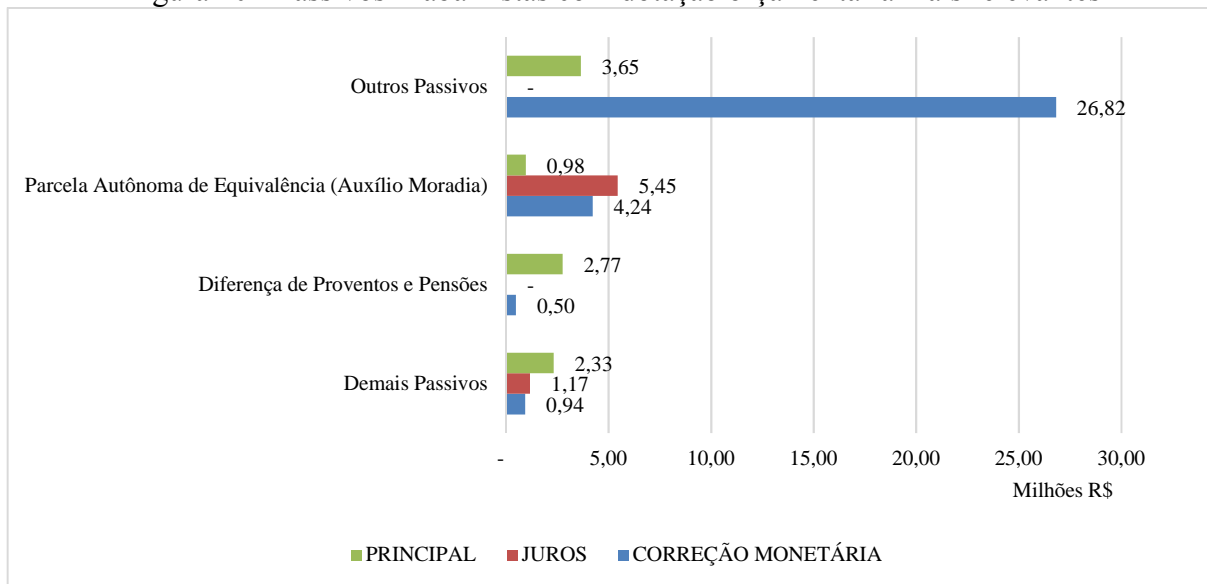
Figura 9 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Curto Prazo com dotação orçamentária –
 Composição por tipo de pessoa



Fonte: Siafi 2017

O gráfico a seguir demonstra ainda os passivos trabalhistas a curto prazo com dotação orçamentária mais relevantes:

Figura 10 - Passivos Trabalhistas com dotação orçamentária mais relevantes



Fonte: Siafi 2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

A composição das obrigações a longo prazo por conta está detalhada na tabela abaixo:

Tabela 17 - Obrigações Trab., Previdenc. e Assist. a Pagar a Longo Prazo – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Precatórios de Pessoal	8.282.517,25	11.817.339,03	(29,91%)	6,50%	(3.534.821,78)
Obrigações Trabalhistas a Pagar	109.899.115,17	103.389.203,96	6,30%	86,31%	6.509.911,21
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	9.151.655,59	8.892.789,32	2,91%	7,19%	258.866,27
Total	127.333.288,01	124.099.332,31	2,61%	100,00%	3.233.955,70

Fonte: Siafi 2017/2016

A conta “Precatórios de Pessoal” apresenta saldo referente ao registro de Precatórios de Pessoal a serem incluídos no Orçamento de 2019. As contas “Obrigações Trabalhistas a Pagar” e “Outros Encargos Sociais – Intra OFSS” são compostas de valores reconhecidos e devidos de passivos trabalhistas de longo prazo, relacionados exclusivamente ao passivo trabalhista de VPNI (Incorporações/atualizações de quintos/décimos).

O saldo da conta “Precatórios de Pessoal” variou negativamente em 29,91%, equivalente a R\$ 3.534.821,78, em razão da diminuição do montante de precatórios reconhecidos em 2017 com relação ao exercício de 2016.

As contas “Obrigações Trabalhistas a Pagar” e “Outros Encargos Sociais – Intra OFSS” variaram positivamente em razão da atualização monetária e juros do período.

Ao final do exercício de 2017, as contas “Obrigações Trabalhistas a Pagar” e “Outros Encargos Sociais” a Longo Prazo apresentaram saldo de R\$ 119.050.770,76, conforme Tabela 18:

Tabela 18 - Passivos Trabalhistas com insuficiência de crédito orçamentário a Longo prazo – Composição

Conta	Passivo	Inscrição Genérica	2017	AV (%)
Obrigações Trabalhistas a Pagar	INCorp/ATUALIZ DE QUINTOS/DEC SERV INAT- PRIN	ADSIPIAQD	6.288.108,12	5,28%
	INCorp/ATUALIZ DE QUINTOS/DEC SERV PENSIO- CM	ADSPCIAQD	315.719,61	0,27%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conta	Passivo	Inscrição Genérica	2017	AV (%)
	INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DEC SERVID PENS- JR	ADSPJIAQD	627.457,32	0,53%
	INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DEC SERVID PENSI-PR	ADSPPIAQD	343.677,37	0,29%
	INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DEC. SER INATI -JR	ADSIJIAQD	11.132.610,13	9,35%
	INCORP/INDENIZ QUINTOS/DEC. SERV.ATIVO-PRINCI	ADSAPIAQD	22.410.196,22	18,82%
	INCORP/INDENIZ QUINTOS/DEC. SERVID ATIVO - CM	ADSACIAQD	20.186.728,70	16,96%
	INCORP/INDENIZ QUINTOS/DEC. SERVID ATIVO - JR	ADSAJIAQD	43.079.210,21	36,19%
	INCORP/INDENIZ QUINTOS/DEC. SERVID INATIV-CM	ADSICIAQD	5.515.407,49	4,63%
SUBTOTAL (I)			109.899.115,17	92,31%
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DEC SERV CPSSS - CM	ADSXCIAQD	4.282.886,88	3,60%
	INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DEC SERVID CPSSS- PRIN	ADSXPPIAQD	4.868.768,71	4,09%
SUBTOTAL (II)			9.151.655,59	7,69%
TOTAL (I + II)			119.050.770,76	100,00%

Fonte: Siafi 2017/2016

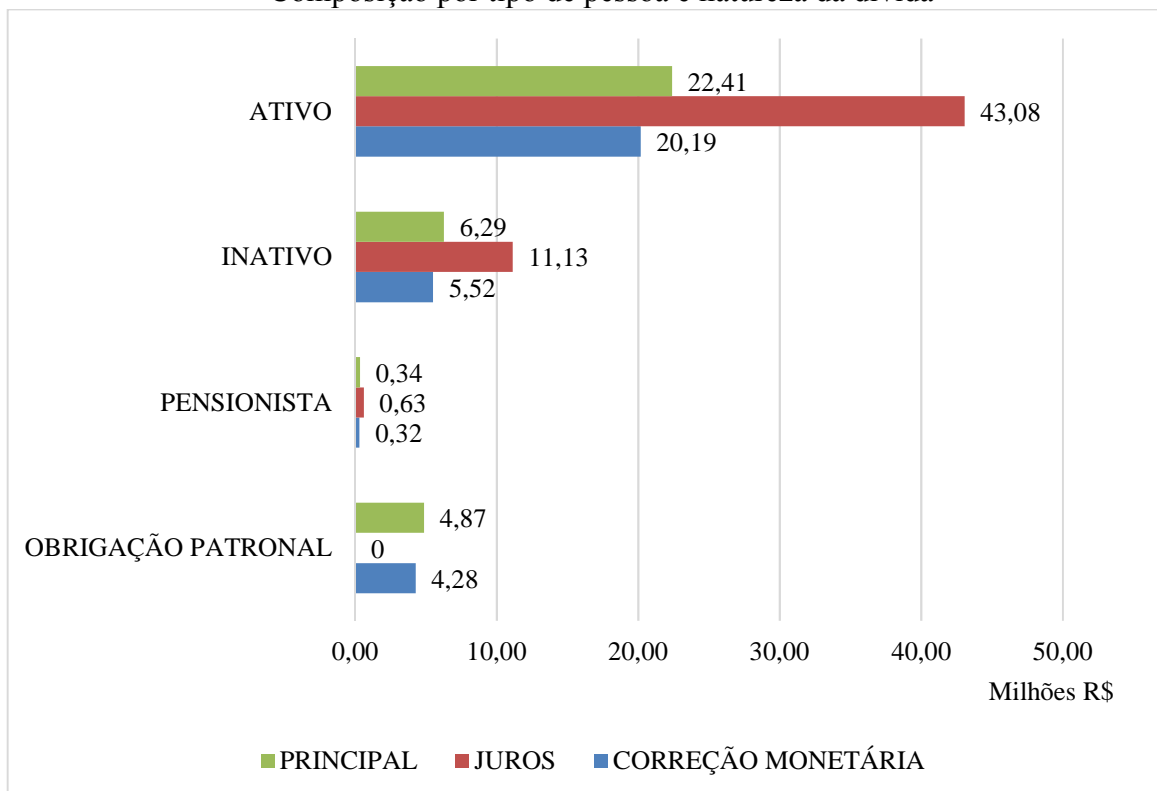
A partir das informações apresentadas, pode-se demonstrar os passivos trabalhistas e encargos sociais a longo prazo com insuficiência orçamentária, segregados pela natureza da dívida e por tipo de pessoa, conforme Figura 11.

Figura 11 - Passivos Trabalhistas e Encargos Sociais a Longo Prazo com insuficiência orçamentária



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

– Composição por tipo de pessoa e natureza da dívida



Fonte: Siafi 2017

Nota 7 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O item “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

O saldo do item “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo”, em 2017 foi de R\$ 738.656,85 e refere-se exclusivamente a valores devidos a fornecedores nacionais.

Tabela 19 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	Varição Absoluta
Contas a Pagar Credores Nacionais (Curto Prazo)	738.656,85	472.321,25	56,39%	266.335,60

Fonte: Siafi 2017/2106



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A variação positiva de 56,39% entre os exercícios de 2016 e 2017 ocorreu devido ao elevado montante de despesas liquidadas em 29 de dezembro de 2017, comparado ao exercício de 2016, sem tempo hábil para a efetivação dos pagamentos em 2017.

A tabela 20 demonstra o saldo devido por fornecedor:

Tabela 20 - Contas a Pagar Credores Nacionais – Composição

CNPJ	Fornecedor	2017	AV (%)
00.093.791/0001-41	AIR-SEL AR CONDICIONADO LTDA	259.267,62	35,10%
00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	91.461,60	12,38%
00.660.928/0001-00	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - ME	151.782,77	20,55%
04.172.213/0001-51	COMPANHIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	4.116,13	0,56%
05.120.923/0001-09	AEROTUR SERVICOS DE VIAGENS LTDA - EPP	397,44	0,05%
09.445.502/0001-09	SOLUCOES SERVICOS TERCEIRIZADOS- EIRELI	225.545,44	30,53%
11.272.758/0001-03	CT IMPACTO SERVICOS TECNICOS EIRELI	1,20	0,00%
23.335.776/0001-68	CONSTRUMIX M.R. CONSTRUTORA - EIRELI - EPP	6.084,65	0,82%
TOTAL		738.656,85	100,00%

Fonte: Siafi 2017

Os valores referem-se a despesas reconhecidas em dezembro/2017 que serão pagas no exercício de 2018.

Nota 8 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores são considerados como aqueles decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No exercício de 2017, foram realizados dois lançamentos de ajuste, que totalizaram R\$ 385.494,93, conforme segue:

- 31/01/2017: Referente a ajuste na conta de Material de Consumo – Materiais de Expediente, cujo saldo foi registrado a menor no mês de dezembro/2016, no valor de R\$ 7.116,93; e
- 31/05/2017: Referente a estorno de depreciação registrada indevidamente durante os exercícios de 2015 e 2016, no valor de R\$ 378.378,00, para equipamento de armazenamento de dados, tomo 179.158, em virtude de erro no sistema de patrimônio.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 9 – Saldo Patrimonial -Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes é uma das informações exigidas pela Lei 4.320/64 e demonstra os valores dos Ativos e Passivos, segregados em Financeiro e Permanente, apresentando ao final o Saldo Patrimonial do Órgão.

O Ativo Financeiro é composto por créditos e valores realizáveis que independem de autorização orçamentária, e por valores numerários.

O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. O Saldo Patrimonial está relacionado a uma ótica orçamentária e não se confunde com o Patrimônio Líquido (ótica patrimonial).

O Quadro Detalhado do Ativo e Passivo Financeiro e Permanente está demonstrado abaixo:

R\$			
ATIVO FINANCEIRO	Saldo	PASSIVO FINANCEIRO	Saldo
Caixa e Equivalentes de Caixa	195.547.097,71	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar - CP	48.861.453,26
		Fornecedore e Contas a Pagar a Curto Prazo	738.656,85
		Demais Obrigações a Curto Prazo	56.752,44
		Demais Obrigações a Longo Prazo	107.527,03
		Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	68.982.891,01
		RPNP a Liquidar	36.210.591,36
Total AF	195.547.097,71	Total PF	154.957.871,95
ATIVO PERMANENTE	Saldo	PASSIVO PERMANENTE	Saldo
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.989.653,76	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar - CP	117.515.404,57
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.377.810,64	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar - LP	127.333.288,01
Estoques	6.193.486,61		
Imobilizado	537.652.240,56		
Intangível	11.490.251,60		
VPD paga antecipadamente	50.945,59		
Total AP	558.754.388,76	Total PP	244.848.692,58
Ativo Real (AF + AP)	754.301.486,47	Passivo Real (PF + PP)	399.806.564,53
Saldo Patrimonial (Ativo Real - Passivo Real)			354.494.921,94

Fonte: Siafi 2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 10 – Atos Potenciais Ativos

Os Atos Potenciais compreendem os atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, a exemplo de garantias, direitos ou obrigações. Os Atos Potenciais Ativos são os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio.

Tabela 21 - Atos Potenciais Ativos – Composição

	R\$				
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.301.144,50	27.215.921,04	(73,17%)	65,42%	(19.914.776,54)
Direitos Contratuais a Executar	3.859.181,32	246.502.093,34	(98,43%)	34,58%	(242.642.912,02)
Total	11.160.325,82	273.718.014,38	(95,92%)	100,00%	(262.557.688,56)

Fonte: Siafi 2017/2016

A variação ocorrida entre os exercícios de 2016 e 2017 pode ser explicada a seguir:

- a) Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar: A variação de 73,17% a menor decorreu da baixa de garantias contratuais já vencidas, durante o exercício de 2017;
- b) Direitos Contratuais a Executar: a conta sofreu uma redução de 98,43%, em virtude de rescisão em 2017 dos contratos referentes aos convênios do Tribunal com as instituições financeiras para a prestação de serviços de captação e manutenção dos saldos de depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de pequeno valor, visto que tais contratos passaram a ser celebrados com o CSJT.

A composição das garantias e contragarantias recebidas a executar está apresentada na Tabela 22:

Tabela 22 - Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar – Composição

	R\$	
Conta	2017	AV (%)
Fianças a Executar	705.972,54	9,67%
Seguros-Garantia a Executar	6.408.128,63	87,77%
Caução a Executar	187.043,33	2,56%
Total	7.301.144,50	100,00%

Fonte: Siafi 2017

Já os Direitos Contratuais a Executar referem-se a Termos de Cessão de Uso Oneroso e estão detalhados na Tabela 23:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 23 - Termos de Cessão de Uso Oneroso – Composição

				R\$	
CNPJ	Contratante	2017	AV (%)		
46.802.013/0001-85	Associação dos Magistrados da Justiça do Trab. da 2ª Reg.	58.516,27	1,52%		
90.400.888/0001-42	Banco Santander (Brasil) S.A.	3.242.000,00	84,01%		
00.360.305/0001-04	Caixa Econômica Federal	383.176,24	9,93%		
080010	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	175.488,81	4,55%		
Total		3.859.181,32	100,00%		

Fonte: Siafi 2017

No que diz respeito ao valor registrado em nome deste Tribunal nos Termos de Cessão de Uso Onerosa, cabe informar que se trata de previsão de valores a serem ressarcidos pelos contratantes, referentes a despesas com água, luz, vigilância e limpeza.

Nota 11 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos compreendem os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. No âmbito do TRT2, referem-se exclusivamente a Obrigações Contratuais a Executar. O item está detalhado na Tabela 24:

Tabela 24 - Obrigações Contratuais a Executar – Composição

						R\$
	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta	
Contratos de Seguros em Execução	3.581,63	3.581,63	-	0,00%	-	
Contratos de Serviços em Execução	94.840.018,99	45.376.442,98	109,01%	24,28%	49.463.576,01	
Contratos de Aluguéis em Execução	287.833.435,45	33.098.519,93	769,63%	73,67%	254.734.915,52	
Contratos de Fornecimento de Bens em Execução	8.009.358,39	8.430.340,57	(4,99%)	2,05%	(420.982,18)	
Total	390.686.394,46	86.908.885,11	349,54%	100,00%	303.777.509,35	

Fonte: Siafi 2017/2016

Contratos de Seguros em Execução

O TRT2 possuía, em 31/12/2017, saldo de R\$ 3.581,63 para contratos de seguros, apresentados na Tabela 25:

Tabela 25 - Contratos de Seguros – por contratado

R\$



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Obrigação Contratual	CNPJ	Contratado	Saldo	AV (%)
SEGUROS	61.550.141/0001-72	LIBERTY SEGUROS S/A	2.201,63	61,47%
SEGUROS	61.074.175/0001-38	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	1.380,00	38,53%
Total			3.581,63	100,00%

Fonte: Siafi 2017

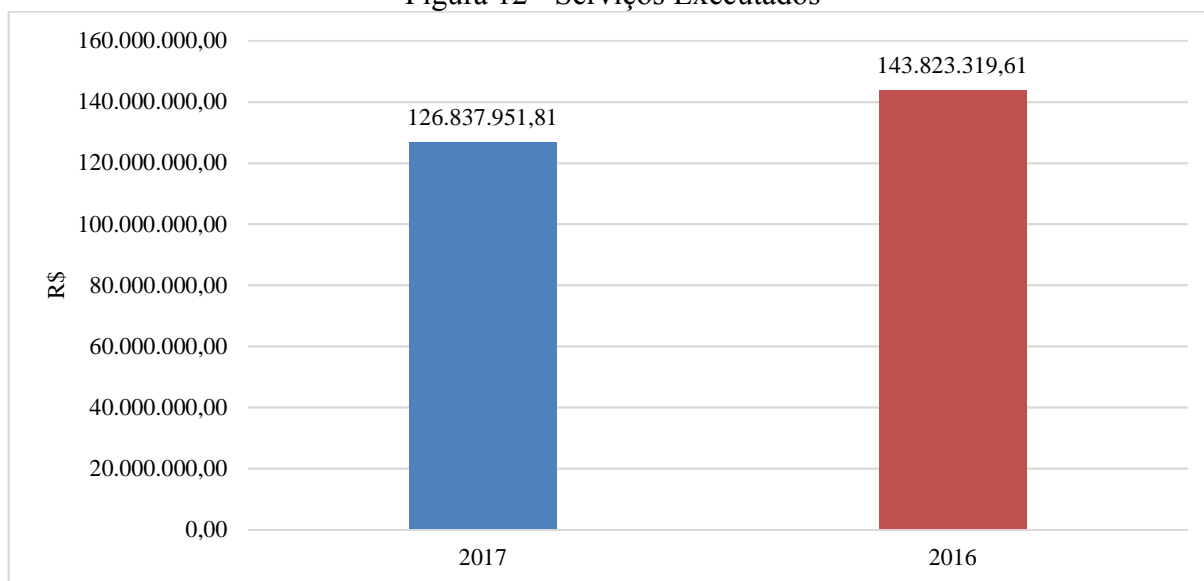
Contratos de Serviços em Execução

O TRT2 possuía, em 31/12/2017, saldo de R\$ 94.840.018,99 para contratos de serviços, superando o saldo existente no exercício de 2016 (R\$ 45.376.442,98) em 109,01%.

A variação positiva de R\$ 49.463.576,01 (109,01%) ocorreu devido a alteração na metodologia dos registros contratuais, passando a ser considerado para fins de registro o montante referente ao período total do contrato e não apenas as despesas empenhadas no ano, bem como em razão do maior volume de contratos assinados e das prorrogações e reajustes contratuais, ante os pagamentos e baixas contratuais realizados no período.

Convém destacar ainda que, apesar da variação positiva dos serviços em execução, o montante executado em 2017 foi menor que em 2016, conforme gráfico a seguir:

Figura 12 - Serviços Executados



Fonte: Siafi 2017/2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A Tabela 26 apresenta o montante da movimentação na Conta de Serviços em Execução durante o exercício de 2017:

Tabela 26 - Contratos de Serviço em Execução – 2017

	R\$
	Saldo
(+) Novos contratos, prorrogações e reajustes	180.650.171,57
(-) Pagamentos realizados e baixa de contratos	131.186.595,56
Total	49.463.576,01

Fonte: Siafi 2017

A Tabela 27 apresenta os maiores contratos que se encontram em execução:

Tabela 27 - Contratos de Serviços – Maiores saldos em 2017 por contratado

			R\$	
Obrigaçã Contratual	CNPJ	Contratado	Saldo	AV (%)
Serviços	44.649.812/0213-05	NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A.	18.366.478,59	19,37%
Serviços	04.352.711/0001-86	CIMCORP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA	7.899.439,50	8,33%
Serviços	00.482.840/0001-38	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	7.294.280,71	7,69%
Serviços	60.689.353/0001-72	PENHA VIDROS LTDA	6.990.845,75	7,37%
Serviços	07.945.678/0010-87	SERVIS SEGURANÇA LTDA	5.783.835,17	6,10%
Serviços		DEMAIS CONTRATADOS (127)	48.505.139,27	51,14%
TOTAL			94.840.018,99	100,00%

Fonte: Siafi 2017

Contratos de Aluguéis em Execução

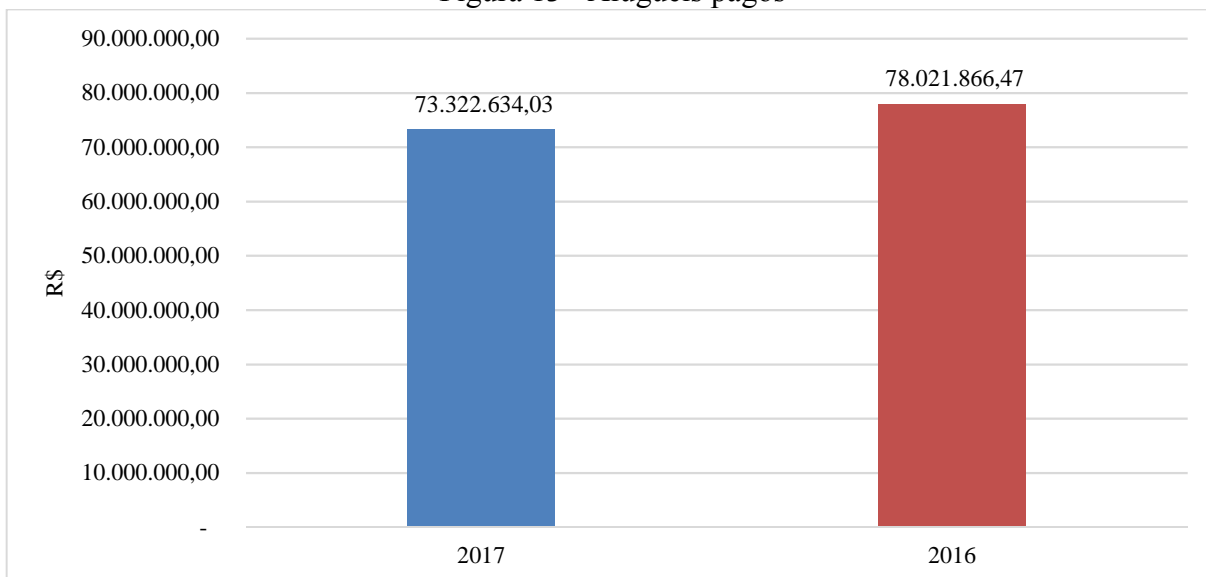
O TRT2 possui, em 31/12/2017, saldo de R\$ 287.833.435,45 para contratos de aluguéis. A variação entre os exercícios foi positiva em 769,63%, ou seja, de R\$ 254.734.915,52.

A variação expressiva ocorreu devido à alteração na metodologia dos registros contratuais e às renovações contratuais com prorrogações excepcionais renegociadas, tendo como contrapartida a redução nos valores dos aluguéis. Pode-se confirmar tal situação ao confrontar os valores dos aluguéis pagos em 2017 e 2016, inclusive demonstrando uma redução do total pago:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 13 - Aluguéis pagos



Fonte: Siafi 2017/2016

A Tabela 28 apresenta o montante da movimentação na conta durante o exercício de 2017:

Tabela 28 - Contratos de Aluguéis em Execução – 2017

	R\$
	Saldo
(+) Novos contratos, prorrogações e reajustes	337.951.457,59
(-) Pagamentos realizados e baixa de contratos	83.216.542,07
Total	254.734.915,52

Fonte: Siafi 2017

A Tabela 29 apresenta os maiores contratos de alugueis que se encontram em execução:

Tabela 29 - Contratos de Aluguéis – Maiores saldos em 2017 por contratado

			R\$	
Obrigação Contratual	CNPJ	Contratado	Saldo	AV (%)
Aluguéis	08.707.976/0001-00	BRPR II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	59.475.013,34	20,66%
Aluguéis	00.436.923/0001-90	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF	35.035.331,18	12,17%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Obrigação Contratual	CNPJ	Contratado	Saldo	AV (%)
Aluguéis	18.082.275/0001-87	SSEH - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP	34.181.949,27	11,88%
Aluguéis	45.242.898/0001-42	MEREB S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES	22.988.536,44	7,99%
Aluguéis	60.934.064/0001-91	MIKAR LOCAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A	21.144.000,00	7,35%
Aluguéis		DEMAIS CONTRATADOS (36)	115.008.605,22	39,96%
Total			287.833.435,45	100,00%

Fonte: Siafi 2017

Contratos de Fornecimento de Bens em Execução

O TRT2 possuía, em 31/12/2017, saldo de R\$ 8.009.358,39 para contratos de fornecimento de bens.

A Tabela 30 apresenta o montante da movimentação na conta durante o exercício de 2017:

Tabela 30 - Contratos de Fornecimento de Bens em Execução – 2017

	R\$
	Saldo
(+) Novos contratos, prorrogações e reajustes	21.373.106,84
(-) Pagamentos realizados e baixa de contratos	21.794.089,02
Total	(420.982,18)

Fonte: Siafi 2017

A Tabela 31 apresenta os maiores contratos de fornecimento de bens que se encontram em execução:

Tabela 31 - Contratos de Fornecimento de bens – Maiores saldos em 2017 por contratado

Obrigação Contratual	CNPJ	Contratado	Saldo	AV (%)
Fornecimento de Bens	81.243.735/0019-77	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	4.741.143,75	59,20%
Fornecimento de Bens	03.476.184/0001-59	NETSAFE CORP LTDA	794.525,92	9,92%
Fornecimento de Bens	02.277.205/0001-44	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	579.410,94	7,23%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Obriga�o Contratual	CNPJ	Contratado	Saldo	AV (%)
Fornecimento de Bens	41.249.921/0001-70	VECTRA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	394.699,42	4,93%
Fornecimento de Bens	70.306.477/0001-85	TELEQUIP TELECOMUNICAÇÕES E EQUIPAMENTOS LTDA	380.450,00	4,75%
Fornecimento de Bens		DEMAIS CONTRATADOS (15)	1.119.128,36	13,97%
TOTAL			8.009.358,39	100,00%

Fonte: Siafi 2017

Nota 12 – Superávit/Déficit Financeiro

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros. Este indicador propicia a análise sobre a existência ou não de recursos a serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais.

O indicador de superávit financeiro, detalhado por fonte de recurso, está apresentado na Tabela 32.

Tabela 32 - Superávit Financeiro

	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta
Recursos Ordinários	12.199.296,22	170.743,24	7044,82%	30,06%	12.028.552,98
00 – Recursos Ordinários	12.199.296,22	170.743,24	7044,82%	30,06%	12.028.552,98
Recursos Vinculados	28.389.929,54	17.795.233,81	59,54%	69,94%	10.594.695,73
50 – Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	5.449.820,29	5.447.694,48	0,04%	13,43%	2.125,81
81 – Recursos de Convênios	22.940.109,25	12.347.539,33	85,79%	56,52%	10.592.569,92
Superávit (Déficit) Financeiro	40.589.225,76	17.965.977,05	125,92%	100,00%	22.623.248,71

Fonte: Siafi 2017/2016

Os principais fatores que influenciaram o aumento do superávit financeiro em 2017, comparativamente a 2016, são explicados abaixo:

- Os recursos recebidos na fonte “Recursos Ordinários” variaram positivamente entre os exercícios de 2016 e 2017, no montante de R\$ 12.028.552,98, ou 7.044,82%. A variação decorreu do recebimento de recursos financeiros sem a utilização dos recursos orçamentários disponibilizados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- b) Os recursos recebidos na fonte de Recursos de Convênios variaram positivamente R\$ 10.592.569,92, ou 85,79%. A variação decorreu de dois fatores:
- 1) Os recursos vinculados tiveram, igualmente, influência da Emenda Constitucional nº 95/2016, ocasionando sensível aumento do uso desses recursos financeiros em 2016 e, conseqüentemente, baixo superávit naquele exercício;
 - 2) A variação positiva foi ocasionada pelo recebimento da remuneração dos depósitos judiciais mantidos no BB e CEF, do mês de competência de dezembro de 2017, normalmente recolhidos no mês seguinte, mas que foram excepcionalmente recebidos no próprio mês.

C.3.2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

As notas explicativas números 13 a 21 esclarecem os principais itens da Demonstração das Variações Patrimoniais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Nota 13 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

O item Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresentou saldo de R\$ 89.629.994,46, o que representa 2,96% das Variações Patrimoniais Aumentativas. É composto exclusivamente de taxas recebidas a título de Custas Judiciais e Emolumentos, conforme tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 33 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Composição

R\$						
Conta	Cód. Recolhimento	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Taxa pela Prestação de Serviços	18740 - STN - Custas Judiciais (Caixa/BB)	88.743.664,41	81.242.993,57	9,23%	99,01%	7.500.670,84
	18770 - STN - Emolumentos (Caixa/BB)	886.330,05	904.293,87	(1,99%)	0,99%	(17.963,82)
Total		89.629.994,46	82.147.287,44	9,11%	100,00%	7.482.707,02

Fonte: Siafi 2017/2106

A variação apresentada nas Custas Judiciais decorreu do aumento do número de ações trabalhistas julgadas em 2017, com conseqüente aumento do número de GRU recolhidas em 2017 em nome do TRT2.

Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas

O item Transferências e Delegações Recebidas apresentou saldo de R\$ 2.795.096.168,67, o que representa 92,37% do total das variações patrimoniais aumentativas (R\$ 3.025.885.830,80). É composto das Transferências Intragovernamentais e Transferências Intergovernamentais, conforme tabela abaixo:

Tabela 34 - Transferências e Delegações Recebidas – Composição

R\$						
Subgrupo	Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Transferências Intragovernamentais	Sub-Repasse Recebido	2.735.349.493,81	2.255.322.235,91	21,28%	97,86%	480.027.257,90
	Transferências Recebidas para Pqto de RP	219.123,19	2.551.526,00	(91,41%)	0,01%	(2.332.402,81)
	Demais Transferências Recebidas	1.068.538,50	1.561.826,73	(31,58%)	0,04%	(493.288,23)
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	994.081,77	1.610.570,53	(38,28%)	0,04%	(616.488,76)
Transferências Intergovernamentais	Transferências Voluntárias	57.464.931,40	88.793.582,77	(35,28%)	2,06%	(31.328.651,37)
Outras Transferências e Delegações Recebidas	Doações/Transferências Recebidas	-	274.153,11	(100,00%)	0,00%	(274.153,11)
Total		2.795.096.168,67	2.350.113.895,05	18,93%	100,00%	444.982.273,62

Fonte: Siafi 2017/2016

As Transferências Intragovernamentais correspondem às transferências financeiras relativas à execução orçamentária de um mesmo ente da Federação. As Transferências Intergovernamentais correspondem às transferências de bens e/ou valores entre entes distintos da Federação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

O Item apresentou uma variação de 18,93% entre os exercícios de 2016 e 2017, ou R\$ 444.982.273,62. As variações mais relevantes estão explicadas abaixo:

- a) Sub-Repasse Recebido: em 2017 o TRT2 apresentou recebimentos via sub-repasse de recursos que totalizaram R\$ 2.735.349.493,81, representando um aumento de 21,28% em relação a 2016, equivalente a R\$ 480.027.257,90.
- b) Transferências Voluntárias: em 2017 o TRT2 apresentou recebimentos via transferências voluntárias que totalizaram R\$ 57.464.931,40, uma variação negativa de 35,28% em comparação ao exercício de 2016, equivalente a R\$ 31.328.651,37.

A variação positiva nos recebimentos via sub-repasse, item “a”, e a variação negativa via transferências voluntárias, item “b”, têm a mesma explicação: decorre da alteração na forma de recebimento dos recursos referentes aos convênios mantidos com o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF). A partir de 2017, o recolhimento de tais valores foi centralizado pelo CSJT. Parte dos recursos foram repassados via sub-repasse (R\$ 35.515.506,25) e parte via transferências voluntárias (R\$ 57.464.931,40), enquanto que, em 2016, os mesmos recursos foram totalmente recebidos via transferências voluntárias.

Nota 15 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O item Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos apresentou saldo de R\$ 137.710.837,38, o que representa 4,55% do montante registrado nas Variações Patrimoniais Aumentativas. A composição do item está detalhada conforme tabela abaixo:

Tabela 35 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Composição

Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Reavaliação de bens moveis	-	98.710,37	(100,00%)	0,00%	(98.710,37)
Reavaliação de bens imóveis	137.432.766,63	21.202.330,63	548,20%	99,80%	116.230.436,00
Outros ganhos com incorporação de ativo	277.683,47	935.968,37	(70,33%)	0,20%	(658.284,90)
Ganhos com desincorporação de passivos	-	2.663.510,56	(100,00%)	0,00%	(2.663.510,56)
Ganhos com desincorporação de passivos - Intra	387,28	15.332,27	(97,47%)	0,00%	(14.944,99)
Sub-repasse Diferido - Baixa	-	729.946,50	(100,00%)	0,00%	(729.946,50)
Total	137.710.837,38	25.645.798,70	436,97%	100,00%	112.065.038,68

Fonte: Siafi 2017/2016



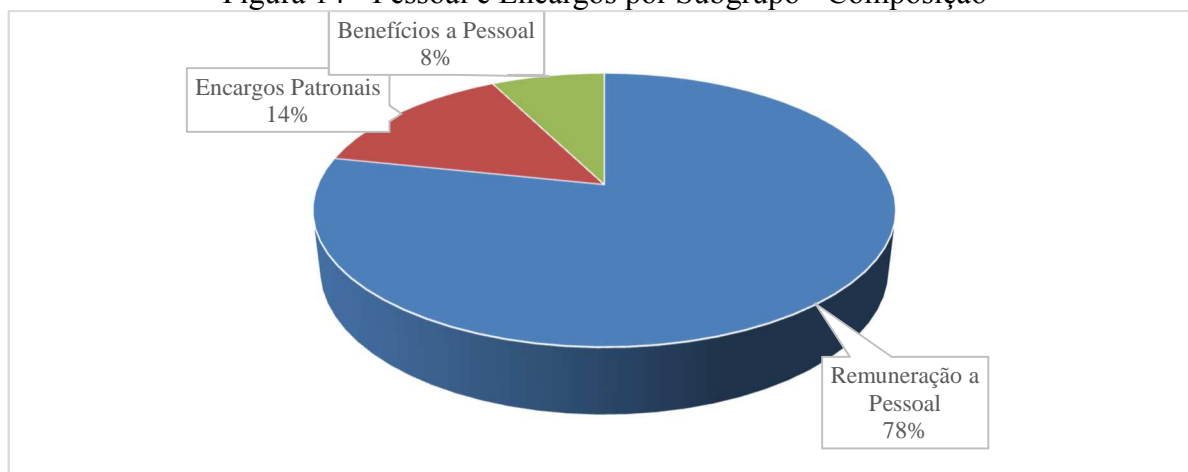
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A variação positiva de 436,97% entre os exercícios de 2016 e 2017 decorreu principalmente da reavaliação de bens imóveis, ocorrida em julho de 2017, registrada no valor de R\$ 137,4 milhões, correspondente a 99,8% do saldo de 2017.

Nota 16 – Pessoal e Encargos

O item Pessoal e Encargos apresentou saldo de R\$ 1.639.234.256,83, que corresponde a 59,58% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 2.751.283.434,13). A composição do item está detalhada conforme gráfico abaixo:

Figura 14 - Pessoal e Encargos por Subgrupo - Composição



Fonte: Siafi 2017

O subgrupo Remuneração a Pessoal inclui as despesas com vencimentos e salários, gratificações, adicionais e abonos. O subgrupo Benefícios a Pessoal inclui despesas com pessoal que possuem natureza indenizatória, a exemplo do auxílio alimentação e auxílio transporte. O subgrupo Encargos Patronais inclui as despesas referentes aos encargos previdenciários devidos pelo TRT2.

A Tabela 36 apresenta o detalhamento do item por conta:

Tabela 36 - Pessoal e Encargos – Composição

		R\$				
Subgrupo	Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Remuneração a Pessoal	Vencimentos e salários	571.632.636,77	564.282.021,53	1,30%	34,87%	7.350.615,24
	Abonos	13.196.444,09	12.180.312,07	8,34%	0,81%	1.016.132,02



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Subgrupo	Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
	Adicionais	248.164,70	263.417,03	(5,79%)	0,02%	(15.252,33)
	Gratificações	561.470.498,96	485.131.081,47	15,74%	34,25%	76.339.417,49
	Ferías	37.278.077,11	36.424.949,27	2,34%	2,27%	853.127,84
	13. Salário	97.873.589,09	92.685.509,23	5,60%	5,97%	5.188.079,86
	Gratificações - RGPS	1.642.829,13	1.680.439,43	(2,24%)	0,10%	(37.610,30)
	Ferías - RGPS	51.760,08	54.330,66	(4,73%)	0,00%	(2.570,58)
	13. Salário - RGPS	137.430,31	159.809,00	(14,00%)	0,01%	(22.378,69)
Encargos Patronais	Contribuição patronal para o RPPS - Intra	229.511.979,06	215.788.855,30	6,36%	14,00%	13.723.123,76
	Contribuições previdenciárias - INSS	381.418,86	425.434,46	(10,35%)	0,02%	(44.015,60)
	Seguro de acidente no trabalho	9.535,51	10.197,09	(6,49%)	0,00%	(661,58)
	Complementação de previdência - Funpresp	2.677.068,86	1.751.965,78	52,80%	0,16%	925.103,08
Benefícios a Pessoal	Auxílio alimentação	64.264.686,93	64.783.131,47	(0,80%)	3,92%	(518.444,54)
	Auxílio transporte	2.876.382,24	2.854.379,66	0,77%	0,18%	22.002,58
	Auxílio moradia	30.600,00	43.647,38	(29,89%)	0,00%	(13.047,38)
	Ajuda de custo	130.380,82	44.002,48	196,30%	0,01%	86.378,34
	Assistência à saúde	11.250.269,58	13.981.656,50	(19,54%)	0,69%	(2.731.386,92)
	Auxílio creche	8.415.596,00	8.194.723,26	2,70%	0,51%	220.872,74
	Indenização de transporte	8.773.189,71	9.702.848,64	(9,58%)	0,54%	(929.658,93)
	Sentenças judiciais - benefícios a pessoal	27.215.909,65	26.099.150,68	4,28%	1,66%	1.116.758,97
	Outros benefícios a pessoal	674,46	-	100,00%	0,00%	674,46
	Auxílio alimentação - RGPS	113.192,16	135.252,00	(16,31%)	0,01%	(22.059,84)
	Auxílio transporte - RGPS	2.691,34	4.753,47	(43,38%)	0,00%	(2.062,13)
	Assistência à saúde - RGPS	37.606,07	22.792,37	64,99%	0,00%	14.813,70
	Auxílio creche - RGPS	11.645,34	7.010,04	66,12%	0,00%	4.635,30
Outras VPD - Pessoal e Encargos	Pessoal requisitado de outros entes	-	542.444,60	(100,00%)	0,00%	(542.444,60)
TOTAL		1.639.234.256,83	1.537.254.114,87	6,63%	100,00%	101.980.141,96

Fonte: Siafi 2017/2016

A variação entre os exercícios de 2016 e 2017 foi positiva, de 6,63%, ou R\$ 101.980.141,96. As variações mais relevantes do período estão explicadas abaixo:

- a) A conta de Gratificações apresentou uma variação positiva de 15,74% em relação ao exercício de 2016, um aumento de R\$ 76,3 milhões. A variação é explicada principalmente pelo aumento da Gratificação Judiciária – GAJ, prevista na Lei 13.317/2016 para os servidores do Judiciário Federal, incluídos os da Justiça do Trabalho, e pelo aumento do valor da remuneração dos Cargos em Comissão, prevista na mesma lei.



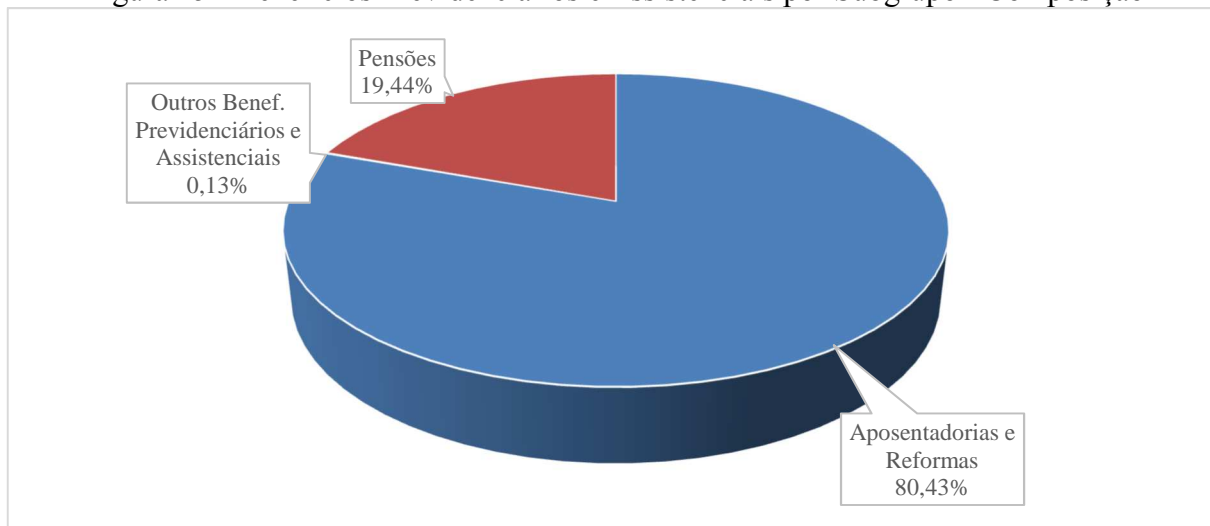
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- b) A conta de Contribuição Patronal para o RPPS – Intra apresentou uma variação positiva de 6,36%, um aumento de R\$ 13,7 milhões em comparação com o exercício de 2016. A variação é explicada pelo aumento da Gratificação Judiciária – GAJ e da remuneração dos Cargos em Comissão, cujos valores fazem parte da base de cálculo da Obrigação Patronal do PSSS.
- c) A conta Assistência à Saúde apresentou uma variação negativa de 19,54%, ou R\$ 2,7 milhões. A variação é explicada pela restrição orçamentária sofrida pela Justiça do Trabalho no exercício de 2017.

Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O item Benefícios Previdenciários e Assistenciais apresentou saldo de R\$ 574.173.181,61, que corresponde a 20,87% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A composição do item está detalhada conforme gráfico abaixo:

Figura 15 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais por Subgrupo - Composição



Fonte: Siafi 2017

A Tabela 37 apresenta o detalhamento do item por conta:

Tabela 37 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição

Subgrupo	Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Aposentadorias e Reformas	Proventos - Pessoal Civil	294.472.322,31	279.981.274,23	5,18%	51,29%	14.491.048,08
	Aposentadorias Pendentes de Aprovação Pes Civ	96.863.364,84	72.688.769,82	33,26%	16,87%	24.174.595,02

R\$



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Subgrupo	Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
	Gratificações	23.899.538,36	23.738.955,05	0,68%	4,16%	160.583,31
	Férias Vencidas e Proporcionais Aposentados	2.713.888,66	1.497.126,29	81,27%	0,47%	1.216.762,37
	13 Salário - Pessoal Civil 16/91	36.068.855,21	26.621.525,47	35,49%	6,28%	9.447.329,74
	Licença Prêmio para Inativo Civil	4.317.647,27	3.422.516,47	26,15%	0,75%	895.130,80
	Complementação de Aposentadoria Pessoal Civil	2.772,57	10.399,20	(73,34%)	0,00%	(7.626,63)
	Sentenças Judiciais - Aposentadorias RPPS	3.449.399,13	3.681.136,88	(6,30%)	0,60%	(231.737,75)
	Subtotal	461.787.788,35	411.641.703,41	12,18%	80,43%	50.146.084,94
Pensões	Pensões Civas	100.258.607,70	94.342.422,17	6,27%	17,46%	5.916.185,53
	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	8.553.503,58	8.186.591,68	4,48%	1,49%	366.911,90
	Sentenças Judiciais - Pensões RPPS	1.972.965,14	2.045.472,83	(3,54%)	0,34%	(72.507,69)
	Gratificações	851.531,32	895.209,31	(4,88%)	0,15%	(43.677,99)
	Pensões Indenizatórias - Legislação Especial	-	452.542,00	(100,00%)	0,00%	(452.542,00)
	Subtotal	111.636.607,74	105.922.237,99	5,39%	19,44%	5.714.369,75
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Auxílio Funeral	647.860,60	545.205,83	18,83%	0,11%	102.654,77
	Auxílio Natalidade	100.924,92	621.846,35	(83,77%)	0,02%	(520.921,43)
	Subtotal	748.785,52	1.167.052,18	(35,84%)	0,13%	(418.266,66)
Total		574.173.181,61	518.730.993,58	10,69%	100,00%	55.442.188,03

Fonte: Siafi 2017/2016

A variação entre os exercícios de 2016 e 2017 foi positiva, em 10,69% ou R\$ 55.442.188,03. As variações mais relevantes do período estão explicadas abaixo:

- a) A variação de 12,18% no subgrupo Aposentadoria e Reformas, equivalente a R\$ 50.146.084,94, decorreu do aumento acentuado do número de aposentadorias ocorridas durante o exercício de 2017.
- b) A conta de Pensões Civas apresentou uma variação positiva de 6,27%, um aumento de R\$ 5.916.185,53 comparado ao exercício de 2016. A variação é explicada pelo reajuste de 6,58% na parcela majoritária dos pensionistas, cujo benefício observa a EC 41/2004.

Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O item Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo apresentou saldo de R\$ 250.203.506,84, o que corresponde a 9,09% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A composição do item está detalhada conforme tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 38 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição

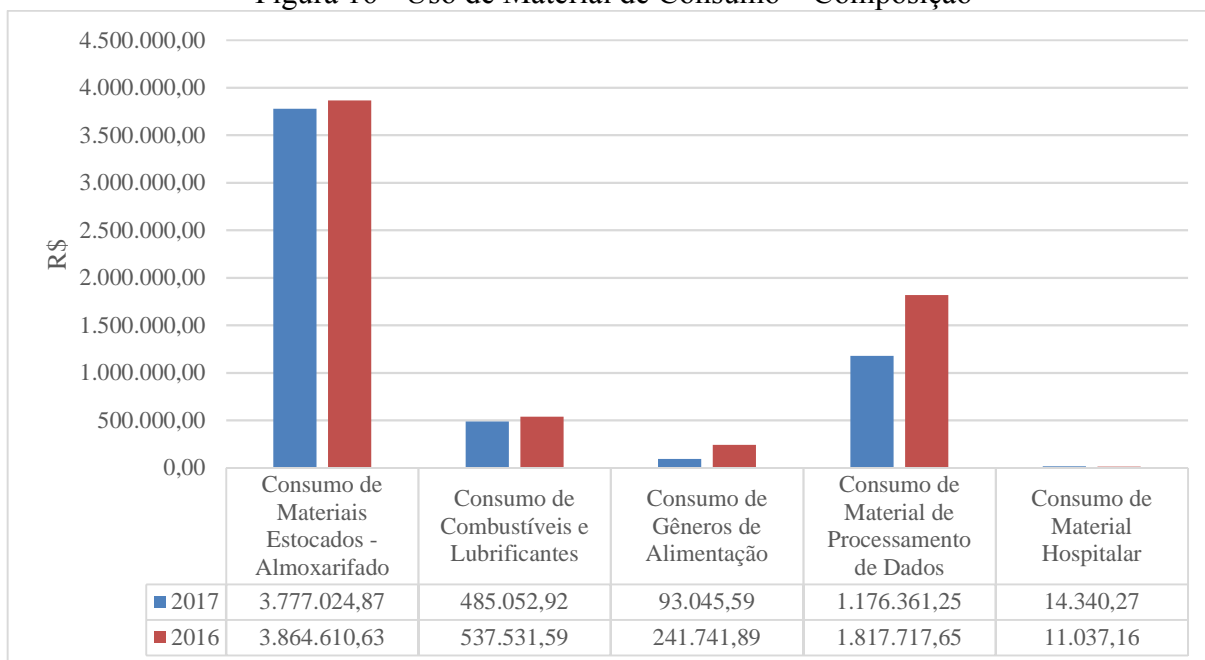
Subgrupo	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Uso de Material de Consumo	5.545.824,90	6.472.638,92	(14,32%)	2,22%	(926.814,02)
Serviços	230.862.343,84	257.308.282,29	(10,28%)	92,27%	(26.445.938,45)
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.795.338,10	13.428.280,08	2,73%	5,51%	367.058,02
Total	250.203.506,84	277.209.201,29	(9,74%)	100,00%	(27.005.694,45)

Fonte: Siafi 2017/2016

O Subgrupo Uso de Material de Consumo apresenta as variações provenientes da distribuição do Material de Consumo. O Subgrupo Serviços compreende as variações provenientes dos serviços prestados ao TRT2. O Subgrupo Depreciação, Amortização e Exaustão compreende o decréscimo do benefício de um bem durante o período contábil decorrente da depreciação, amortização ou exaustão.

Os gráficos a seguir demonstram a composição de cada subgrupo:

Figura 16 - Uso de Material de Consumo – Composição

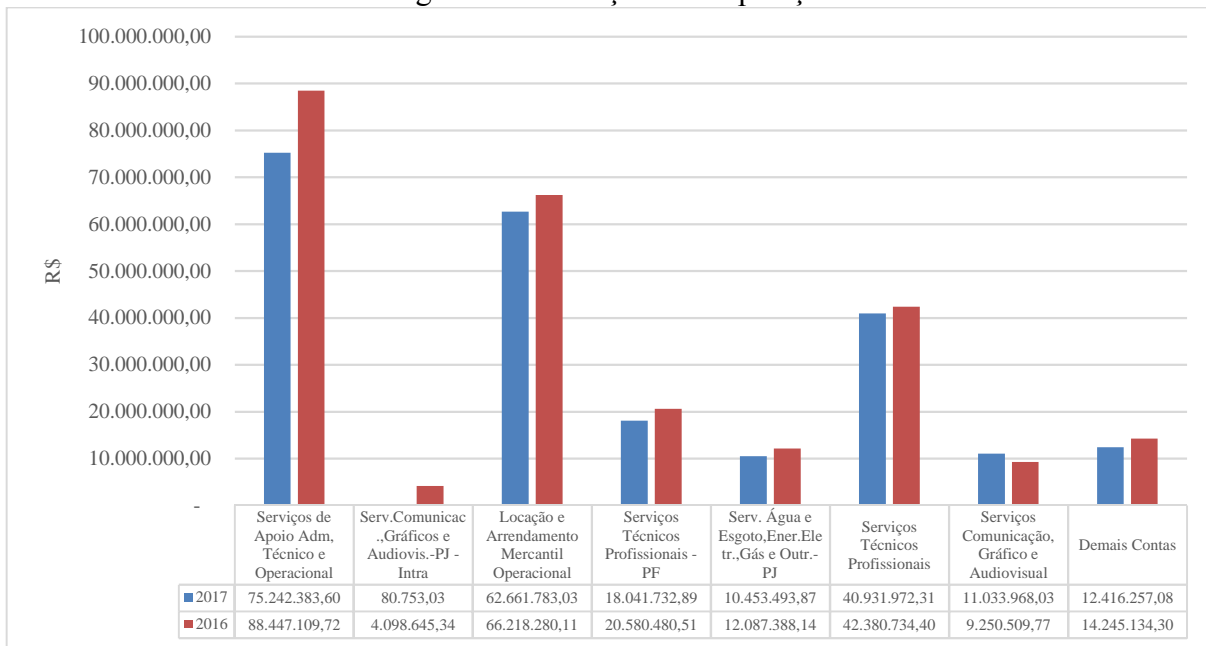


Fonte: Siafi 2017/2016



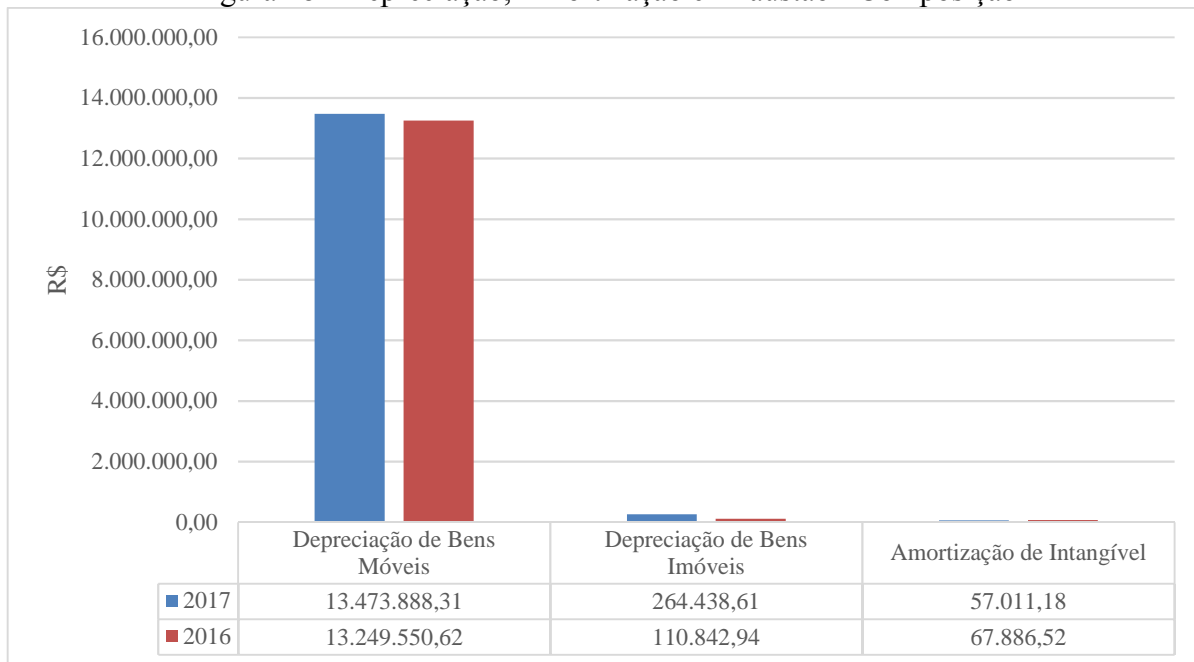
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 17 - Serviços - Composição



Fonte: Siasi 2017/2016

Figura 18 - Depreciação, Amortização e Exaustão - Composição



Fonte: Siasi 2017/2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Os subgrupos “Uso de Material de Consumo” e “Serviços” apresentaram uma redução das despesas entre os exercícios de 2016 e 2017. A maior variação observa-se no grupo Material de Processamento de Dados, que em parte pode ser explicada pelas aquisições no último trimestre de 2017, e por um saldo maior em Almoarifado em relação a 2016.

Nota 19 – Transferências e Delegações Concedidas

O item Transferências e Delegações Concedidas apresentou saldo de R\$ 260.815.474,83, o que corresponde a 9,48% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A composição do item está detalhada conforme tabela abaixo:

Tabela 39 - Transferências e Delegações Concedidas – Composição

		R\$				
Subgrupo	Conta	2017	2016	AH (%)	AV(%)	Varição Absoluta
Transferências Intragovernamentais	Transferências Concedidas para Pgto de RP	651.206,55	1.603.307,47	(59,38%)	0,25%	(952.100,92)
	Demais Transferências Concedidas	108.736,75	-	100,00%	0,04%	108.736,75
	Movimento de Saldos patrimoniais	93.486.213,97	87.729.507,13	6,56%	35,84%	5.756.706,84
	Movimentações de Variação Patrim. Diminutiva	166.298.307,69	8.697.371,97	1812,05%	63,76%	157.600.935,72
	Subtotal	260.544.464,96	98.030.186,57	165,78%	99,90%	162.514.278,39
Outras Transferências e Delegações Concedidas	Doações/Transferências Concedidas - Consolidado	137.792,21	94.811,76	45,33%	0,05%	42.980,45
	Doações/Transferências Concedidas - Intra OFSS	112.279,74	1.310,39	8468,42%	0,04%	110.969,35
	Doações/Transferências Concedidas - Inter Municipal	20.937,92	9.387,05	123,05%	0,01%	11.550,87
	Subtotal	271.009,87	105.509,20	156,86%	0,10%	165.500,67
Total		260.815.474,83	98.135.695,77	165,77%	100,00%	162.679.779,06

Fonte: Siafi 2017/2016

O Subgrupo Transferências Intragovernamentais apresenta as variações patrimoniais diminutivas relativas a execução orçamentária e de bens e valores, decorrentes de transferências financeiras dentro da União. O Subgrupo Outras Transferências e Delegações Concedidas inclui as variações patrimoniais diminutivas relativas a transferências e delegações que não estão inclusas nos demais subgrupos.

A variação positiva de 165,77% entre os exercícios de 2016 e 2017 decorreu principalmente do aumento das despesas na conta de Movimentações de Variação



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Patrimonial Diminutiva. A referida conta apresentou uma variação positiva de 1.812,05%. em razão da contabilização neste grupo dos precatórios da administração direta e indireta, de curto prazo.

Até 2016, o passivo de precatórios era registrado pelo TRT2, tendo como contrapartida a conta de VPD de “Incorporação de Passivos”; a partir de 2017, o registro de passivo de precatórios passou a ser efetuado pelo CSJT, que transfere os recursos ao Tribunal, através de provisão, para a realização dos pagamentos e, neste caso, a contrapartida é conta de VPD de “Movimentação de Variação Patrimonial Diminutiva”. Esta alteração quanto ao registro do passivo explica a variação positiva deste grupo, e consequentemente, a variação negativa do grupo “Incorporação de Passivos”, evidenciado na “Nota 20”.

Nota 20 – Desvalorização e Perda de Ativo e Incorporação de Passivos

O item Desvalorização e Perda de Ativo e Incorporação de Passivos apresentou saldo de R\$ 19.422.059,26, o que corresponde a 0,71% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A composição do item está detalhada conforme tabela abaixo:

Tabela 40 - Desvalorização e Perda de Ativo e Incorporação de Passivos – Composição

						R\$
Subgrupo	Conta	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Perdas Involuntárias	Perdas Involuntárias de Bens Móveis	-	87.726,60	(100,00%)	0,00%	(87.726,60)
Incorporação de Passivos	Incorporação de Passivos	19.300.075,84	58.260.269,46	(66,87%)	99,37%	(38.960.193,62)
	Sub-Repasse Diferido - Inscrição	-	729.946,50	(100,00%)	0,00%	(729.946,50)
Desincorporação de Ativos	Desincorporação de Ativos	121.983,42	65.774,58	85,46%	0,63%	56.208,84
Total		19.422.059,26	59.143.717,14	(67,16%)	100,00%	(39.721.657,88)

Fonte: Siafi 2017/2016

O Subgrupo Perdas Involuntárias apresenta os desfazimentos involuntários de bens. O Subgrupo Incorporação de Passivos refere-se a contrapartida de passivos reconhecidos pela entidade. O Subgrupo Desincorporação de Ativos refere-se a contrapartida de ativos baixados do balanço da entidade, relativos a bens ou direitos a receber, como a baixa de bens por furto e a baixa de créditos para inscrição em Dívida Ativa.

A variação negativa de 67,16% entre os exercícios de 2016 e 2017 é explicada principalmente pela contabilização em 2016 dos passivos de precatórios da administração direta e indireta de curto prazo, que, em 2017, passaram a ser registrados pelo CSJT.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 21 – Resultado Patrimonial do Exercício

A apuração do Resultado Patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial do exercício de 2017 foi positivo em R\$ 274.602.369,67, como demonstrado na tabela abaixo ao se confrontar as VPA com as VPD.

Tabela 41 - Resultado Patrimonial do Período

	2017	2016	AH (%)
Varição Patrimonial Aumentativa (I)	3.025.885.803,80	2.463.462.984,15	22,83%
Varição Patrimonial Diminutiva (II)	2.751.283.434,13	2.498.082.600,62	10,14%
Resultado Patrimonial do Período (I - II)	274.602.369,67	(34.619.616,47)	(893,20%)

Fonte: Siafi 2017/2016

Observa-se que o Resultado Patrimonial do Período apresentou um aumento expressivo quando comparado com o exercício anterior. Houve um aumento de 10,14% nas VPD, entretanto o aumento nas VPA foi de 22,83%, o que levou ao resultado apurado. Dentre os motivos que mais impactaram o resultado, destacam-se:

- Aumento na VPA de Transferências e Delegações Recebidas em 18,93%;

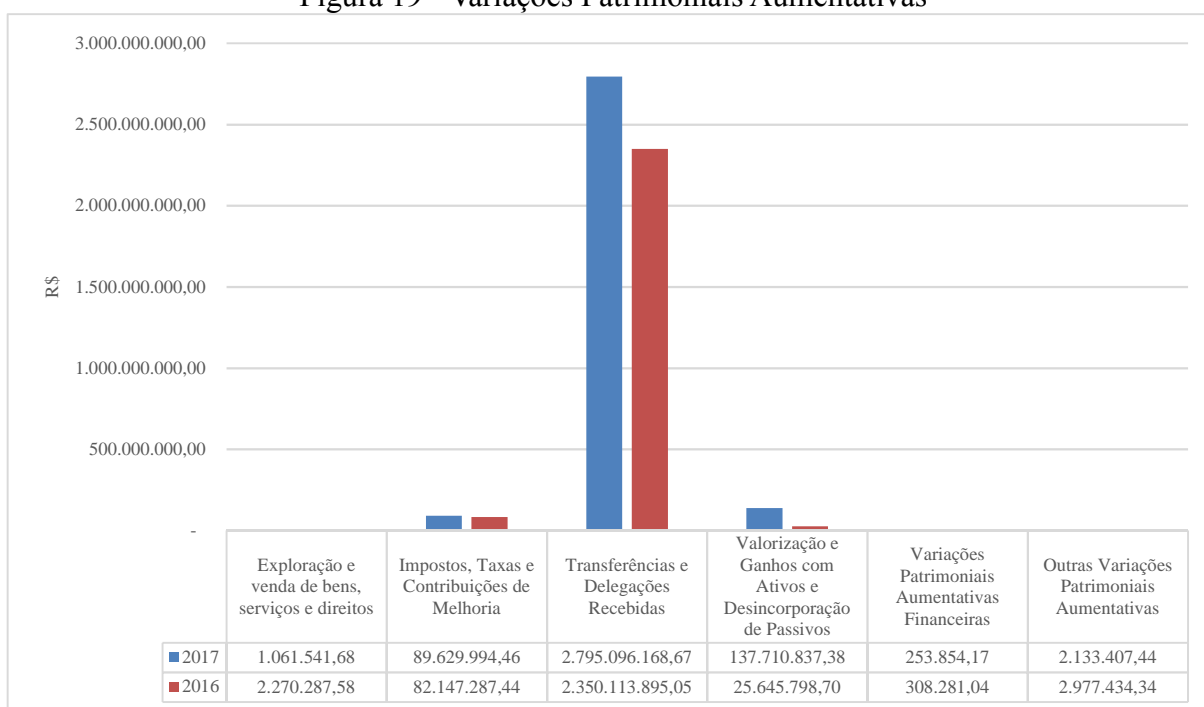


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- b) Aumento da VPA de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos em 436,97%;
- c) Aumento da VPD de Pessoal e Encargos em 6,63%;
- d) Aumento da VPD de Transferências e Delegações Concedidas em 165,77%.

As Figuras 19 e 20 apresentam um resumo da evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas e das Variações Patrimoniais Diminutivas de 2017 quando comparado com 2016.

Figura 19 - Variações Patrimoniais Aumentativas

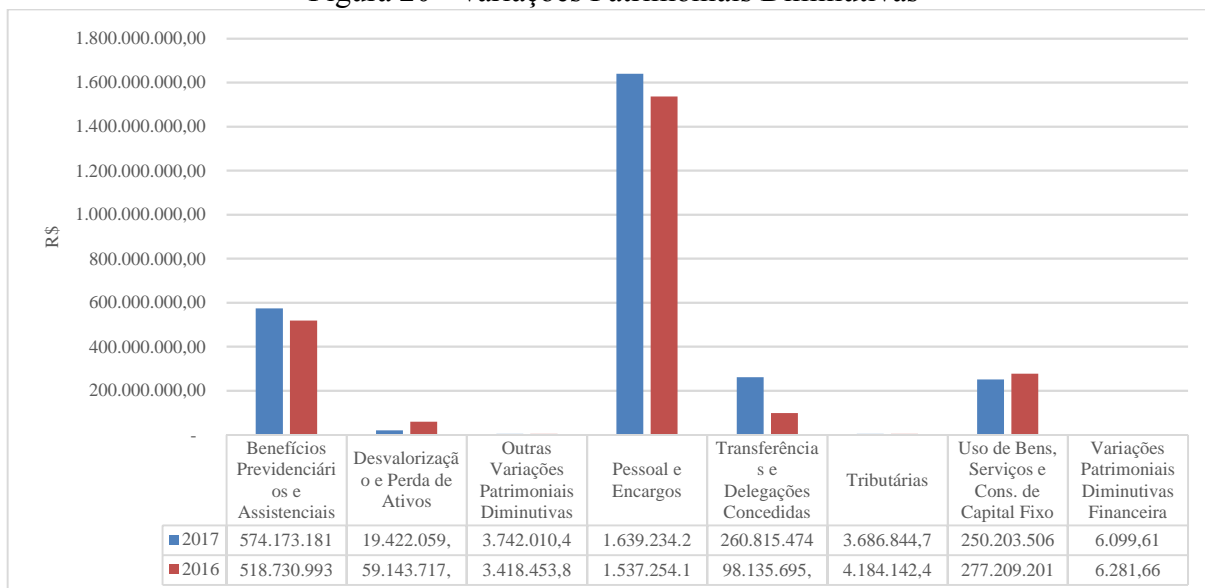


Fonte: Siafi 2017/2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 20 - Variações Patrimoniais Diminutivas



Fonte: Siafi 2017/2016

C.3.3. Balanço Orçamentário – UO 15103 (BO)

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- As receitas por fonte (espécie); e
- As despesas por grupo de natureza.

Para a presente análise, foi extraído do Siafi-Web o Balanço Orçamentário por Unidade Orçamentária (UO), pois este apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As notas explicativas números 22 a 26 esclarecem os principais itens do Balanço Orçamentário do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 22 – Receitas Orçamentárias

O exercício de 2017 apresentou previsão de receitas que totalizaram R\$ 86.722.628,00 e arrecadação de R\$ 58.911.503,26, o que indica uma frustração de receitas no montante de R\$ 27.811.124,74. Do montante previsto e arrecadado, a totalidade refere-se a Receitas Correntes. A Tabela 42 demonstra a composição das Receitas Correntes do exercício:

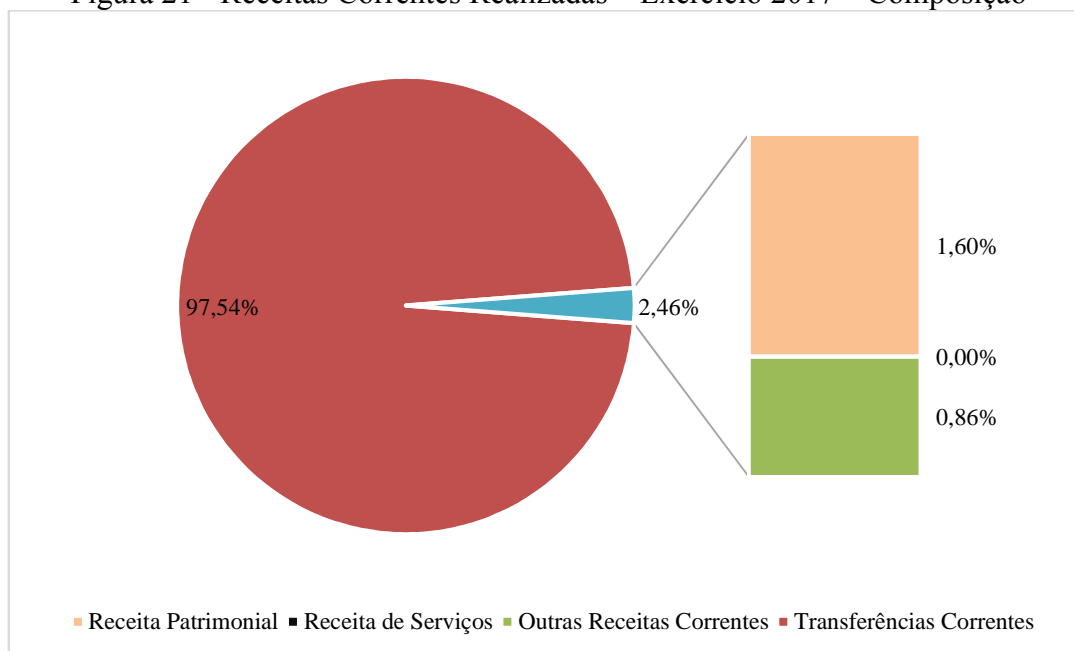
Tabela 42 - Receitas Correntes – Composição

Item	Natureza da Receita	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receita Patrimonial	Aluguéis e Arrendamentos	907.401,00	939.214,95	31.813,95
Receita de Serviços	Insc. em Concursos e Proc. Seletivos	-	130,00	130,00
Outras Receitas Correntes	Outras Restituições	578.012,00	507.226,91	(70.785,09)
Transferências Correntes	Transf. da União e de suas Entidades	85.237.215,00	57.464.931,40	(27.772.283,60)
Total		86.722.628,00	58.911.503,26	(27.811.124,74)

Fonte: Siafi 2017

A tabela abaixo detalha ainda a composição percentual de cada item da Receita Corrente pela Receita Realizada:

Figura 21 - Receitas Correntes Realizadas – Exercício 2017 – Composição



Fonte: Siafi 2017

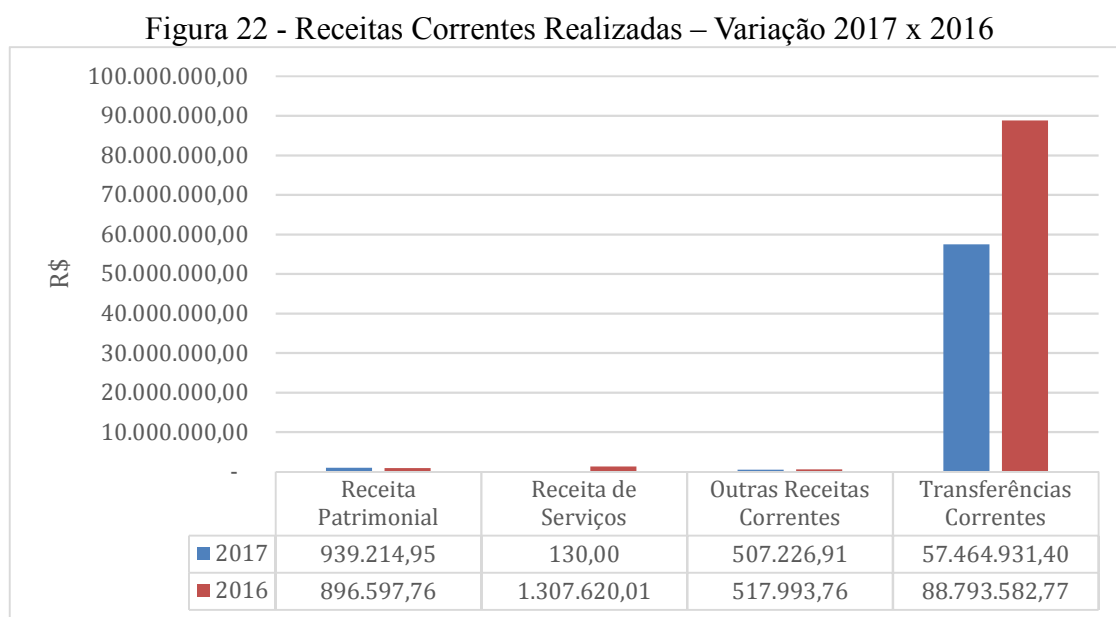


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Observa-se que quase a totalidade das receitas realizadas em 2017 referem-se a transferências correntes recebidas da União e suas Entidades e um pequeno percentual recolhido a título de aluguéis e outras restituições.

Destaca-se, contudo, que a frustração inicialmente apresentada (R\$ 27.772.283,60), referente às transferências correntes, na realidade não se concretizou, pois, o valor foi transferido via sub-repasse, o que acabou por gerar, na realidade, uma frustração de apenas R\$ 38.841,14 das Receitas Correntes.

O gráfico abaixo demonstra a variação anual das Receitas Correntes Realizadas:



Fonte: Siafi 2017/2016

Em comparação com as receitas realizadas em 2016, houve uma variação negativa de 35,63%. A variação pode ser explicada pelos seguintes aspectos:

- O recolhimento de R\$ 1,3 milhões em 2016, em Receitas de Serviços, está relacionado a valores de inscrição em concurso público. Em razão da ausência de tal evento durante o exercício de 2017, justifica-se a variação negativa;
- A variação no item Transferências Correntes é justificada devido a parte dos repasses realizados pelo CSJT relativos aos recursos recebidos das instituições financeiras (BB e CEF), pela administração de depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

pequeno valor em 2017, terem ocorrido por sub-repasse (R\$ 35.515.506,25). Considerando o montante repassado por transferências correntes (via RA), de R\$ 57.464.931,40, obtém-se o montante total de R\$ 85.237.215,00.

Nota 23 – Execução Orçamentária da Despesa (UO 15103)

O exercício de 2017 apresentou uma Dotação Atualizada de R\$ 2.605.807.672,00, tendo sido executados (empenhados) R\$ 2.589.884.132,15, o que demonstra uma execução de 99,39%.

A Dotação Atualizada é a soma da Dotação Inicial e Créditos Adicionais (Suplementares e Extraordinários), excluídas as dotações canceladas e remanejadas. A Tabela 43 apresenta a composição da Dotação Atualizada de 2017:

Tabela 43 - Dotação Atualizada – Composição

	R\$			
Despesa Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada e Remanejada	Dotação Atualizada
Despesas Correntes	2.238.281.732,00	356.810.914,00	(11.357.000,00)	2.583.735.646,00
Despesas de Capital	14.542.026,00	7.530.000,00	-	22.072.026,00
Total	2.252.823.758,00	364.340.914,00	(11.357.000,00)	2.605.807.672,00

Fonte: Siafi 2017

Observa-se que houve em 2017 suplementações no montante de R\$ 364.340.914,00 e cancelamentos da dotação inicial de R\$ 11.357.000,00.

Tabela 44 - Dotação Atualizada – Variação por exercício

	R\$		
Despesa Orçamentária	2017	2016	AH (%)
Despesas Correntes	2.583.735.646,00	2.320.146.295,00	11,36%
Despesa de Capital	22.072.026,00	10.319.419,00	113,89%
Total	2.605.807.672,00	2.330.465.714,00	11,81%

Fonte: Siafi 2017/2016

Em comparação à 2016, a Dotação Atualizada apresentou uma variação positiva de 11,81%, o que correspondeu a R\$ 275.341.958,00. A variação positiva ocorreu em virtude do forte cenário de restrição orçamentária ocorrida no exercício de 2016 e a melhora do cenário econômico em 2017.

As tabelas a seguir apresentam comparativo percentual da execução, liquidação e pagamento das despesas orçamentárias entre os exercícios de 2016 e 2017:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 45 - Despesa Empenhada x Dotação Atualizada

		R\$		
		Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
2017	Dotação Atualizada	2.583.735.646,00	22.072.026,00	2.605.807.672,00
	Despesa Empenhada	2.567.842.358,69	22.041.773,46	2.589.884.132,15
	% Despesa Empenhada (I)	99,38%	99,86%	99,39%
2016	Dotação Atualizada	2.320.146.295,00	10.319.419,00	2.330.465.714,00
	Despesa Empenhada	2.319.269.440,95	10.317.202,30	2.329.586.643,25
	% Despesa Empenhada (II)	99,96%	99,98%	99,96%
Varição entre Exercícios (I / II)		(0,58%)	(0,12%)	(0,57%)

Fonte: Siafi 2017/2016

Tabela 46 - Despesa Liquidada x Despesa Empenhada

		R\$		
		Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
2017	Despesa Empenhada	2.567.842.358,69	22.041.773,46	2.589.884.132,15
	Despesa Liquidada	2.477.980.216,59	1.677.030,28	2.479.657.246,87
	% Despesa Liquidada (I)	96,50%	7,61%	95,74%
2016	Despesa Empenhada	2.319.269.440,95	10.317.202,30	2.329.586.643,25
	Despesa Liquidada	2.288.964.580,85	5.635.701,69	2.294.600.282,54
	% Despesa Liquidada (II)	98,69%	54,62%	98,50%
Varição entre Exercícios (I / II)		(2,22%)	(86,07%)	(2,80%)

Fonte: Siafi 2017/2016

Tabela 47 - Despesa Paga x Despesa Empenhada

		R\$		
		Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
2017	Despesa Empenhada	2.567.842.358,69	22.041.773,46	2.589.884.132,15
	Despesa Paga	2.477.231.875,33	1.677.030,28	2.478.908.905,61
	% Despesa Paga (I)	96,47%	7,61%	95,72%
2016	Despesa Empenhada	2.319.269.440,95	10.317.202,30	2.329.586.643,25
	Despesa Paga	2.288.499.353,80	5.635.701,69	2.294.135.055,49
	% Despesa Paga (II)	98,67%	54,62%	98,48%
Varição entre Exercícios (I / II)		(2,23%)	(86,07%)	(2,81%)

Fonte: Siafi 2017/2016

Em comparação com o exercício de 2016, observam-se variações negativas das despesas empenhadas em comparação à dotação atualizada e das despesas liquidadas e pagas em relação às despesas empenhadas. Quanto às despesas correntes a variação (-2,23%) não é significativa. No tocante às despesas de capital o baixo índice de pagamentos efetuados em 2017 justifica a variação negativa de 86,07%.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Despesas Correntes

As Despesas Correntes (R\$2.567.842.358,69) correspondem a 99,15% dos empenhos realizados (R\$ 2.589.884.132,15) no exercício de 2017. A Tabela 48 apresenta a composição das Despesas Correntes por Grupo de Despesa:

Tabela 48 - Despesas Correntes 2017 – Composição

Grupo da Despesa	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Pessoal e Encargos Sociais	2.201.052.416,00	2.189.247.698,46	2.132.009.583,77	2.132.009.583,77
Outras Despesas Correntes	382.683.230,00	378.594.660,23	345.970.632,82	345.222.291,56
Total	2.583.735.646,00	2.567.842.358,69	2.477.980.216,59	2.477.231.875,33

Fonte: Siafi 2017

O grupo Pessoal e Encargos Sociais representa 85,26% dos empenhos correntes. A Tabela 49 apresenta a composição do referido grupo:

Tabela 49 - Execução – Pessoal e Encargos Sociais – Composição

	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	1.266.228.817,74	1.173.386.049,70	7,91%	57,84%	92.842.768,04
Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	465.593.706,25	410.248.210,92	13,49%	21,27%	55.345.495,33
Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	231.773.606,37	218.282.752,93	6,18%	10,59%	13.490.853,44
Pensões do RPPS e do Militar	112.552.537,40	104.836.480,57	7,36%	5,14%	7.716.056,83
Despesas de exercícios anteriores	87.143.810,14	15.205.727,06	473,10%	3,98%	71.938.083,08
Outras despesas variáveis - Pessoal Civil	22.717.131,35	15.597.380,56	45,65%	1,04%	7.119.750,79
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	2.692.068,86	1.751.965,78	53,66%	0,12%	940.103,08
Sentenças Judiciais	546.020,35	545.227,88	0,15%	0,02%	792,47
Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	-	542.444,60	(100,00%)	0,00%	(542.444,60)
Total	2.189.247.698,46	1.940.396.240,00	12,82%	100,00%	248.851.458,46

Fonte: Siafi 2017/2016

Em comparação com o exercício de 2016, houve um crescimento de 12,82% nas despesas empenhadas do grupo Pessoal e Encargos Sociais. As maiores variações estão relacionadas abaixo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- a) Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil: a rubrica apresentou uma variação positiva de 7,91%, ou R\$ 92.842.768,04. O aumento está relacionado ao aumento salarial aos servidores do Judiciário Federal previsto na Lei 13.317/2016, bem como ao aumento da remuneração dos Cargos em Comissão, previsto na mesma lei.
- b) Despesas de Exercícios Anteriores: a rubrica apresentou uma variação positiva de 473,10%, ou R\$ 71.938.083,08. A variação decorreu do reconhecimento e empenho de passivos trabalhistas do TRT2 no exercício de 2017.
- c) Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar: a rubrica apresentou uma variação positiva de 13,49%, ou R\$ 55.345.495,33. A variação decorreu do aumento do número de aposentadorias ocorridas durante o exercício de 2017.

O grupo Outras Despesas Correntes, apresentado na Tabela 50, representa 14,74% dos empenhos correntes e apresenta as despesas não classificáveis nos demais grupos orçamentários como aquisição de material de consumo, diárias, auxílios alimentação e transporte, etc. Em comparação com o exercício de 2016, houve uma execução praticamente constante, com uma variação negativa de 0,07%.

Tabela 50 - Execução – Outras Despesas Correntes – Composição

	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Outros Benef. Assist. do Servidor	18.506.385,20	16.955.604,32	9,15%	4,89%	1.550.780,88
Diárias - Pessoal Civil	397.721,42	435.862,96	(8,75%)	0,11%	(38.141,54)
Material de consumo	2.326.132,23	6.639.400,62	(64,96%)	0,61%	(4.313.268,39)
Passagens e Despesas com Locomoção	354.253,88	244.767,52	44,73%	0,09%	109.486,36
Serviços de Consultoria	-	193.450,94	(100,00%)	0,00%	(193.450,94)
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	25.472.097,86	23.148.926,77	10,04%	6,73%	2.323.171,09
Locação de Mão-de-obra	68.398.209,89	68.149.244,42	0,37%	18,07%	248.965,47
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	149.073.444,03	143.722.342,55	3,72%	39,38%	5.351.101,48
Auxílio-alimentação	64.462.986,65	65.048.951,19	(0,90%)	17,03%	(585.964,54)
Obrigações Tributárias e Contributivas	157.294,46	145.448,80	8,14%	0,04%	11.845,66
Auxílio-transporte	3.067.783,00	3.036.634,17	1,03%	0,81%	31.148,83
Sentenças Judiciais	27.238.176,00	26.099.150,68	4,36%	7,19%	1.139.025,32
Despesas de Exercícios Anteriores	173.798,47	2.236.147,78	(92,23%)	0,05%	(2.062.349,31)
Indenizações e Restituições	14.961.943,17	19.244.964,41	(22,26%)	3,95%	(4.283.021,24)
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (Intra)	86.600,00	193.735,00	(55,30%)	0,02%	(107.135,00)
Obrig. Tribut. e Contrib - Op. Intra-orçamentárias	3.917.833,97	3.378.568,82	15,96%	1,03%	539.265,15



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

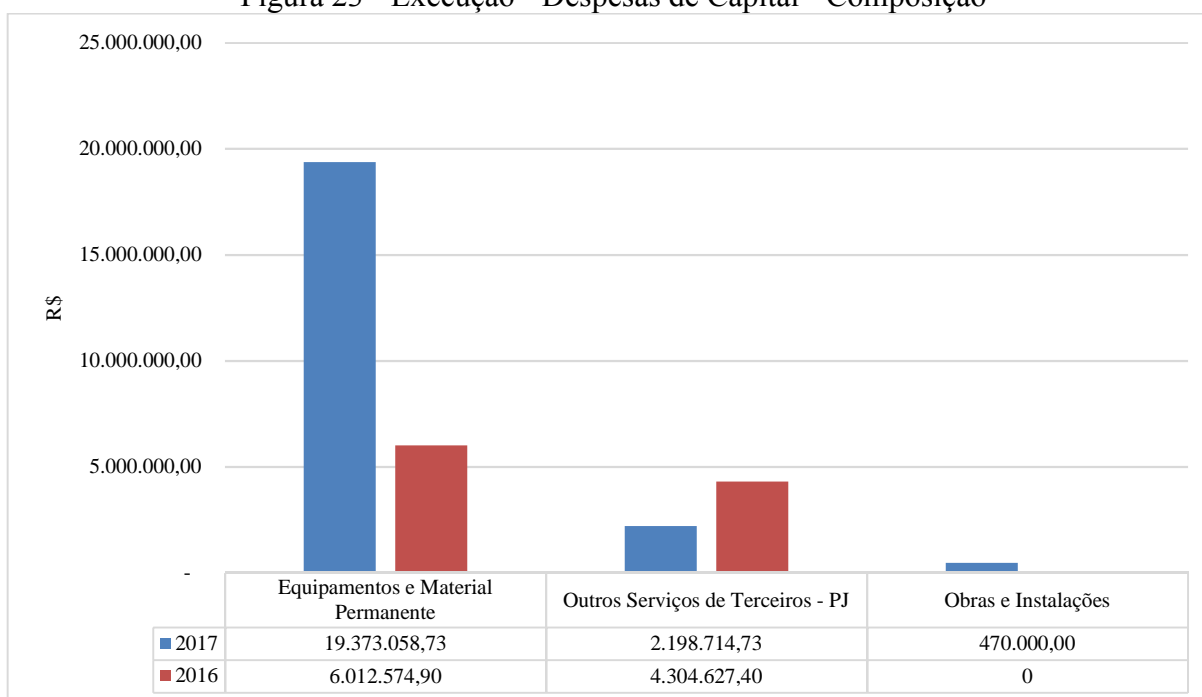
	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta
Total	378.594.660,23	378.873.200,95	(0,07%)	100,00%	(278.540,72)

Fonte: Siafi 2017/2016

Despesas de Capital

As Despesas de Capital somaram R\$ 22.041.773,46 e representam 0,85% dos empenhos realizados (R\$ 2.589.884.132,15). As despesas de capital referem-se exclusivamente àquelas registradas no grupo “Investimentos”, que inclui despesas com bens permanentes, planejamento e execução de obras, aquisições de imóveis e softwares, e estão detalhadas no gráfico abaixo:

Figura 23 - Execução - Despesas de Capital - Composição



Fonte: Siafi 2017/2016

A variação ocorrida entre os exercícios de 2016 e 2017 foi positiva em 113,64% e decorreu em razão do cenário de restrição orçamentária mais intenso em 2016, que limitou principalmente a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Execução de Orçamento Descentralizado

Além da dotação orçamentária disponibilizada para consecução de seus objetivos institucionais, durante o exercício de 2017, o TRT2 recebeu descentralizações orçamentárias para execução de ações de outras Entidades, via provisão e destaque. A Tabela 51 detalha o orçamento descentralizado, por Ação e Órgão, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e as inscritas em restos a pagar:

Tabela 51 - Execução - Descentralizações em 2017 – Composição

							R\$
Ação	Unidade Descentralizadora	Provisão e Destaque Recebido	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Inscritas em RP Não Processados	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Tribunal Superior do Trabalho	94.500,00	16.830,91	6.375,91	6.375,91	10.455,00	
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processual Eletrônico na Justiça do Trabalho - PJ-e	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	4.535.775,83	4.535.775,83	4.262.628,07	4.262.628,07	273.147,76	
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	Tribunal Superior do Trabalho	11.593.332,67	11.569.866,89	10.999.929,31	10.999.929,31	569.937,58	
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	17.654,00	17.654,00			17.654,00	
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	Instit. Nac. de Coloniz. e Ref. Agrária - INCRA	618.147,00	610.042,90	610.042,90	610.042,90		
	Banco Central do Brasil	547.993,00	540.808,86	540.808,86	540.808,86		
	Universidade Federal de São Paulo	12.921.808,00	12.716.320,68	12.716.320,68	12.716.320,68		
	Fundação Inst. Bras. de Geografia e Estatística	435.123,00	429.417,99	429.417,99	429.417,99		
	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	2.003.399,00	1.977.136,35	1.977.136,35	1.977.136,35		

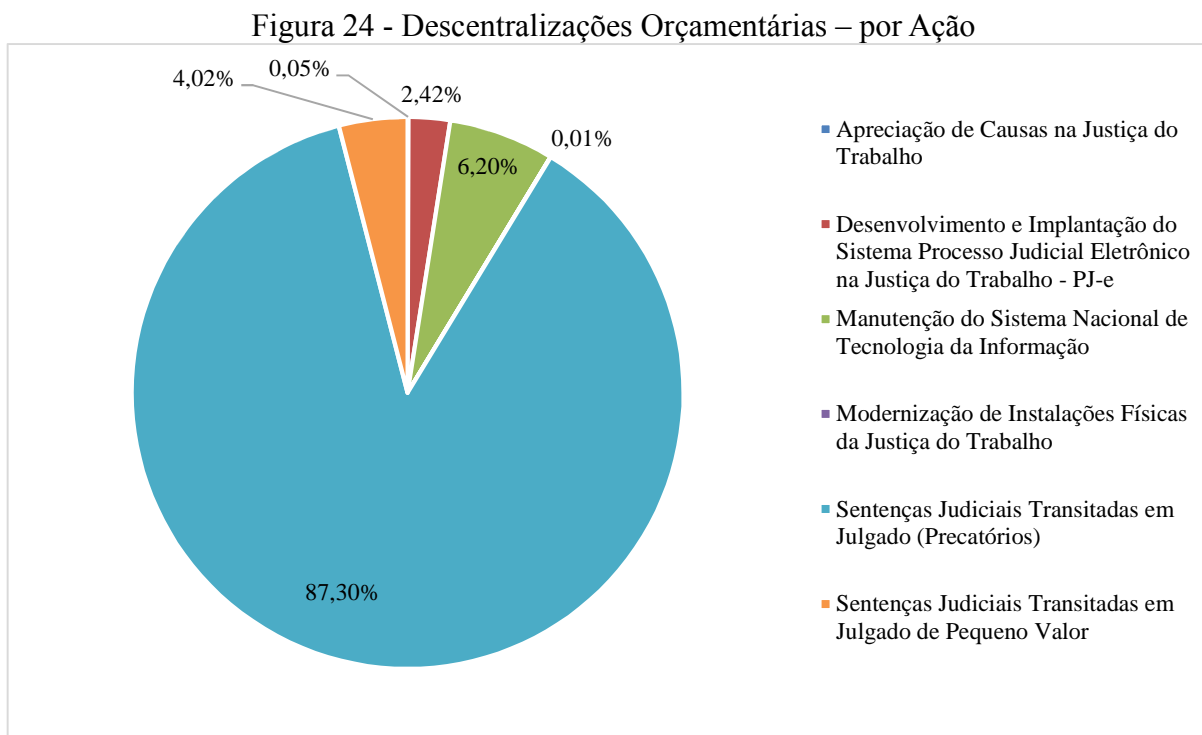


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Ação	Unidade Descentralizadora	Provisão e Destaque Recebido	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Inscritas em RP Não Processados
	Encargos Financ. da União - Sentenças Judiciais	146.805.016,00	142.510.968,96	142.510.968,96	142.510.968,96	
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	Encargos Financ. da União - Sentenças Judiciais	7.513.611,95	7.513.611,95	7.513.611,95	7.513.611,95	
Total		187.086.360,45	182.438.435,32	181.567.240,98	181.567.240,98	871.194,34

Fonte: Siafi 2017

A partir dos dados apresentados, verifica-se que as maiores parcelas dos recursos descentralizados foram destinadas ao pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Siafi 2017

Observa-se ainda que houve uma execução (empenho) de 97,52% (R\$ 182.438.435,32) da dotação descentralizada, e a inscrição em Restos a Pagar de 0,48% (R\$ 871.194,34) dos empenhos realizados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 24 – Resultado Orçamentário

O exercício de 2017 apresentou como resultado orçamentário déficit de R\$ 2.530.972.628,89. A situação ocorre em razão da Justiça do Trabalho não ser órgão arrecadador, dependendo, dessa forma, de recursos arrecadados e repassados pela União para fazer frente às suas despesas.

A tabela abaixo demonstra a composição do resultado ajustado deste Tribunal, considerando os empenhos das dotações descentralizadas, bem como dos recursos recebidos da União:

Tabela 52 - Resultado Orçamentário Ajustado – Composição

	2017	2016	R\$ AH (%)
Receita Realizada (I)	58.911.503,26	91.515.794,30	(35,63%)
Despesas Empenhadas (II)	(2.589.884.132,15)	(2.329.586.643,25)	11,17%
Déficit Orçamentário - Próprio (III = I + II)	(2.530.972.628,89)	(2.238.070.848,95)	13,09%
Despesas Empenhadas - Demais Órgãos (IV)	(182.438.435,32)	(65.361.944,41)	179,12%
Déficit Orçamentário - UG 080010 (V = III + IV)	(2.713.411.064,21)	(2.303.432.793,36)	17,80%
Transferências e Delegações Recebidas (VI)	2.735.349.493,81	2.350.113.895,05	16,39%
Resultado ajustado (VII = V + VI)	21.938.429,60	46.681.101,69	(53,00%)

Fonte: Siafi 2017/2016

Dessa forma, considerando os recursos recebidos via sub-repasse para fazer frente às despesas orçamentárias do exercício, verifica-se que o TRT2 apresentou saldo positivo, o que demonstra que o déficit orçamentário está coberto pelos recursos recebidos.

Nota 25 – Execução de Restos a Pagar Não Processados

No exercício de 2017, houve pagamentos de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) que totalizaram R\$ 30.541.938,31, segregados entre dotações próprias (R\$ 30.115.932,30) e dotações descentralizadas (R\$ 426.006,01). Os RPNP são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não liquidadas ou canceladas.

A Tabela 53 apresenta a composição dos pagamentos realizados dos RPNP em 2017, segregados por Grupo da Despesa e ano do RPNP:

Tabela 53 - Restos a Pagar Não Processados Pagos em 2017 – Composição

Dotação Orçamentária	Grupo da Despesa	2014	2015	2016	R\$ Total
Dotação Própria	Pessoal e Encargos Sociais	-	2.138.646,26	2.968.444,78	5.107.091,04
	Outras Despesas Correntes	9.855,55	969.198,97	15.871.176,44	16.850.230,96



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Dotação Orçamentária	Grupo da Despesa	2014	2015	2016	Total
	Investimentos	-	3.483.109,69	4.675.500,61	8.158.610,30
	Subtotal - Dotação Própria (I)	9.855,55	6.590.954,92	23.515.121,83	30.115.932,30
	Outras Despesas Correntes	-	204.480,00	67.680,68	272.160,68
Dotação Descentralizada	Investimentos	-	153.845,33	-	153.845,33
	Subtotal - Dotação Descentralizada (II)	-	358.325,33	67.680,68	426.006,01
Total (III = I + II)		9.855,55	6.949.280,25	23.582.802,51	30.541.938,31

Fonte: Siafi 2017

Em 2017, foram cancelados R\$ 1.116.902,47 dos RPNP, exclusivamente do Grupo Outras Despesas Correntes, conforme Tabela 54.

Tabela 54 - Restos a Pagar Não Processados Cancelados em 2017 – Composição

	2013	2014	2015	2016	Total
Dotação Própria	18.962,15	1.476,12	179.864,11	911.752,06	1.112.054,44
Dotação Descentralizada	4.848,00	-	-	0,03	4.848,03
Total	23.810,15	1.476,12	179.864,11	911.752,09	1.116.902,47

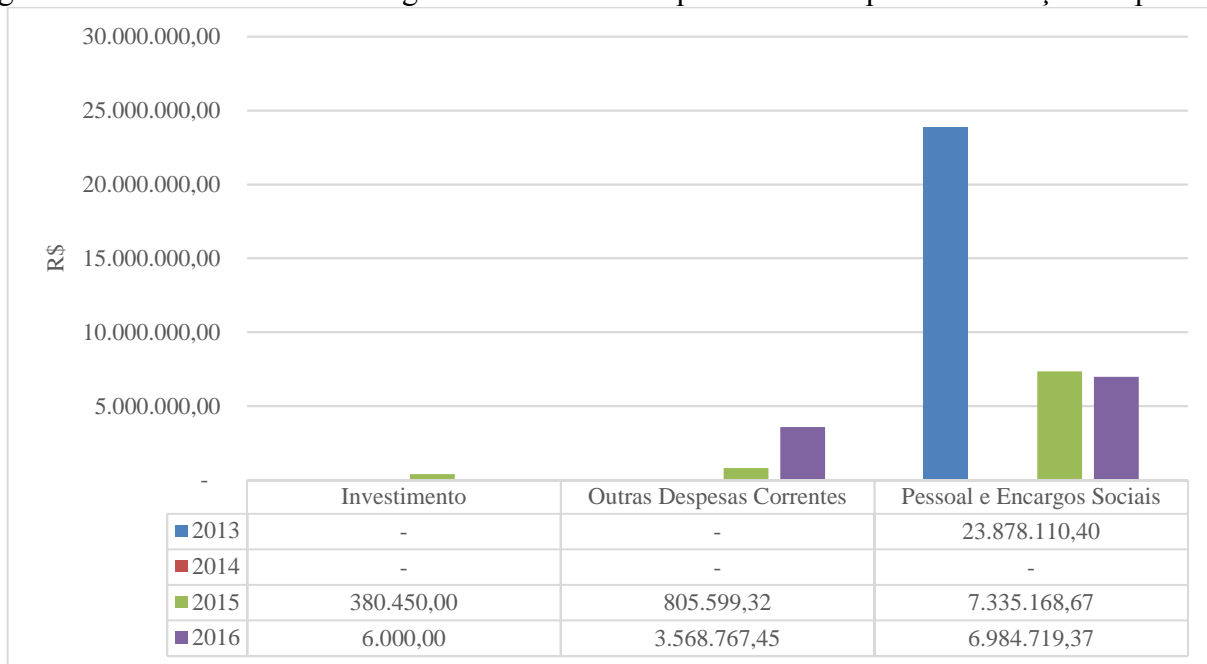
Fonte: Siafi 2017

A partir das informações apresentadas, e considerando que os restos a pagar originários de dotação descentralizada foram totalmente pagos ou cancelados, o saldo remanescente de RPNP totalizou R\$ 42.958.815,21 e sua composição pode ser visualizada no gráfico abaixo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 25 - Saldo dos Restos a Pagar Não Processados por ano do Empenho – Dotação Própria



Fonte: Siafi 2017

Destaca-se o saldo de R\$ 23.878.110,40 de RPNP do exercício de 2013 para o grupo de Pessoal e Encargos Sociais. O saldo é composto de passivos trabalhistas de PAE e URV, empenhados em 2013, cujos pagamentos não foram realizados à época para servidores e magistrados inativos em virtude de restrições legais, aguardando definição para o efetivo pagamento e ou cancelamento.

Nota 26 – Execução de Restos a Pagar Processados

No exercício de 2017, os Restos a Pagar Processados (RPP) foram pagos no montante de R\$ 431.606,85, exclusivamente no grupo Outras Despesas Correntes, referentes à dotação orçamentária própria do TRT2. Os RPP correspondem a todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas, do exercício atual ou anterior, porém não pagas ou canceladas

O estoque de RPP pendentes de pagamento estão detalhados na Tabela 55, por ano do RPP:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 55 - Restos a Pagar Processados – Composição

	2015	2016	Total
Inscritos em Exercícios Anteriores	1.992,45		1.992,45
Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	5.101,75	465.227,05	470.328,80
RPP Pagos	7.094,20	424.512,65	431.606,85
Saldo	-	40.714,40	40.714,40

Fonte: Siafi 2017

C.3.4. Balanço Financeiro (BF)

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

As notas explicativas números 27 a 30 esclarecem os principais itens do Balanço Financeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região.

Nota 27 – Sub-Repasse Recebido

As transferências financeiras recebidas via sub-repasse (R\$ 2.735.349.493,81) correspondem a 88,41% do total dos ingressos dos recursos no exercício de 2017 (R\$ 3.093.903.983,28) e a 99,92% das transferências financeiras recebidas (R\$ 2.737.631.237,27).

A Tabela 56 detalha o montante do sub-repasse recebido, dada a sua representatividade, sendo posteriormente comentado.

Tabela 56 - Sub-Repasse Recebido por fonte de recursos – Composição

Fonte Recursos	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Recursos Ordinários	2.181.620.963,56	1.783.361.737,64	22,33%	79,76%	398.259.225,92



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Fonte Recursos	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	23.753.656,00	24.020.644,00	(1,11%)	0,87%	(266.988,00)
Contr. Social s/ o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	233.869,27	(100,00%)	0,00%	(233.869,27)
Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor	192.240.443,00	175.799.154,00	9,35%	7,03%	16.441.289,00
Contrib. Patronal p/ o Plano de Seguridade Social do Servidor	302.218.925,00	271.906.831,00	11,15%	11,05%	30.312.094,00
Recursos de Convênios	35.515.506,25	-	100,00%	1,30%	35.515.506,25
Total	2.735.349.493,81	2.255.322.235,91	21,28%	100,00%	480.027.257,90

Fonte: Siafi 2017/2016

As maiores variações são explicadas abaixo:

- Os sub-repasses recebidos na fonte de Recursos Ordinários variaram 22,33% em relação ao exercício de 2016, o equivalente a R\$ 398.259.225,92. A variação decorreu do aumento do repasse de recursos para consecução da execução orçamentária prevista.
- Os sub-repasses com fonte de Recursos de Convênios referem-se ao repasse pelo CSJT de parte da parcela devida ao TRT2 dos valores recebidos através de convênio com as instituições financeiras (BB e CEF), em contrapartida à administração dos depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de pequeno valor. Até 2016, tais convênios eram realizados diretamente com o TRT2. A partir de 2017, os convênios passaram a ser realizados pelo CSJT, que repassou parte dos recolhimentos devidos via sub-repasse e parte via transferência voluntária.

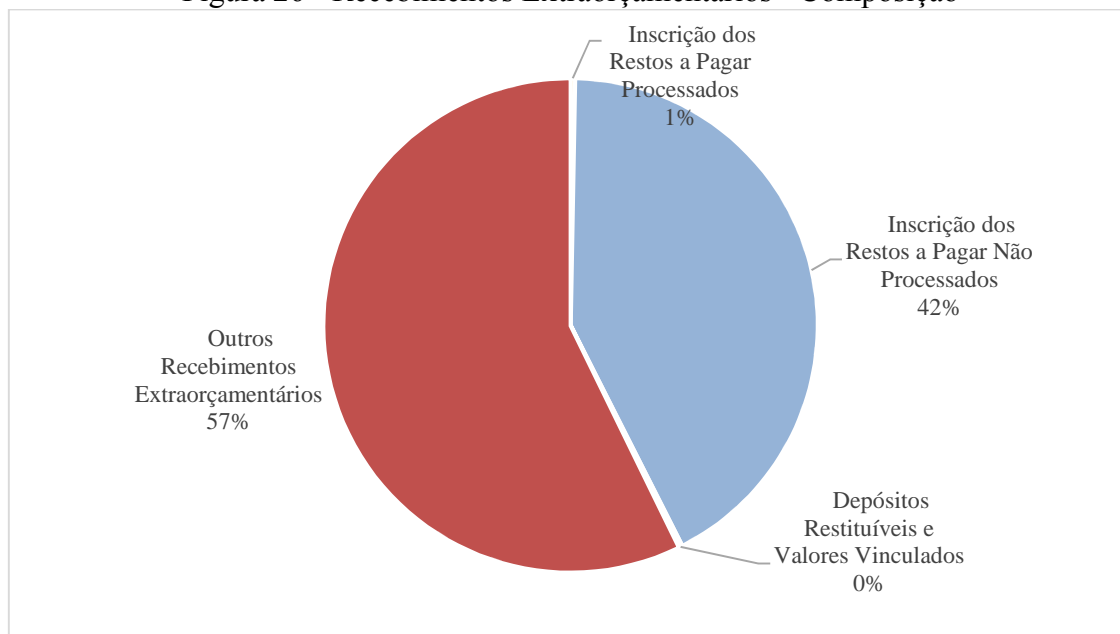
Nota 28 – Recebimentos Extraorçamentários

Os Recebimentos Extraorçamentários referem-se àqueles cuja realização não se vincula à execução do orçamento. A composição está apresentada no gráfico abaixo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 26 - Recebimentos Extraorçamentários - Composição



Fonte: Siafi 2017

Inscrição de Restos a Pagar

No exercício de 2017, as despesas empenhadas inscritas em Restos a Pagar (RP) somaram R\$ 111.846.420,88, segregadas em Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados.

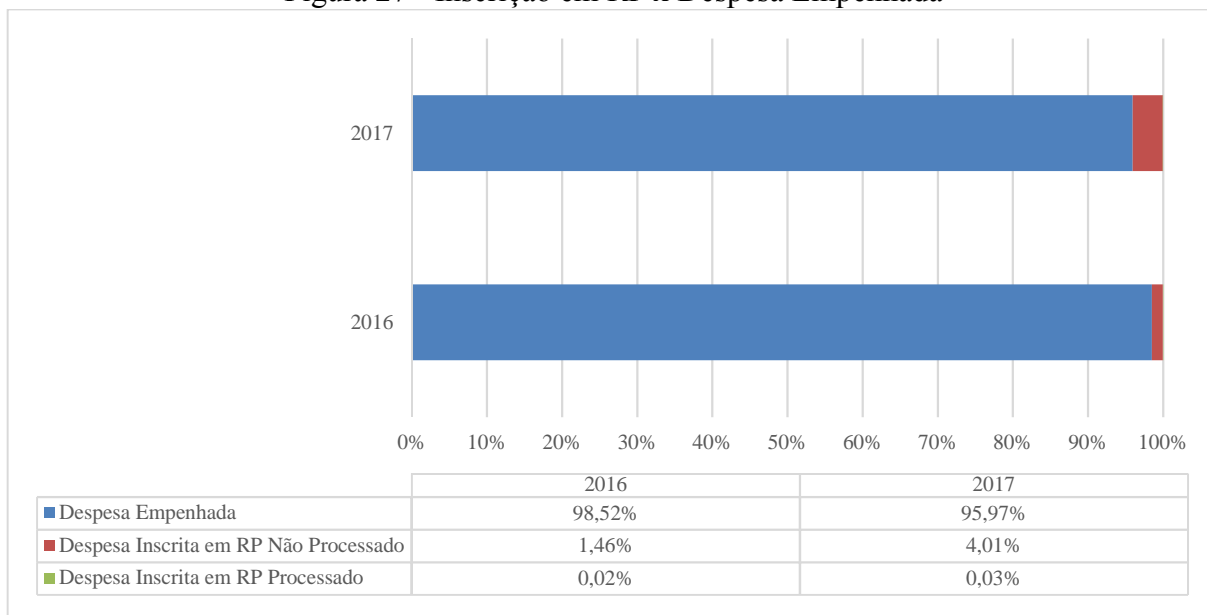
São inscritas em restos a pagar todas as despesas empenhadas, do exercício atual ou anterior, não pagas ou canceladas até o dia 31 de dezembro do exercício vigente. Caso a despesa tenha sido liquidada, o resto a pagar é classificado como processado, e, caso ainda não tenha sido liquidada, como não processado.

O gráfico abaixo demonstra o percentual das despesas inscritas em Restos a Pagar em 2016 e 2017, comparativamente às despesas empenhadas de cada ano:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 27 - Inscrição em RP x Despesa Empenhada



Fonte: Siafi 2017/2016

A Tabela 57 demonstra ainda a composição por Grupo da Despesa das despesas inscritas em Restos a Pagar:

Tabela 57 - Inscrição em Restos a Pagar – Composição

						R\$
Item	Grupo da Despesa	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta
Despesa Inscrita em RP Não Processado	Pessoal e Encargos Sociais	57.238.114,69	9.953.164,15	475,07%	51,18%	47.284.950,54
	Outras Despesas Correntes	33.242.796,35	20.419.376,66	62,80%	29,72%	12.823.419,69
	Investimentos	20.617.168,58	4.681.500,61	340,40%	18,43%	15.935.667,97
Despesa Inscrita em RP Processado	Outras Despesas Correntes	748.341,26	465.227,05	60,86%	0,67%	283.114,21
Total		111.846.420,88	35.519.268,47	214,89%	100,00%	76.327.152,41

Fonte: Siafi 2017/2016

A variação positiva de 214,89% é explicada pelos motivos abaixo:

- O montante global (R\$ 111.846.420,88) inscrito em restos a pagar do exercício de 2017 é consideravelmente superior ao de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- b) O aumento das despesas inscritas do Grupo de Pessoal e Encargos Sociais decorreu do empenho realizado para o pagamento de passivos trabalhistas, cujos recursos financeiros foram recebidos no final do mês de dezembro/2017, mas não foram liquidados e pagos dentro do próprio exercício, apesar dos esforços realizados pelo TRT2.

Outros Recebimentos Extraorçamentários

Em relação ao item Outros Recebimentos Extraorçamentários, a Tabela 58 apresenta a composição por conta e código de recolhimento da GRU:

Tabela 58 - Outros Recebimento Extraorçamentários – Composição

						R\$
Conta	Código de Recolhimento	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Taxa pela Prestação de Serviços	STN - Custas Judiciais (Caixa/BB)	88.743.664,41	81.242.993,57	9,23%	58,99%	7.500.670,84
	STN - Emolumentos (Caixa/BB)	886.330,05	904.293,87	(1,99%)	0,59%	(17.963,82)
Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços	STN Serviços de Processamento de Dados	122.196,73	66.069,81	84,95%	0,08%	56.126,92
	Taxa de Uso de Imóveis	939.214,95	896.597,76	4,75%	0,62%	42.617,19
	Taxa de Inscrição em Concurso Público	130,00	1.307.620,01	(99,99%)	0,00%	(1.307.490,01)
Outros Juros e Encargos de Mora	STN - Custas Judiciais (Caixa/BB)	186.174,54	174.384,15	6,76%	0,12%	11.790,39
	STN - Emolumentos (Caixa/BB)	8.026,41	7.033,21	14,12%	0,01%	993,20
	STN - Recup. Desp. Exerc. Anteriores (Fonte 0100)	-	347,67	(100,00%)	0,00%	(347,67)
	STN Outras Receitas	-	113,86	(100,00%)	0,00%	(113,86)
	Ressarc. Pagto. Honorários Técn. Periciais	859,70	-	100,00%	0,00%	859,70
Transferências Voluntárias	Transferências da União e suas Entidades	57.464.931,40	88.793.582,77	(35,28%)	38,20%	(31.328.651,37)
Multas Administrativas	STN Dev. Saldo Precatório Exercício Anterior	190,41	7.985,28	(97,62%)	0,00%	(7.794,87)
	STN Outras Multas	48.139,61	3.712,35	1196,74%	0,03%	44.427,26
	STN Multas e Juros Previstos em Contrato	126.184,60	287.699,80	(56,14%)	0,08%	(161.515,20)
Indenizações	STN Outras Indenizações (Deduções Folha)	950.974,27	1.020.864,03	(6,85%)	0,63%	(69.889,76)
	STN Indeniz. Danos Patrim. Público	3.923,74	-	100,00%	0,00%	3.923,74
Restituições	STN - Recup. Desp. Exerc. Anteriores (Fonte 0100)	345.240,04	494.823,64	(30,23%)	0,23%	(149.583,60)
	STN Dev. Saldo Precatório Exercício Anterior	954,97	65.313,19	(98,54%)	0,00%	(64.358,22)
	STN Outras Restituições (Deduções Folha)	1.130,80	-	100,00%	0,00%	1.130,80
	Ressarc. Pagto. Honorários Técn. Periciais	80.287,20	18.725,98	328,75%	0,05%	61.561,22
	Outros Ressarcimentos	507.226,91	516.806,33	(1,85%)	0,34%	(9.579,42)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conta	Código de Recolhimento	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
VPA Decorrente de Fatores Geradores Diversos	Contribuição Voluntária - Montepio Civil	57.285,48	87.756,48	(34,72%)	0,04%	(30.471,00)
	STN Outras Receitas	-29.298,87	174.992,34	(116,74%)	(0,02%)	(204.291,21)
	Ressarcimento de Ligações Telefônicas	66,36	0,64	10268,75%	0,00%	65,72
	Rec. Reversão Garantias em Favor da União	-	1.187,43	(100,00%)	0,00%	(1.187,43)
Total		150.443.833,71	176.072.904,17	(14,56%)	100,00%	(25.629.070,46)

Fonte: Siafi 2017/2016

As variações mais relevantes são explicadas abaixo:

a) Transferências Voluntárias – Transferências da União e suas Entidades

A variação negativa de 35,28%, ou R\$ 31.328.651,37, ocorreu devido à alteração do Órgão responsável pelos convênios mantidos com as instituições financeiras (BB e CEF) para a administração dos depósitos judiciais, que passaram a ser centralizados no CSJT. Em 2017, parte dos recursos foram repassados via sub-repasse aos Tribunais Regionais, e parte via transferências voluntárias. Até 2016, a manutenção dos convênios de forma direta entre os tribunais e os bancos arrecadadores possibilitava transferências diretas aos Tribunais Regionais, sendo que o recolhimento ocorria, em sua totalidade, por meio de Transferências Voluntárias, via GRU.

b) Taxa pela Prestação de Serviços – STN Custas Judiciais (BB/CEF)

A variação positiva de 9,23%, ou R\$ 7.500.670,84, ocorreu devido ao aumento do número de processos julgados no âmbito do TRT2, no exercício de 2017.

c) Valor Bruto Exploração Bens, Direitos e Serviços - Taxa de Inscrição em Concurso Público

A variação negativa de 99,99%, ou R\$ 1.307.490,01, ocorreu devido à não realização de concurso público no exercício de 2017 no TRT2.

Nota 29 – Despesas Orçamentárias

Os dispêndios de recursos com as despesas orçamentárias executadas em 2017 totalizaram R\$ 2.772.322.567,47, o que corresponde a 89,61% dos gastos do exercício.

No Balanço Financeiro, as despesas orçamentárias são apresentadas a partir da fonte dos recursos e destinação, estando segregadas em Ordinárias ou Vinculadas. A fonte de Recursos Ordinários permite a alocação livre entre a origem e aplicação do recurso, podendo

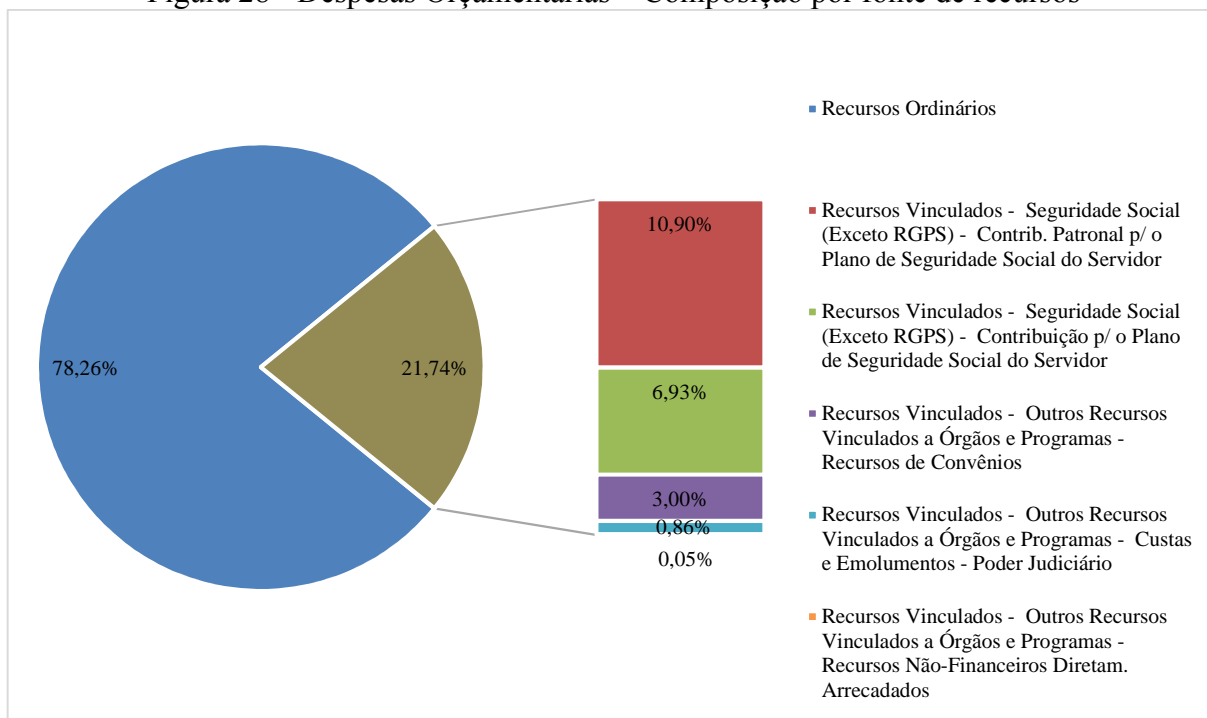


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

atender a quaisquer finalidades. Já na fonte de Recursos Vinculados há uma vinculação entre a origem e aplicação do recurso, devendo-se observar o atendimento às finalidades específicas estabelecidas.

As despesas orçamentárias de Recursos Ordinários somaram R\$ 2.169.592.410,58, o equivalente a 78,26%, enquanto os Recursos Vinculados somaram R\$ 602.730.156,89, ou 21,74%. O gráfico abaixo demonstra a composição detalhada das despesas orçamentárias por fonte de recursos:

Figura 28 - Despesas Orçamentárias – Composição por fonte de recursos



Fonte: Siafi 2017

Despesas Orçamentárias Ordinárias

A tabela abaixo demonstra as despesas orçamentárias que utilizaram como fonte para pagamento os recursos ordinários, discriminados por Ação Governo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 59 - Despesas Orçamentárias por Ação Governo – Recursos Ordinários

Ação Governo	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	158.784.695,74	53.920.743,92	194,48%	7,32%	104.863.951,82
Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	766.348,00	745.348,00	2,82%	0,04%	21.000,00
Aposentadorias e Pensões Civis da União	143.755.169,00	72.821.497,00	97,41%	6,63%	70.933.672,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	7.513.611,95	8.697.371,97	(13,61%)	0,35%	(1.183.760,02)
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	234.729.072,46	217.847.588,00	7,75%	10,82%	16.881.484,46
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe	4.535.775,83	828.896,81	447,21%	0,21%	3.706.879,02
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	17.654,00	-	100,00%	0,00%	17.654,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	49.288.091,00	51.541.453,00	(4,37%)	2,27%	(2.253.362,00)
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis	8.451.700,00	8.248.817,00	2,46%	0,39%	202.883,00
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.946.608,00	2.887.304,00	2,05%	0,14%	59.304,00
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	64.464.048,00	65.082.406,00	(0,95%)	2,97%	(618.358,00)
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	-	33.179,64	(100,00%)	0,00%	(33.179,64)
Pessoal Ativo da União	1.316.304.089,00	1.202.021.170,00	9,51%	60,67%	114.282.919,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	27.281.376,00	26.142.855,87	4,35%	1,26%	1.138.520,13
Comunicação e Divulgação Institucional	254.859,17	292.015,62	(12,72%)	0,01%	(37.156,45)
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	11.569.866,89	1.647.882,80	602,10%	0,53%	9.921.984,09
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	23.418.237,00	20.204.400,00	15,91%	1,08%	3.213.837,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	115.511.208,54	50.954.062,17	126,70%	5,32%	64.557.146,37
Total	2.169.592.410,58	1.783.916.991,80	21,62%	100,00%	385.675.418,78

Fonte: Siafi 2017/2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Houve uma variação positiva de 21,62% das despesas orçamentárias com fonte de Recursos Ordinários, ou R\$ 385.675.418,78. As ações que apresentaram maiores variações foram:

- a) Pessoal Ativo da União: a variação positiva de 9,51%, ou R\$ 114.282.919,00, decorreu principalmente do aumento dos vencimentos e vantagens dos servidores ativos, previsto na Lei 13.317/2016.
- b) Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios): a variação positiva de 194,48%, ou R\$ 104.863.951,82, decorreu do aumento nas despesas com precatórios para o exercício de 2017.
- c) Aposentadorias e Pensões Civis da União: A variação positiva de 97,41%, ou 70.933.672,00, decorreu principalmente de despesas de exercícios anteriores reconhecidas em 2017, referentes a passivos trabalhistas.

Despesas Orçamentárias Vinculadas

A tabela abaixo demonstra as despesas orçamentárias que utilizaram como fonte para pagamento os recursos vinculados, relacionados a Seguridade Social, discriminados por Ação Governo:

Tabela 60 - Despesas Orçamentárias por Ação Governo – Seguridade Social

							R\$
Fonte Recursos	Ação Governo	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta	
Contr. Social s/ o Lucro das Pessoas Jurídicas	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	-	233.869,27	(100,00%)	0,00%	(233.869,27)	
Contribuição p/ o Plano de Seguridade Social do Servidor	Aposentadorias e Pensões Civis da União	192.240.443,00	175.799.154,00	9,35%	38,88%	16.441.289,00	
Contrib. Patronal p/ o Plano de Seguridade Social do Servidor	Aposentadorias e Pensões Civis da União	302.218.925,00	271.906.831,00	11,15%	61,12%	30.312.094,00	
Total		494.459.368,00	447.939.854,27	10,39%	100,00%	46.519.513,73	

Fonte: Siafi 2017/2016

Verificou-se uma variação positiva de 10,39% entre os exercícios de 2016 e 2017. A variação é explicada pelo aumento do número de aposentadorias no exercício de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2017, o que gerou igualmente aumento das despesas com aposentadorias em relação ao exercício de 2016.

Com referência às despesas orçamentárias vinculadas de Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas, a Tabela 61 apresenta a composição por Fonte de Recursos e Ação Governo:

Tabela 61 - Despesas Orçamentárias por Ação Governo – Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas

							R\$
Fonte Recursos	Ação Governo	2017	2016	AH (%)	AV (%)	Variação Absoluta	
Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	23.753.656,00	24.020.644,00	(1,11%)	21,94%	(266.988,00)	
Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	1.444.446,05	2.701.644,21	(46,53%)	1,33%	(1.257.198,16)	
Recursos de Convênios	Comunicação e Divulgação Institucional	19.872,00	-	100,00%	0,02%	19.872,00	
	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	83.052.814,84	136.369.453,38	(39,10%)	76,71%	(53.316.638,54)	
Total		108.270.788,89	163.091.741,59	(33,61%)	100,00%	(54.820.952,70)	

Fonte: Siafi 2017/2016

A variação negativa de 33,61% para as despesas orçamentárias vinculadas a Outros Recursos a Órgãos e Programas é explicada pela diminuição da dotação orçamentária dos recursos de convênios recebidos no exercício de 2017.

Nota 30 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do exercício apurado foi positivo em R\$ 102.175.323,82, conforme tabela a seguir:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tabela 62 - Resultado Financeiro

	2017	2016	AH (%)
Receita Orçamentária	-	-	-
Despesa Orçamentária	2.772.322.567,47	2.394.948.587,66	15,76%
Subtotal (I)	(2.772.322.567,47)	(2.394.948.587,66)	15,76%
Transferências Financeiras Recebidas	2.737.631.237,27	2.261.046.159,17	21,08%
Transferências Financeiras Concedidas	94.246.157,27	89.332.814,60	5,50%
Subtotal (II)	2.643.385.080,00	2.171.713.344,57	21,72%
Recebimentos Extraorçamentários	262.900.972,12	212.388.775,42	23,78%
Pagamentos Extraorçamentários	31.788.160,83	72.570.727,50	(56,20%)
Subtotal (III)	231.112.811,29	139.818.047,92	65,30%
Resultado Financeiro do Exercício (I + II + III)	102.175.323,82	(83.417.195,17)	(222,49%)

Fonte: Siafi 2017/2016

Em comparação com o exercício de 2016, houve uma variação negativa do resultado financeiro de 222,49%, pois o exercício de 2016 apresentou um Resultado Financeiro negativo. Dentre os principais motivos que levaram ao resultado positivo em 2017, destaca-se o montante global inscrito em restos a pagar do exercício de 2017, consideravelmente superior ao de 2016.

C.3.5. Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- a) Das operações;
- b) Dos investimentos; e
- c) Dos financiamentos.

A nota explicativa número 31 esclarece a formação da “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, a composição de seus itens e as variações ocorridas em comparação ao exercício de 2016.

Nota 31 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa importou em um aumento de R\$ 102.175.323,82 no exercício de 2017. A seguir é apresentada sua formação:

Tabela 63 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

	2017	2016	AH (%)
Atividades Operacionais	124.579.908,96	(58.931.153,92)	(311,40%)
Atividades de Investimento	(22.404.585,14)	(24.486.041,25)	(8,50%)
Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	102.175.323,82	(83.417.195,17)	(222,49%)

Fonte: Siafi 2017/2016

Em comparação com o exercício de 2016, observa-se que o TRT2 saiu de um decréscimo do saldo de caixa de R\$ 83.417.195,17 para um acréscimo de R\$ 102.175.323,82. O principal responsável pelo aumento registrado foi o fluxo das atividades operacionais, que contribuiu com o montante de R\$ 124.579.908,96.

A tabela a seguir detalha o fluxo das atividades operacionais:

Tabela 64 - Atividades Operacionais – Composição

	2017	2016	AH (%)
INGRESSOS	2.888.685.788,51	2.437.915.666,12	18,49%
Outros Ingressos das Operações	2.888.685.788,51	2.437.915.666,12	18,49%
DESEMBOLSOS	(2.764.105.879,55)	(2.496.846.820,04)	10,70%
Pessoal e Demais Despesas	(2.434.122.442,96)	(2.186.301.103,24)	11,34%
Transferências Concedidas	(234.922.663,65)	(220.414.105,65)	6,58%
Outros Desembolsos das Operações	(95.060.772,94)	(90.131.611,15)	5,47%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

	2017	2016	AH (%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	124.579.908,96	(58.931.153,92)	(311,40%)

Fonte: Siafi 2017/2016

Observa-se a partir da tabela que o resultado obtido nas atividades operacionais decorreu do aumento dos ingressos das operações em proporção superior aos desembolsos.

Em relação às Atividades de Investimentos, o TRT2 apresentou uma variação negativa de 8,5% em comparação ao exercício de 2016, o que representou uma diminuição de R\$ 2.081.456,11 dos desembolsos desta Atividade.

A tabela abaixo detalha o fluxo das atividades de investimento:

Tabela 65 - Atividades de Investimento – Composição

	2017	2016	AH (%)
INGRESSOS	-	-	-
DESEMBOLSOS	(22.404.585,14)	(24.486.041,25)	(8,50%)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(21.417.294,80)	(16.099.537,53)	33,03%
Outros Desembolsos de Investimentos	(987.290,34)	(8.386.503,72)	(88,23%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(22.404.585,14)	(24.486.041,25)	(8,50%)

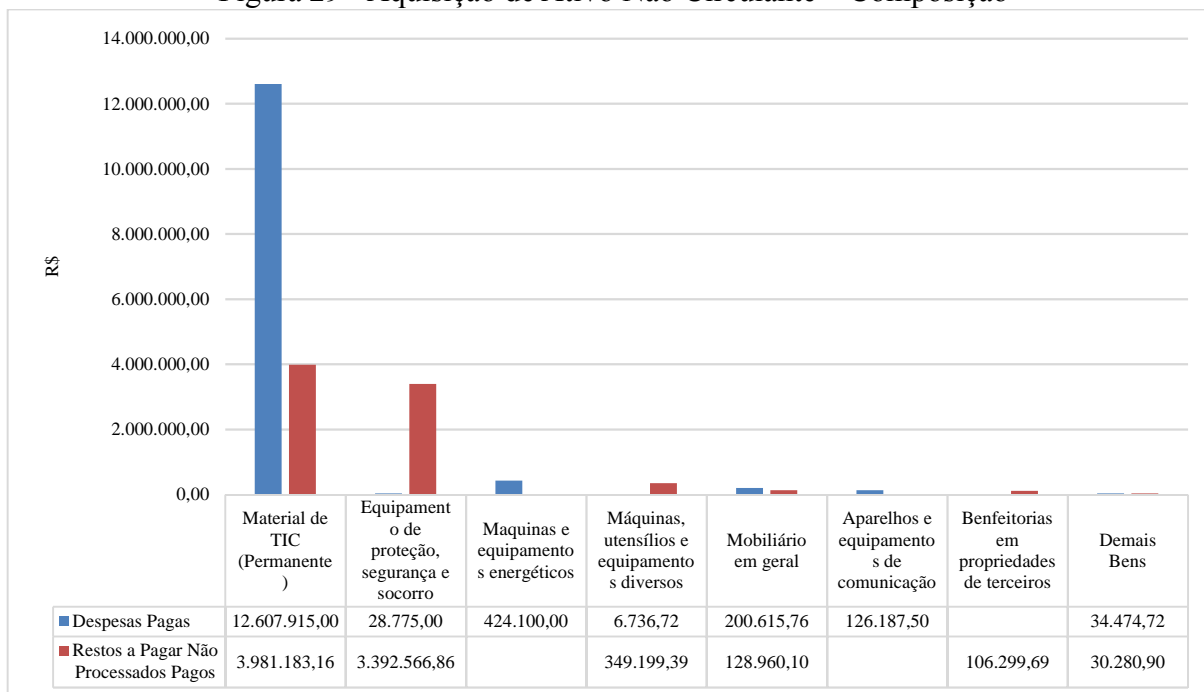
Fonte: Siafi 2017/2016

Em 2017, houve um aumento da aquisição de Ativos Não Circulantes, de 33,03%. As maiores aquisições referem-se a materiais de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), conforme gráfico abaixo. Entretanto, a variação negativa de 88,23% em Outros Desembolsos de Investimentos acarretou variação negativa do fluxo de caixa das atividades de Investimento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Figura 29 - Aquisição de Ativo Não Circulante – Composição



Fonte: Siafi 2017